

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

EUTALITA BEZERRA DA SILVA

MEIO AMBIENTE NO TELEJORNALISMO:
EFEITOS DE SENTIDO SOBRE PRESERVAÇÃO NO *NORDESTE VIVER E*
PRESERVAR

PORTO ALEGRE

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

EUTALITA BEZERRA DA SILVA

MEIO AMBIENTE NO TELEJORNALISMO:
EFEITOS DE SENTIDO SOBRE PRESERVAÇÃO NO *NORDESTE VIVER E*
PRESERVAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Coorientador: Prof. Dr. Flávio Antônio Camargo Porcello

PORTO ALEGRE

2016

EUTALITA BEZERRA DA SILVA

**MEIO AMBIENTE NO TELEJORNALISMO:
EFEITOS DE SENTIDO SOBRE PRESERVAÇÃO NO *NORDESTE VIVER E
PRESERVAR***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Coorientador: Prof. Dr. Flávio Antônio Camargo Porcello

Aprovada em 26 de janeiro de 2016

BANCA EXAMINADORA

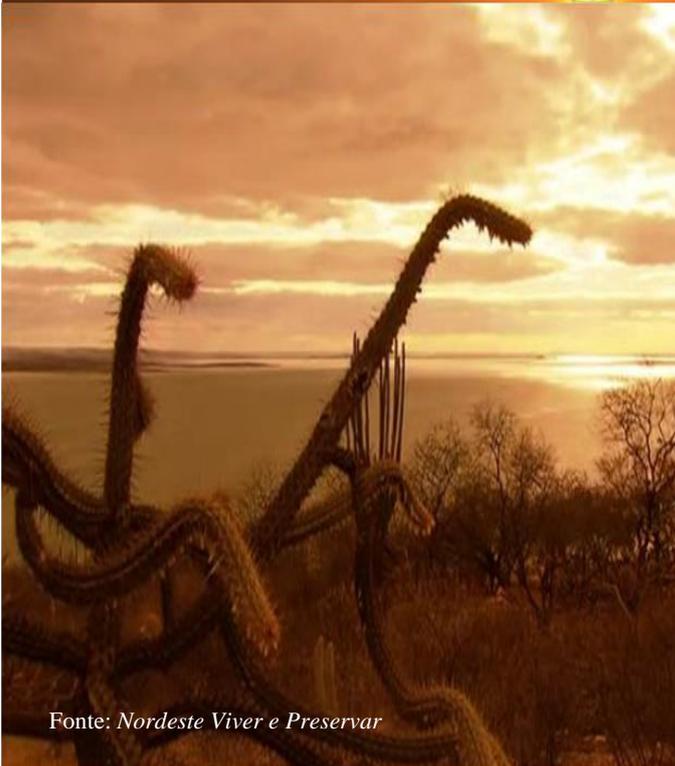
Prof. Ana Maria Dalla Zen
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Cláudia Herte de Moraes
Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Reges Toni Schwaab
Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Luciana Pellin Mielniczuk (suplente)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ao meu pai. E aos quase oito
milhões de brasileiras
analfabetas.



“Sempre que possível desenvolvemos técnicas que nos permitem atravessar grandes distâncias em um tempo cada vez mais curto. Mas quando todos os caminhos conhecidos nos conduziram a situações sem saída, quando certezas tão cristalizadas se desfizeram, quando nossas convicções vacilam e objetivos que pareciam tão claros e evidentes se desfazem como miragens, quando, por toda parte, vemos ou o cinismo ou a inércia, neste momento a pressa em chegar e a euforia de conquistar mostram a sua impotência. É tempo de despojamento, tempo de depuração, tempo de travessia. Caminhar é preciso, navegar é preciso.”

(Nancy Mangabeira Unger)

AGRADECIMENTOS

No decorrer desse trabalho, li, um a um, cada agradecimento e dedicatória feitos pelos autores aos quais citei. Mais que entender aquilo que teorizam, senti-me impelida a saber quem eles são. Por isso, tentarei evitar os dizeres generalizantes, a fim de que cada pessoa que leia esses agradecimentos possa, pelo menos um pouco, saber quem sou.

Agradeço ao meu pai, Nicodemos, que nos deixou no início do meu segundo ano de mestrado. Ele, que nunca frequentou a escola, ensinou-me a ler, a escrever, a ter paixão pelos livros e a nunca desistir. Do mesmo modo, à minha mãe, Ninha, que, embora não satisfeita com a minha mudança de estado, sempre se orgulhou em falar sobre os meus estudos e ao meu sobrinho, Pedro Vinícius, em quem enxergo muito de mim e a quem eu espero poder propiciar tantas alegrias quanto possível.

Ao Rafael, cujo nome poderia ser citado no verbete “companheiro” em qualquer dicionário. Pelo apoio, paciência, respeito e, sobretudo, pela confiança ao longo desses dois anos de incertezas. Agradeço também à sua família, pela receptividade.

À minha orientadora, Ilza Girardi, por aceitar me receber em seu grupo de pesquisa e por me ensinar, todos os dias, a ser uma pessoa melhor. Mais que orientação, tenho nela um exemplo de vida. Estendo os agradecimentos aos companheiros do GPJA: Sarah, com quem compartilhei das muitas dificuldades que surgiram nesse caminho de pesquisa; Ângela e Débora, com quem convivi mais de perto, no meu primeiro ano de mestrado, mas que sempre estiveram presentes; Eliege, com seu olhar cuidadoso e sua gentileza ímpar e aos queridos Arsênio, Cláudia, Carine, Janaíne, Reges e Roberto, pelo aprendizado ao longo desse tempo e por me receberem tão bem.

Às “Mentes Inférteis”, por compartilharem um tanto. Entre agruras e alegrias, nesses dois anos, sei que pode existir amor na academia. Agradeço especialmente à Maíra, por ser um porto-seguro. Uma amiga com a qual sempre pude contar.

Ao professor Flávio Porcello, que com sua vasta trajetória nos estudos e na prática televisiva auxiliou na construção desse trabalho, como também à professora Cristiane Finger, que coordena o GPTV em parceria com o Porcello. O agradecimento estende-se aos colegas de jornada nos estudos televisivos, especialmente ao Filipe Peixoto e à Gretchen Ihitz, com quem convivi mais de perto nesse período.

Àqueles que fizeram parte da minha formação: a professora Isaltina Gomes, a quem devo o meu despertar para a pesquisa, pela orientação e por todo o apoio; e às

professoras Zelinha, Valdene Rodrigues, Rejane de Melo e Gicélia, por todos os pequenos (grandes) ensinamentos.

Aos amigos do TVGlobinho, Bruninho, Cinthia, Leo, Manda, Naira e Jaiminho, com quem tanto aprendi sobre jornalismo, amizade, e que proibir de sorrir para impor a subordinação não funciona. Obrigada por tantas alegrias (e sorrisos) nesses cinco anos. Estendo os agradecimentos a Jana, Chico e Bia, pelo olhar terno sobre a minha carreira e pela presença constante, ainda que à distância.

Aos professores do PPGCOM, pelo conhecimento compartilhado e por me permitirem continuar no programa, agora no doutorado. Agradeço especialmente à professora Márcia Benetti, que participou da minha banca de qualificação, pelo olhar generoso e incentivador.

Aos queridos André Carvalho e Nina Queiroz, por compartilharem o conhecimento.

À Globo Nordeste, por disponibilizar o material necessário a essa investigação.

Aos membros desta banca avaliadora, pela leitura atenta e pelos importantes apontamentos.

Aos meus familiares e amigos, de perto ou de longe, que torceram para que esse trabalho acontecesse da melhor maneira.

À Capes, pelo financiamento necessário ao desenvolvimento dessa investigação.

À todas as mulheres – especialmente as pretas e periféricas deste país – que lutaram para que as cadeiras da academia também nos comportassem.

E aos deuses, orixás, santos e almas que possam, de alguma forma, nos ter alumiado.

RESUMO

Este trabalho tem como temática central o discurso telejornalístico acerca da preservação ambiental. Buscou-se compreender a concepção sobre o assunto que emerge no discurso do programa de televisão Nordeste Viver e Preservar. Para isso, foram analisadas sequências discursivas colhidas em 39 reportagens veiculadas entre os anos de 2008 e 2015. O estudo aborda, ainda, a crise ambiental que incide sobre a sociedade contemporânea e as discussões que se colocam para uma convivência mais harmônica entre homem-natureza. Por desenvolver-se sobre a materialidade do texto verbal e imagético da televisão, ainda é feita uma incursão sobre esta mídia e sua potencialidade de informar sobre ecologia. O olhar do Jornalismo Ambiental, com seu caráter educativo, informativo e mobilizador, perpassa o trabalho. A operacionalização dos objetivos busca nas noções da Análise do Discurso de matriz francesa analisar as marcas discursivas que apontem para a concepção de preservação ambiental admitida pelo programa e em que Formações Discursivas esses dizeres estão inseridos. Também reflete sobre a postura admitida pelo Nordeste Viver e Preservar ao discutir a preservação ambiental. A investigação aponta que, para o programa, preservar está ligado a proteger aquilo que se conhece, pelo qual se tem empatia e cuja ação propiciará lucros ou evitará prejuízos. Também se percebe uma forte imbricação entre a preservação e a noção de beleza, de exotismo e a demarcação de personagens que constroem a narrativa da preservação. Estes têm um ato de bondade em relação ao ambiente. Admite-se a predominância de uma Formação Discursiva Conservacionista, na qual predominam dizeres relacionados à intervenção do homem na natureza como necessária à sua sobrevivência. Percebe-se também, embora com menos espaço, uma Formação Discursiva Preservacionista, que imputa ao homem a culpa pela crise atual, o que sugere a necessidade de impor restrições à sua interferência no ambiente. A investigação indica que, embora se intitule um programa sobre preservação, o discurso do Nordeste Viver e Preservar está mais alinhado a uma postura conservacionista.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Ambiental. Telejornalismo. Discurso. Conservação. Preservação. *Nordeste Viver e Preservar.*

ABSTRACT

This work has as its central theme the journalistic discourse on the environmental preservation. The analysis aims to perceive the subject of the discourse on the television program *Nordeste Viver e Preservar*. The work is based on the analysis of discursive sequences drawn from 39 stories transmitted between 2008 and 2015. The study considers also the environmental crises that affects the contemporary society and the discussions that arise to enlighten a better and more harmonious cohabitation between men and nature. Because the work is developed on the materiality of the verbal text and imagery of television, we also focus on that medium and its potential to inform about ecology. The environmental journalism's spirit, with its educational, informative and mobilizing character, pervades the discussion. The operationalization of this goals has its bases on the French discourse analysis, inquiring the discursive imprints that point to the conception of environmental preservation on the show and in what discursive formation are they embedded. The position of the show *Nordeste Viver e Preservar* is also taken into account. This research shows that, for the program preserve is bound to protect what you know, what you have empathy and whose action will provide profits or avoid losses. We may notice a close relationship between the preservation and the notion of beauty, of exoticism and the clear demarcation of characters who build the narrative of preservation, as being individuals who practice acts of human kindness towards the environment. We may point to the preponderance of a Conservationist Discursive Formation, in which subject-matter to human intervention in nature as necessary for their survival are predominant, we may encounter likewise, although in less space, a Preservationist Discursive Formation, that blames on men the actual crises, what suggests the need of imposing restrictions on its environmental interference. The analysis indicates that, although the television show may evoke the concept of preservation by his name, *Nordeste Viver e Preservar* has a discourse that points towards a more conservationist position.

KEY-WORDS: Environmental Journalism's. TV News. Discourse. Conservation. Preservation. *Nordeste Viver e Preservar*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Paisagem da Caatinga entre os estados de Pernambuco e Bahia	54
Figura 2 Mapa brasileiro com ênfase na área de Caatinga	55
Figura 3 Frame do NEVP com olhar do bicho- preguiça	67
Figura 4 Frame do NEVP com bicho-preguiça carregado em sling.....	70
Figura 5 Frame do NEVP mostra confinamento de ave nascida em liberdade	73
Figura 6 Frame do NEVP mostra confinamento de ave nascida em cativeiro	73
Figura 7 Frame do NEVP mostra morte de grilos	74
Figura 8 Frame do NEVP focando placa de sinalização	83
Figura 9 Frame do NEVP mostra a beleza das matas.....	90
Figura 10 Frame do NEVP enfocando a beleza da Caatinga	90
Figura 11 Frame do NEVP durante vôo de parapente.....	91
Figura 12 Frame do NEVP mostra mergulho do repórter	92
Figura 13 Frame do NEVP ao sobrevoar o cânion do Rio Poty.....	93
Figura 14 Frame do NEVP enfoca a Cachoeira do Urubu	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
Agapan	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AIE	Aparelho Ideológico de Estado
APA	Área de Proteção Ambiental
ARE	Aparelho Repressivo de Estado
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
FSM	Fórum Social Mundial
FD	Formação Discursiva
GPTV	Grupo de Pesquisa Televisão e Audiências
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INDC	Contribuições Intencionais Nacionalmente Determinadas
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NEVP	Nordeste Viver e Preservar
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SD	Sequência discursiva
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente

UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPN	União Protetora da Natureza

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MEIO AMBIENTE EM DISCUSSÃO	18
2.1 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL: DO CLUBE DE ROMA AOS PAINÉIS CLIMÁTICOS	18
2.2. O MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL.....	24
2.3 SOCIEDADE-NATUREZA: ALGUMAS REFLEXÕES	25
3 O JORNALISMO DE QUE FALAMOS	32
3.1 JORNALISMO: DISCURSO E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE.....	32
3.2 JORNALISMO AMBIENTAL: OUTRO OLHAR	34
4 OBJETO E CAMINHO METODOLÓGICO	38
4.1 TELEJORNALISMO SOBRE MEIO AMBIENTE NO BRASIL: O LUGAR DO <i>NORDESTE VIVER E PRESERVAR</i> :.....	38
4.2 ANALISANDO IMAGENS EM MOVIMENTO.....	45
4.3 ANÁLISE DO DISCURSO – TEORIA E MÉTODO	47
4.3.1. Breve incursão sobre Condições de Produção	52
5 DAQUILO QUE EMERGE SOBRE PRESERVAÇÃO	57
5.1 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	57
5.2 PRESERVO PORQUE CONHEÇO	59
5.3 PRESERVO PORQUE TENHO EMPATIA	72
5.4 PRESERVO PORQUE É LUCRATIVO	75
5.5 PRESERVO PORQUE ME PREOCUPO COM AS PRÓXIMAS GERAÇÕES.....	80
5.6 PRESERVO PORQUE SOU BOM	84
5.7 PRESERVO PORQUE É BELO OU EXÓTICO	89
5.8 REFLETINDO SOBRE A MATERIALIDADE	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE	109
ANEXO A	113

1 INTRODUÇÃO

Da descoberta do fogo ao desenvolvimento dos transgênicos. Da penicilina às pesquisas com células-tronco. Da construção da Floresta da Tijuca (RJ) ao crime em Mariana (MG). Se a dominação da natureza permitiu que a espécie humana pudesse manter-se na Terra, a postura exploradora desenvolvida pelo homem ao longo dos anos pode surtir o efeito contrário e extingui-la. A retirada da água dos rios possibilitou o desenvolvimento da agricultura, a produção de excedentes e, por conseguinte, a criação das relações mercantilistas. Estas nos conduziram a outro modo de vida, baseado não mais na produção para o consumo, mas na exploração para o comércio. São tantas as relações forjadas na convivência entre homem e natureza - ou do homem enquanto natureza para com os demais elementos dessa rede – que se torna difícil definir quais os limites para essa interação.

O *Homo sapiens sapiens*, inserido por si mesmo no topo dessa cadeia, parece ainda não entrever claramente o pouco de vida que lhe resta e empenha-se avolumadamente em consumir, explorar, degradar tudo que está no seu entorno e que, em sua concepção, não tem valor, senão pelo que pode lhe oferecer. O homem não se percebe biodependente. Calcados no dilema entre crescimento da população mundial e manutenção do ambiente, surgem movimentos, no seio das sociedades, com a pretensão de proteger a natureza e nela, o homem. Este de si mesmo.

A questão ambiental, ano após ano, mobiliza esforços das mais diversas instâncias sociais, que buscam tecnologias para que o impacto da economia no meio ambiente seja mitigado. Este tema é espinhoso, provocativo. Não tem um lado, mas várias faces. Nesse sentido, o Jornalismo tem papel expressivo enquanto mediador, sendo também responsável por fomentar a convivência pacífica e harmônica entre homens e meio.

Entendemos que o meio ambiente é pautado cotidianamente pelas mídias, especialmente no que tange a questões globais como as mudanças climáticas, as grandes catástrofes, ou a questões mais locais, como as implicações da chuva (ou da estiagem) na vida da população. Porém, conforme Liana John (2001), hoje há uma quantidade significativa de temas sendo desenvolvidos nas redações e a questão ambiental é reconhecida como importante dentro do Jornalismo, mas não consegue alcançar o status de outras editorias.

Isso nos preocupa e justifica essa investigação, porque mesmo com as discussões sobre a temática ambiental tomando fôlego, estudos apontam que a visão sobre o assunto, de crianças a professores de educação ambiental, ainda está especialmente ancorada no senso comum e na imagem midiaticizada. Quando questionadas sobre “o que é meio ambiente?”, crianças de ensino fundamental fizeram uma relação entre algo bucólico, romantizado e, na maioria das vezes, verde, bonito e “natural”. (PEREIRA, CASSIANI, VON LISINGEN 2012). Quando analisada a representação de natureza para professores de educação ambiental, a percepção não foi muito diferente. Vida e água foram tomados como sinônimo para natureza e meio ambiente. Questões como efeito estufa e aquecimento global, que frequentemente figuram no noticiário, também foram relacionadas. (ALVES E SILVA, 2009).

Ainda no que se refere à importância do trabalho que agora apresentamos, entendemos que há poucos estudos associando a questão ambiental à televisão pelo viés da Comunicação. Na pesquisa para a composição do estado da arte desta investigação, realizada no repositório do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), utilizamos como palavras-chave “Nordeste Viver e Preservar”, “jornalismo ambiental”, “telejornalismo”, “televisão”, “preservação” e “meio ambiente”. O nome do programa foi encontrado em apenas uma citação na dissertação *Inserção da Rede Globo no mercado de televisão pernambucano*, de autoria de Rudson Pinheiro Soares, defendida em 2007 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que se ocupa em descrever os programas produzidos pela emissora do Grupo Globo¹ no Nordeste.

A pesquisa dos termos “televisão” e “meio ambiente” neste repositório apontou 11 trabalhos que guardam relação, de fato, com o estudo da mediação televisiva acerca de algum aspecto da questão ambiental, dos quais apenas dois foram realizados na Comunicação. Tratam-se da dissertação *Globo Ecologia: o discurso ambiental na televisão*, defendida por Marcos Gonçalves Cosentino no programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo e *A recepção das informações jornalísticas ambientais do programa Globo Rural: os sentidos produzidos por agricultores familiares do município de Santa Rosa (RS)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2006. Já a pesquisa dos termos “telejornalismo” e “meio ambiente”

¹ À época, Organizações Globo. A mudança na denominação do conglomerado midiático deu-se, somente, no ano de 2014.

resultou nove trabalhos, nenhum deles na Comunicação. Quando pesquisamos por “Jornalismo Ambiental” e “televisão”, obtivemos 15 teses e dissertações, figurando como representante da comunicação apenas o trabalho de Taís Garcia Teixeira, defendido em 2014, também na UFRGS, intitulado *A cobertura sobre o Código Florestal no Jornal Nacional*.

Somem-se os poucos esforços de pesquisa sobre o assunto à pesquisa de opinião² intitulada *O que o Brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável* realizada em 2012 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que apontou, por meio de questionários e em comparação com estudos realizados em anos anteriores, as tendências de opinião da população brasileira adulta sobre meio ambiente e sustentabilidade. Conforme o material, essa população identifica o “desmatamento de florestas” como principal problema ambiental do Brasil, com 67% de prevalência nas respostas, a maior na série histórica. Desde que a pesquisa é realizada, esse problema sempre esteve em destaque.

Além disso, em todos os gráficos que fazem analogia com a série histórica, os percentuais de percepção de problemas ambientais mostram crescimento, tendo o MMA admitido que a população é capaz de identificar as consequências destas dificuldades e atribuir importância ao seu enfrentamento. Os dados levantados apontam, ainda, que a noção de meio ambiente tem sido ampliada e os brasileiros tendem a apurar suas análises de problemas como lixo e saneamento, entendendo-os não apenas como danosos às áreas verdes isoladas, mas também ao bem estar individual e à vida em comunidade. O MMA assume, também, que há uma transformação positiva na percepção dessas pessoas sobre o tema, cujo indicativo mais forte está no número de indivíduos que espontaneamente não sabiam mencionar um problema ambiental no Brasil, na sua cidade ou no seu bairro – que variou de 46% em 1992 para 11% em 2012.

O estudo avaliou ainda o acesso à informação sobre meio ambiente que essas pessoas dizem ter e apontou que, embora a população consiga identificar problemas ambientais, quando os participantes da pesquisa avaliam seu nível de informação a respeito do meio ambiente, 12,2% dizem estar “muito bem informados”, 57% “mais ou menos informados”, 23% “mal informados” e 6% “muito mal informados”. Se

² Material que forma a 5ª edição da série, “O que o Brasileiro pensa do meio ambiente”, desenvolvida há 20 anos (1992, 1997, 2001, 2006 e 2012).

observada a série, o item “mais ou menos informado” sempre esteve em destaque, variando de 53% a 57%.

Interessa-nos, ainda, destacar que, segundo o estudo em questão, 83% dos entrevistados afirmam que buscam informação sobre o assunto pela televisão e admitem ser pouco informados sobre assuntos referentes ao meio ambiente e à ecologia. Trigueiro (2008) chama a atenção para a importância desta mídia como principal fonte de informação para a maioria dos brasileiros e aponta que programas de televisão como os documentários da BBC, *National Geographic* ou o Globo Repórter - ainda que contribuam fortemente com a disseminação de uma cultura de preservação - reforçam, mesmo involuntariamente, a ideia de que a natureza é apenas fauna e flora. Isto se reflete, segundo ele, em pesquisas que apontam a prevalência da vinculação que o público cria entre o meio ambiente e assuntos relacionados somente a estes aspectos.

Assim, assumindo que há discussões profundas e modificações das mais diversas no panorama mundial acerca do meio ambiente, mas suas implicações no cotidiano esbarram no senso comum, tomamos que o modo como a discussão é pautada pelo Jornalismo – especialmente a televisão, dado o seu alcance - pode contribuir para a pouca relação do público com o assunto.

Para Machado e Vélez (2007), é importante selecionar para a análise experiências de televisão que se destaquem do fluxo televisivo, seja pelo seu caráter inovador, pela maneira diferenciada de invocar o próprio meio ou pela resposta problematizadora a questões extratelevisuais. Para este trabalho, tomamos o *Nordeste Viver e Preservar* como objeto de estudo, por ser um programa de televisão sobre o qual ainda não há pesquisas e que se propõe a informar e sensibilizar indivíduos que vivem na região nordeste do País, com vistas à sua preservação. Por se tratar de um programa regional, veiculado apenas no estado de Pernambuco, acreditamos que é importante que sua existência e sua pauta ambiental sejam analisadas academicamente, a fim de que possibilite a reflexão acerca da questão ambiental e de como ela está sendo enfocada na televisão, além de que se possam ter subsídios para futuros estudos sobre o assunto, tanto em seu local de origem, como também para que ele possa, porventura, se tornar referência para outros projetos, em locais que sua difusão não alcança.

Para essa construção, tomamos como pressupostos que:

- Existe uma crise ambiental e o Jornalismo, enquanto um dos atores que contribuem para a construção da realidade tem responsabilidade na produção de sentidos sobre o assunto.

- A televisão é o meio de comunicação predileto de 76,4% dos brasileiros e os noticiários por ela apresentados atuam como um lugar de referência para os espectadores, orientando-os (VIZEU e CORREIA, 2008).

- Não há fronteiras evidentes no discurso, mas um fora-dentro, em que a exterioridade é constitutiva. O já-sabido intervém, quando se reconhece ou esquece, para que se atribua sentido. O discurso se materializa no texto pela língua. É da ordem do repetível e funciona sob um fluxo e refluxo de memória (MITTMANN, 2010; PECHEUX, 1990).

Com base no que postulamos, temos como questão de pesquisa: Como o *Nordeste Viver e Preservar* constrói seu discurso sobre preservação? Para responder a essa questão, temos como objetivo geral desta investigação compreender a concepção de preservação admitida no discurso do *Nordeste Viver e Preservar*. Como objetivos específicos elegemos: mapear os sentidos sobre preservação construídos pelo programa; identificar as Formações Discursivas presentes no NEVP; e refletir sobre a posição assumida pelo programa na discussão sobre a preservação ambiental. Para tanto, analisamos reunimos 18 edições do programa, veiculadas entre os anos de 2008 e 2015, das quais recortamos 39 reportagens e, destas, fizemos um novo recorte de 81 sequências discursivas que foram analisadas nessa investigação, as quais formam o nosso *corpus*.

Agrupamos este estudo em cinco partes. No capítulo 2, disposto a seguir, *Meio ambiente em discussão*, envidamos esforços para recompor uma trajetória recente da questão ambiental, bem como do empenho que tem sido implicado nos últimos anos para refrear a degradação ambiental ou mitigar seus impactos. Os movimentos ambientalistas surgidos no Brasil, bem como as correntes ecológicas que fornecem as bases para o pensamento ecológico também fazem parte dessa construção. Em *O Jornalismo de que falamos*, capítulo 3, buscamos apontar o lugar que o Jornalismo toma nessa investigação como construtor de realidade, forma de conhecimento e como discurso, reforçando a sua função pública. A especialização ambiental, na qual repousa o nosso olhar, também é retratada nesse capítulo, que precede *Do objeto e caminho metodológico*, capítulo 4, em que descrevemos o modo como construímos o trabalho e como vemos o nosso objeto teórico. O capítulo 5, *Por um efeito de análise* traz o nosso gesto de leitura e interpretação do nosso objeto empírico. Já o capítulo 6 recebe as nossas *Considerações finais*.

2 MEIO AMBIENTE EM DISCUSSÃO

Refrear os impactos da crise ou mitigar suas consequências tem sido uma busca na qual uma série de atores sociais tem insistido ao longo dos anos. Para o nosso gesto de aproximação com o assunto, partimos, nesse capítulo, de uma descrição da gênese da crise ambiental, apontando para eventos e movimentos que surgiram justamente na tentativa de propiciar uma relação mais harmônica do binômio sociedade-natureza. O desenvolvimento do movimento ambientalista no Brasil, também nos interessa nesse momento, bem como as investidas dos campos da Filosofia, Política e Ecologia para conter o avanço da crise.

2.1 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL: DO CLUBE DE ROMA AOS PAINÉIS CLIMÁTICOS

Nos últimos 30 a 40 anos, temos enfrentado um período de devastação do planeta sem precedentes na história da humanidade, ao mesmo tempo em que – paradoxalmente – nunca se falou tanto em natureza e no desafio ambiental. Por “devastação do planeta”, é preciso que entendamos que vai além da poluição, da supressão de vegetação nativa, assoreamento dos leitos dos rios ou aquecimento global, embora estes façam, sim, parte deste movimento. A exploração do planeta de que tratamos e a conseqüente crise ambiental são maiores que isso. Guardam profunda relação com o modo de ver e ser visto.

Vivemos, atualmente, uma crise de civilização. Temos uma visão de mundo deturpada em cuja tessitura se depreende um ponto importante de ser analisado: o ser humano acredita ser tanto mais humano quanto mais domina a natureza e outros seres. Ele não se sente natureza ou parte dela, mas seu senhor. Por isso, assume que esta é tanto importante quanto possa ser economicamente valorada. A natureza – que assumimos não somente como espaço, mas como completude, que abarca o meio e todos os seres que nele habitam – por este paradigma, tem a função de servir aos seres humanos, para dar-lhes mais humanidade. (PORTO-GONÇALVES, 2006; UNGER, 1991)

Reconhecemos que a exploração da natureza é parte de um processo maior, o de globalização. Para falar de um é necessário, antes, passar pelo outro, para entender como ele foi formado e onde estamos agora. Para abordar o assunto, baseamo-nos no trabalho de Porto-Gonçalves (2006), que ao descrever os períodos do processo de globalização, tomando como referência como se dá esta “mundialização” da natureza,

aponta quatro etapas. A primeira, que abarcou o século XV-XVI ao XVIII até hoje³, e que ele intitulou de *Colonialismo e a implantação da moderno-colonialidade* tem como marco inicial a “descoberta” da América, momento em que se passou a ter uma história e geografia mundiais se impondo a histórias regionais.

Este marco foi decisivo para a consolidação da hegemonia europeia no mundo ao preço de servidão, etnocídio e genocídio de povos indígenas e da escravização dos negros africanos para a produção mercantil, o que causou desorganização das sociedades originárias e a exploração de seus bens. Países que tinham as maiores manufaturas do mundo, nesta época, tiveram seu conhecimento pilhado e não usufruíram da Revolução Industrial, o que nos leva ao registro de que “o estatuto colonial da modernidade distribui desigualmente os proveitos e os rejeitos do seu progresso” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 26).

O segundo período da globalização, demarcado pelo autor como sendo do início do século XVIII ao início do século XX até hoje, foi chamado de *O capitalismo fossilista e o imperialismo*. Neste, que começou com a descoberta da máquina a vapor, a geografia mundial manteve a estrutura moderno-colonial, mas houve uma revolução nas relações do homem com a natureza, à medida que a energia necessária ao trabalho deixa de ser concedida pela biomassa – que tinha limitação de espaço, requerendo grandes áreas para a sua produção – e passa a ser proporcionada pela máquina a vapor, com o uso do carvão. Esta mudança possibilitou que a indústria não precisasse mais estar perto de onde se produz a matéria-prima, dissociando-se o lugar de onde se extrai a matéria daquele onde ela será transformada e consumida.

A partir daí a agricultura pôde especializar-se, criando as grandes monoculturas, além de abandonar sua relação com a pecuária e o extrativismo dos bosques, já que os adubos e a energia necessária à produção poderiam vir de longe. Este momento é marcado pelo início da substituição da agricultura orgânica pela mecânica e química, e o começo da dependência das indústrias e financiamento dos bancos. Para o autor, “A busca incessante do lucro por meio do aumento da produtividade, característica da lógica de mercado (competitividade), se crê independente e acima do fluxo de matéria e

³ Todas as fases apresentadas por Porto-Gonçalves têm um ponto inicial e um período de desenvolvimento, marcados na sua descrição, e prosseguem até hoje, porque permanecem as suas repercussões e implicações.

energia do planeta, de cada biorregião, de cada contexto geocultural e social específico” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.31).

A terceira fase da globalização, que vai dos anos 1930 aos anos de 1960-70 até hoje, chamada pelo autor de *O capitalismo de estado fossilista fordista* surge com as linhas de montagem de Henry Ford, e é fortemente marcada pela Revolução Bolchevique, de 1917, a crise pós Primeira Guerra Mundial, a greve dos mineiros, de 1926 e a crise do liberalismo, de 1929. Enquanto Ford acreditava (ou dizia acreditar) que o funcionário de sua fábrica conseguiria comprar o carro que produzia, a natureza não foi mensurada em seus limites, tanto de fornecimento de material para esse regime de larga escala, quanto para absorver seus resíduos. Este momento da história também é marcado pela intervenção do estado após a crise de 1929, levando a crer que, sem sua mediação política, o capitalismo se agravaria ainda mais. O Capitalismo de Estado Fossilista Fordista teria, então, duas versões: uma em que os monopólios são detentores da hegemonia e outro em que esta é pertencente ao estado.

O Plano Marshall, no pós 1945, assinalou os anos dourados desse Capitalismo e consagrou a sociedade do consumo de massas, da qual ficaram apartados os países mais pobres. Esta época também foi marcada pela ascensão das grandes corporações empresariais transnacionais e, mais tarde, no começo dos anos 70, pelo rompimento dos EUA com o padrão-ouro, aumentando ainda mais a financeirização da economia mundial. Com o dólar passando a ser o lastro, a dívida externa⁴ de países da América Latina e África e reforçou-se em muito a diferença média de renda dos países ricos e pobres.

A quarta e última fase deste processo, chamada de *Globalização neoliberal*, aponta para a insustentabilidade ética e moral do modelo fordista fossilista do capitalismo, uma vez que a dominação da natureza, que até os anos 60 era uma solução (o desenvolvimento), passa a ser um desafio (a questão ambiental). Neste momento o mundo se questiona, dentre outras coisas, sobre como manter fluxo de matérias-primas

⁴ Cabe atentar para o fato descrito por Porto-Gonçalves (2006) de que o colonialismo e o imperialismo, dentro da globalização, têm na dívida externa dos países pobres e nas políticas de ajuste seu principal instrumento de dominação política. Estes países periféricos, reduzidos a condições semicoloniais, podem ser chantageados politicamente por organismos financeiros internacionais, agravando a pilhagem de seus recursos naturais e seus problemas ambientais. Isto porque as taxas de juros são elevadas e, para equilibrar as contas públicas e obter o superávit primário, cortes nas áreas social e ambiental costumam ser feitos. Além disso, os preços das *commodities* produzidas nestes países são diminuídos à medida que cresce a dependência de insumos e energia dos países desenvolvidos em relação aos subdesenvolvidos.

e energia, sem o qual o capitalismo não consegue se reproduzir e como permanecer com a colonialidade do saber e do poder, quando já não se pode afirmar a superioridade de raças. Porém, apesar da legitimação da questão ambiental, este é o período em que mais se destruiu a natureza.

A crescente destruição da natureza promovida pela exploração predatória dos seus bens tornou necessário o desenvolvimento de uma agenda ecológica internacional voltada ao enfrentamento destes problemas. O marco inicial das preocupações do homem moderno com o assunto é o Clube de Roma, de 1968, uma associação que reuniu profissionais das áreas de diplomacia, indústria, academia e sociedade civil para discutir questões relativas ao consumo de recursos limitados num mundo marcado pela interdependência entre os países. As reflexões provenientes destes encontros resultaram, em 1972, num relatório intitulado *The limits to Growth* que afirmava a possibilidade de progresso econômico dentro das limitações ambientais. O êxito⁵ deste relatório possibilitou o desenvolvimento de outros, além de contribuir para a criação de Ministérios do Meio Ambiente em diversos países⁶. (CLUB OF ROME, 2015)

No encalço desses primeiros apontamentos, ainda em 1968, foi realizada a Conferência Internacional sobre a Utilização Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por meio da qual foram indicadas as bases para o desenvolvimento de um programa internacional dedicado ao Homem e à Biosfera (*Man and Biosphere - MAB*), que foi criado dois anos depois. Neste primeiro momento, notamos que as discussões propostas nos eventos estavam voltadas para questões técnicas e científicas, sendo mantidas entre os pares. A ramificação para outras áreas, como a social, política e econômica só veio mais a frente, com a preparação e o desenvolvimento de conferências propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1972, numa parceria da ONU com os Estados e a comunidade científica, foi realizada a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia. Este foi o primeiro grande encontro internacional sobre o assunto e reuniu representantes de 113 países para discutir problemas ambientais. Uma das principais deliberações da Conferência de Estocolmo foi a criação do PNUMA (sigla em português para Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - em inglês,

⁵Conforme a associação, foram vendidas mais de 12 milhões de cópias do relatório em 30 línguas ao redor do mundo.

⁶ O Ministério do Meio Ambiente do Brasil só foi criado em 1992.

United Nations Environment Programme – UNEP), que tinha como proposição o equilíbrio de interesses nacionais e mundiais, por meio da busca de convergências em relação a problemas ambientais comuns dos países signatários. (WEBBER, 2001)

Apesar de a preocupação com o meio ambiente já ser crescente nesta época, grandes acidentes ocorreram, reforçando a necessidade de tornar a questão ambiental como uma pauta de discussão importante e impulsionando o envolvimento de outros atores sociais na busca por uma nova forma de desenvolvimento. Dentre os maiores acidentes nesta época, citamos o desastre de Bhopal, na Índia, em 1984, considerado o maior acidente químico da história, que deixou um rastro de oito mil mortos em três dias⁷, após o vazamento de 40 toneladas de gases letais de uma fábrica de agrotóxicos; o acidente nuclear de Chernobyl (1986), na Ucrânia, que causou 31 mortes e mais de 300 mil pessoas com doenças graves decorrentes do lançamento de partículas radioativas no ar após explosão de um reator; e o acidente com o petroleiro Exxon Valdez, em 1989, que causou o derramamento de aproximadamente 40 milhões de litros de petróleo na costa do Alasca, nos Estados Unidos, afetando cerca de 1.800 km de praias e causando a morte de milhões de animais.

O ano de 1992 marcou um compromisso efetivo de chefes de estado com a preservação do meio ambiente, por meio da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), que ficou conhecida como Rio-92 ou ECO-92. Nesta conferência, que reuniu mais de 170 países, o termo “desenvolvimento sustentável” passou a ser o ponto fulcral na estratégia de conservação do planeta, sendo designado como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”, conforme o Relatório Brundtland (1987), documento produzido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas e que serviu como base para as discussões da ECO-92. O documento aponta que os padrões de consumo e produção vigentes na época eram incompatíveis com o desenvolvimento sustentável que se buscava. Foram traçados, neste encontro, planos de ação, sendo o mais importante deles a Agenda 21, que previa modos de atingir o desenvolvimento sustentável no século XXI.

⁷Até os dias atuais, milhares de pessoas seguem com problemas de saúde resultantes do acidente. Estima-se que pelo menos 150 mil pessoas foram afetadas.

Cinco anos depois, Nova York sediou a reunião da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, cujo objetivo foi o de avaliar como os países estavam (e se estavam) aplicando as resoluções aprovadas na ECO-92, bem como o desenvolvimento da Agenda 21 destas nações. Em 2002, foi a vez de Johannesburgo, na África do Sul, receber a Rio+10, evento que marcou os dez anos da ECO-92 e se propunha tanto a avaliar as questões ambientais daquela década como a observar os compromissos que haviam ficado pendentes. Em 2012, a Rio +20 foi realizada também no Rio de Janeiro, com os mesmos objetivos.

Em 2015, foi realizada a Conferência das Partes sobre a Mudança do Clima (COP-21), em Paris, na França, um esforço empreendido para que os 196 países membros da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) chegassem a um consenso sobre os novos rumos da Convenção de clima. O cenário atual é desolador. Segundo o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), divulgado em novembro de 2014, a temperatura média na superfície da Terra aumentou 0,85 grau Celsius entre 1880 e 2012, tornando a concentração de gases-estufa na atmosfera a maior contabilizada nos últimos 800 mil anos. Conforme a Rádio ONU (2015),

Este pequeno aumento causou grandes impactos: quase metade das calotas polares do Ártico derreteram, milhões de hectares de árvores no oeste americano morreram devido a pragas relacionadas com o calor e os maiores glaciares no oeste da Antártida – com dezenas de milhões de metros cúbicos de gelo – começaram a desintegrar-se. Mesmo que os níveis de CO₂ parassem de aumentar já amanhã, a temperatura continuaria a aumentar em cerca de 0,5°C. (RADIO ONU, 2015, documento eletrônico)

Para evitar que as mudanças climáticas se tornem irreversíveis, o uso de combustíveis fósseis — o principal motor da economia mundial — deve ser zerado em 2100. Para isso, os países precisam quadruplicar o uso de energias renováveis até 2050. (RÁDIO ONU, 2015)

No encontro, pela primeira vez, os países chegaram a um consenso e assinaram um novo acordo global em substituição ao Protocolo de Kyoto, único instrumento legal da Convenção e que não era aceito pelos principais poluidores. Esse novo acordo, pautado pelas Contribuições Intencionais Nacionalmente Determinadas (INDCs) – que definem quanto, como e quando os países irão reduzir suas emissões de gases de efeito estufa para limitar o aquecimento global neste século – propõe limitar o aquecimento a menos de 1,5 graus Celsius nesse período.

É importante destacar que as conferências costumam propor discussões sobre problemas que – conforme os países desenvolvidos – têm alcance global. As mazelas dos países em desenvolvimento sempre foram tomadas como problemas locais, de governança, e receberam soluções universais para dificuldades diferentes (LAGO, 2006), o que é questionável do ponto de vista do desenvolvimento sustentável que se busca. Por isso, boa parte do que foi proposto nas últimas conferências nunca foi colocado em prática. Nesse sentido, a COP-21 demonstra um avanço ao propor a criação de um fundo climático verde em que os países que dispõem de maior capacidade econômica custeiem o enfrentamento do problema pelos países em desenvolvimento, para que esses transicionem para economias de baixo carbono.

Ainda dentre os eventos importantes no que concerne às discussões sobre a questão ambiental, também se deve destacar o Fórum Social Mundial (FSM), que nasce em 2001, para fazer contraposição ao Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça. Enquanto este dava conta dos processos econômicos a que o mundo está submetido, a edição social – proposta por redes, movimentos sociais, organizações não-governamentais e da sociedade civil – propôs discutir alternativas às políticas neoliberais, para a “construção de um mundo melhor”. Desde então, o evento acontece anualmente, em diversas partes do mundo. (FSM, 2015)

A realização desses e de outros eventos corroboraram com a criação de movimentos civis organizados em diversas partes do mundo, voltados à questão ambiental. Sobre os grupos que se formaram no Brasil para tratar do assunto ocuparemos-nos adiante.

2.2. O MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL

O ambientalismo – aqui tomado como movimento social ou estatal em prol do meio ambiente - se formou com a emergência das grandes conferências e eventos, mas não somente no seio destes. Pires (2007), em dissertação sobre a gênese dos estudos ambientais brasileiros, aponta que o ambientalismo emergiu, sobretudo, na burocracia estatal (por exemplo, políticas ambientais ou *ecopolitics*), no campo político (partidos verdes, associações ambientalistas) e científico (Sociologia, Antropologia e Ciência Política).

Com dimensões continentais e a maior biodiversidade do planeta, os bens naturais brasileiros sempre foram alvo de interesse dos países ricos que, com discurso colonizador, sugeriram que o Brasil não seria capaz de proteger seus “recursos

naturais”, que seriam “patrimônio mundial”. As pressões para a criação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável recaem sobre o país desde o início destas discussões, especialmente por conta de suas grandes reservas de água potável. O Brasil participou ativamente da Conferência de Estocolmo, mas seu interesse era mais o de reivindicar o direito de crescimento econômico, usufruindo dos bens naturais, como já faziam os ditos países desenvolvidos, que de fato o de usar essas riquezas de maneira harmônica.

A pressão internacional impulsionou certa conscientização nacional sobre a necessidade de se discutir o tema ambiental. No ano seguinte, o país criava a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), primeiro órgão governamental a trabalhar as questões ambientais, em cujas atribuições era possível observar traços fortes das discussões de Estocolmo. A criação de políticas ambientais durante o processo de redemocratização, o apoio da Igreja Católica e da Ordem dos Advogados do Brasil, aliados à fundação de grandes associações ambientais no exterior – como o Greenpeace, em 1971, que serviu de modelo de organização e estratégias de mobilização para ativistas – fomentaram o desenvolvimento do ambientalismo no Brasil. (PIRES, 2007)

No Rio Grande do Sul, a primeira organização ambientalista foi criada em São Leopoldo no ano de 1955, por Henrique Luiz Roessler. A União Protetora da Natureza (UPN) inspirou a criação das demais entidades, sendo a mais conhecida entre elas a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), criada em 1971, em Porto Alegre. Liderada por José Lutzenberger, entre outros, surgiram no seu encalço diversas outras associações pelo país, construindo, então, o movimento ambientalista brasileiro.

Todos esses movimentos convergem na ideia de que o modo como o homem apropria-se da natureza e dos seus bens é devastador e que há a necessidade de se buscar saídas para que a vida humana na Terra continue sendo possível. Nesse sentido, falaremos adiante sobre algumas das principais correntes ecológicas implicadas nesse intento.

2.3 SOCIEDADE-NATUREZA: ALGUMAS REFLEXÕES

Como dissemos, a insustentabilidade ambiental que marca a sociedade contemporânea é considerada uma crise na relação sociedade-natureza sem precedentes

e exige uma definição operacional urgente, capaz de refrear os impactos e as consequências dessa crise ambiental. Para tanto, há investidas de uma série de áreas do conhecimento sobre o assunto. Adiante, faremos uma interlocução com aspectos da Filosofia, da Ecologia e da Política para subsidiar a nossa discussão e nos ajudar a compreender os conceitos de conservação e preservação que nos são basilares neste trabalho. Isto porque o nosso objeto de estudo, que se denomina preservacionista, demanda uma aproximação com os termos.

Entendemos que o modo de vida atual é incompatível com a manutenção da espécie humana em longo prazo, isto porque na ética utilitarista que vigora no contemporâneo, o valor do indivíduo só se realiza na propriedade privada dos bens de produção e de consumo, que convergem para uma maior competitividade e concorrência. Essa ética se reflete na dominação da natureza, que vale o quanto pode ser útil aos homens. (PELIZZOLI, 2003)

Capra (2001) afirma tratar-se de uma crise complexa, multidimensional e que afeta toda a vida na Terra.

É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais. Uma crise de escala e premência sem precedentes em toda história da humanidade. Pela primeira vez temos que nos defrontar com a real ameaça de extinção da raça humana e de toda a vida no planeta. (CAPRA, 2001, p.11)

Segundo o autor, a problemática atual faz parte de um momento de transição, que se assemelha àquele vivenciado quando do advento da agricultura, no Neolítico, em que os homens começaram a se fixar nas cidades e houve o surgimento das primeiras civilizações; ou à ascensão do cristianismo pós-queda do Império Romano; ou, ainda, à transição da Idade Média para o período de Revolução Industrial, e esse tipo de transformação não pode ser evitada, pois surge como única saída para evitar o colapso.

Para suportar a transição, Capra (2001, p.23) propõe “um profundo reexame das principais premissas e valores da nossa cultura”, que seja acompanhado de uma profunda alteração nas relações sociais e formas de organização social. Ele admite que sejam moldadas as comunidades humanas de acordo com os ecossistemas naturais, com a dinâmica dos organismos vivos, que se mantêm pela interdependência com o meio, sendo este também organismo.

Consoante Capra (2001, p.388),

Num ecossistema equilibrado, animais e plantas convivem numa combinação de competição e mútua dependência. Cada espécie tem potencial suficiente para realizar um crescimento exponencial de sua população, mas essas tendências são refreadas por vários controles e interações. Quando o sistema é perturbado, começam a aparecer "fujões" exponenciais. Esse descontrole faz com que algumas plantas se convertam em "ervas daninhas", alguns animais, em "pragas", e outras espécies sejam exterminadas. O equilíbrio, ou saúde, de todo o sistema estará então ameaçado. O crescimento explosivo desse tipo não está limitado aos ecossistemas, mas ocorre também em organismos individuais (CAPRA, 2001, p.388)

Ver o mundo como uma rede de fenômenos interligados e interdependentes, conforme o autor, é atribuição da ecologia profunda, escola de pensamento fundada por Arne Naess no início da década de 1970, e em cujas bases está assentado muito do que se reflete sobre meio ambiente até os dias atuais. Naess (1970) contrapôs a ecologia rasa - antropocêntrica, para quem o homem está acima ou fora da natureza e pode atribuir a ela um valor instrumental ou utilitário – à ecologia profunda, que reconhece o valor de todos os seres e entende o homem como apenas um dos fios que formam a complexa teia da vida.

Dentro do contexto da ecologia profunda, a visão segundo a qual esses valores são inerentes a toda a natureza viva está alicerçada na experiência profunda, ecológica ou espiritual, de que a natureza e o eu são um só. Essa expansão do eu até a identificação com a natureza é a instrução básica da ecologia profunda, como Arne Naess reconhece: o cuidado flui naturalmente se o “eu” é ampliado e aprofundado de modo que a proteção da natureza livre seja sentida e concebida como proteção de nós mesmos. (CAPRA, 1998, p.28)

Para construir essa nova forma de vida, segundo Capra (1998), é necessário que se efetivem ações para a construção de uma alfabetização ecológica, isto é, que se compreenda o princípio de organização dos ecossistemas para que se possa viver em consonância com eles. O núcleo intelectual da alfabetização ecológica é o pensamento sistêmico, que reflete em termos de relações, padrões e contexto. Ainda conforme o autor, a ecologia profunda é apoiada pela ciência e mais fortemente por uma nova abordagem sistêmica, cujas bases repousam numa percepção da realidade para além da estrutura científica, atingindo a consciência de que a vida é uma, que há uma intercomplementaridade e interdependência que se manifestam de diversas maneiras.

Unger (1991; 2001; 2009), na perspectiva da Filosofia, vai um pouco além, ao admitir que a gravidade da situação atual não se deve unicamente à ameaça da destruição dos bens mais vitais. Para ela, o momento é grave essencialmente porque o homem esqueceu o próprio significado de ser humano, à medida que se apodera

ilimitadamente sobre todas as coisas, isolado, sem diálogo com a natureza ou referência da Terra como abrigo. A autora considera que existe uma desertificação do homem contemporâneo, em que as formas de sociabilidade e convivência dão lugar ao individualismo desmedido e ao olhar superficial para o outro, que não considera a diferença e não dialoga com outras falas. É o homem desenraizado de sua própria natureza humana.

Sob o comando da vontade de poder, da recusa do sagrado, da necessidade de reduzir a natureza e os outros homens à condição de objetos de sua ganância, o homem contemporâneo perde simultaneamente a noção de seu lugar no universo e o contato com potencialidades constitutivas de sua humanidade. (UNGER, 2009, p.151)

A filósofa ainda aponta para uma dessacralização do mundo promovida por essa ruptura do homem com relação ao que (para ele) lhe é exterior. A expulsão do sagrado da Terra permite toda a sorte de cálculos e manipulações pelo homem moderno que se coloca como centro ontológico do universo. Trata-se de um desligamento do “eu” e do “nós”, de um crescente individualismo e da dessacralização das relações humanas e com o ambiente.

Para que a sociedade assuma outra postura perante a natureza é preciso transmutar a compreensão do que é real dentro da realidade. “É preciso que nós possamos ver que o Universo não é composto por um conjunto de objetos dos quais somos o colecionador” (UNGER, 1991, p.56). Ela sugere esforços em busca de um “reencantamento do mundo”, que diz respeito a um novo modo de contemplação que permita um olhar não reificado do meio ambiente. Essa visão oportuniza a constituição de uma nova ética, que permite resgatar o senso de cordialidade e respeito para com a Terra e seus habitantes. Também adepta da ecologia profunda, Unger (1991) entende que desta corrente parte a reaproximação entre as dimensões social e espiritual e o questionamento à visão de mundo antropocêntrica e utilitarista característica do contemporâneo.

A aplicação destes princípios às estruturas sociais reforça uma concepção qualitativa da vida e realça valores como a simplicidade, o desenvolvimento autossustentado (ou seja, os empreendimentos que se sustentam no tempo porque respeitam os ciclos e a dignidade da natureza e dos homens), a não violência (baseado no respeito pela vida). (UNGER, 1991, p. 72)

A construção de uma nova ética é o que propõe o também filósofo Leonardo Boff, que prega uma intervenção na realidade considerando todas as suas

consequências, sejam benéficas ou malélicas. Na ética do cuidado, proposta pelo autor, cuidado e responsabilidade estão intrinsecamente ligados.

Essa ética é hoje imperativa. O planeta, a natureza, a humanidade, os povos, o mundo da vida (Lebenswelt) estão demandando cuidado e responsabilidade. Se não transformarmos estas atitudes em valores normativos dificilmente evitaremos catástrofes em todos os níveis. Os problemas do aquecimento global e o complexo das varias crises, só serão equacionados no espírito de uma ética do cuidado e da responsabilidade coletiva. É a ética da nova era. (BOFF, 2009, documento eletrônico)

Se vimos a questão ambiental pela ótica da Filosofia, o faremos agora pelo olhar da Ecologia que, por sua vez, assume a necessidade de usufruto dos bens naturais pelo homem, desde que observados determinados limites. A ver.

Odum (2004) afirma que é preciso assegurar a preservação de um ambiente de qualidade que garanta tanto as necessidades estéticas e de lazer como as de produtos e, ainda, garantir a produção contínua de plantas, animais e materiais úteis para o homem, por meio da determinação de um ciclo que promova o equilíbrio entre colheita e renovação. A esse modo de contemplação, chamado de conservacionista, segundo o autor, consta a possibilidade de usos múltiplos do ambiente, entendendo que, por meio de um desenvolvimento planejado e que respeite as leis ecológicas e humanas, seja possível conservar tão bem uma lagoa em que seja proibido pescar quanto outra em que se aplique um plano de ordenamento no qual se possa fisgar um número tal de peixes por hectare a cada ano. Para os conservacionistas,

O mundo nunca teria falta de materiais vitais caso se dispusesse a ajustar o tamanho de sua população e o volume de sua procura de recursos ao nível ou abaixo do nível que permite o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos de uma forma tal que os materiais, bem como os organismos sejam “reunidos” tão depressa como são “dispersados”. (ODUM, 2004, p.650)

Por outro lado, Odum (2004) admite que haja, também, a necessidade, em situações específicas, de impor restrições ao uso de determinados espaços, como áreas naturais que deveriam ser acessíveis somente para estudos ou para o prazer estético humano. “Com o crescer da população humana, torna-se mais importante que sejam preservadas intactas, para efeito de estudo e de deleite, amostras adequadas de todas as comunidades naturais principais.” (ODUM, 2004, p. 650.) Para ele, esses espaços preservados devem servir como “controle” para entender as modificações causadas pelo homem nos ecossistemas naturais e para evitar práticas nocivas. Eis o modo de contemplação preservacionista.

Vimos, então, a partir de Odum (2004), que preservação e conservação não são conceitos de todo díspares, havendo intersecções entre eles. Mas, sob o prisma político

brasileiro, há uma separação entre esses conceitos que rege o sistema legal e que deve ser destacada.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004) admite que conservação e preservação não são sinônimos, porque a primeira está voltada para o uso humano da natureza, em bases sustentáveis, enquanto que a preservação visa à proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas. O seu conceito de conservação da natureza é descrito como:

Utilização racional dos recursos naturais renováveis (ar, água, solo, flora e fauna) e obtenção de rendimento máximo dos não-renováveis (jazidas minerais), de modo a produzir o maior benefício sustentado para as gerações atuais, mantendo suas potencialidades para satisfazer as necessidades das gerações futuras. (IBGE, 2004, p. 82)

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por sua vez, informa que preservação diz respeito ao

[...]conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção em longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais". (BRASIL, 2000, documento eletrônico)

Já a conservação, aparece no Ministério operacionalizada através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, disposto na Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que contempla 12 categorias de manejo, distribuídas entre unidades de proteção integral e entre unidades de uso sustentável. Contudo, mesmo as unidades de proteção integral, como os parques, permitem a realização de atividades de recreação, ensino e pesquisa, dentre outras.

Concluimos que o uso da natureza pelo homem, desde que de maneira considerada sustentável, é incentivado no país. Porém, percebemos que há entraves que repercutem no discurso do próprio MMA ao admitir que o pouco número de áreas de proteção total é uma problemática que precisa ser enfrentada. Pois, no que concerne à Caatinga, um dos biomas mais devastados do Brasil, o Ministério festeja o aumento do número de áreas de conservação (atualmente equivalem a 7,5% do total), mas afirma que

Ainda assim, o bioma continuará como um dos menos protegidos do país, já que pouco mais de 1% destas unidades são de Proteção Integral. Ademais, grande parte das unidades de conservação do bioma, especialmente as Áreas de Proteção Ambiental – APAs, têm baixo nível de implementação. (MMA, 2015, documento eletrônico).

Entendemos, com isso, que ainda que incentive a exploração nas unidades de conservação de uso sustentável, o MMA admite que a proteção do ecossistema se dá

preferencialmente pela via da preservação, ou seja, das unidades de proteção integral, cujo número ainda é deficitário no país.

Admitimos que as pressões dos setores econômicos sobre esses espaços são latentes, o que dificulta a implementação de mais unidades de conservação de proteção integral no país. A aprovação da Lei 12651/2012 de Proteção da Vegetação Nativa (antigo Código Florestal Brasileiro), que suprimiu determinados artigos das leis que protegiam esses espaços e diminuiu ainda mais as áreas de proteção permanente, por exemplo, demonstra os constrangimentos político-econômicos que envolvem esse processo.

Entendemos que a preservação está contida na conservação, sendo, porém, mais restritiva que esta. Convém destacar, então, que não há equivalência de sentidos entre as expressões “conservação” e “preservação”, uma vez que se ligam a referentes distintos. Imaginemos pois que, na prática, a conservação pretenda uma limitação de uso dos bens naturais dos ecossistemas com **orientações** à interferência humana. No caso da preservação, seriam impostas **restrições** ao uso humano.

No capítulo a seguir, abordaremos o papel do Jornalismo como prática social e a sua responsabilidade na produção de sentidos, e apresentaremos o nosso lugar de fala, que é o do Jornalismo Ambiental.

3 O JORNALISMO DE QUE FALAMOS

Apontamos a responsabilidade do homem perante a degradação ambiental e como a sua interferência predatória no ambiente natural tem causado perda de bens que são vitais à própria espécie. Mas, do ponto de vista prático, pouco temos feito para sanar essas questões. Citamos as conferências e sua pouca eficácia; as correntes ecológicas e seus embargos e questionamo-nos como esses problemas ambientais podem deixar de ser uma “questão ambiental” e passarem, de fato, para a agenda pública.

De acordo com Hannigan (2002, p.121), dentre outras imposições, para que isso aconteça é necessário que exista visibilidade midiática. “Sem a cobertura da mídia, as possibilidades que um problema prévio possa entrar numa arena do discurso público ou se tornar parte do processo político são bastante reduzidas”. O papel dos meios de comunicação seria, para ele, importante – à medida que seu discurso responde aos questionamentos sobre o que está acontecendo - e complexo – uma vez que na “manufatura” da notícia escapam ou são distorcidos acontecimentos reais. Neste capítulo, aproximamo-nos do Jornalismo de que falamos, bem como da especialidade ambiental, lugar em que está inscrita esta investigação.

3.1 JORNALISMO: DISCURSO E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Neste trabalho, nos toca o Jornalismo que, enquanto mediador, diz não só sobre o que pensar, mas como pensar. (TRAQUINA, 2002) Em acordo com Benetti (2006, p. 2-3), entendemos o Jornalismo como discurso “dialógico; polifônico; opaco; ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares; com um contrato de leitura específico, amparado na credibilidade de jornalistas e fontes”. No que concerne às condições de produção do discurso jornalístico, retomamos Pinto (1996), que construiu um quadro sobre algumas destas variáveis, ainda bastante atual. De acordo com o autor, faz parte do contexto de construção da notícia em jornais diários o que ele chama de uma *regulamentação institucional inicial*, por meio da qual as notícias são selecionadas, classificadas e paginadas.

Também interferem nessa construção as *normas explícitas de estruturação do texto*, que definem o modelo de organização dos dizeres e a predominância de enunciados; a *produção* do texto em si, momento em que os atores (repórteres, editores,

diagramadores) observam, entrevistam, recortam, paginam os textos em questão; e a *distribuição*, por meio da qual determinados assuntos ganham destaque em primeira página, com foto ou a manchete.

Todos esses pormenores, necessários à construção da notícia, são definidos de acordo com o interesse do jornal e (aquilo que ele acredita serem) as expectativas do seu público. Nesse sentido, tomamos a notícia como “uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 299), tendo como matéria-prima os acontecimentos, que são pinçados, dentro de um imenso universo, a partir daquilo que o jornalista julga ser digno de obter existência pública (TRAQUINA, 1988). Isto se reforça pelo papel de mediação crítica na formação da opinião pública desempenhado pelas mídias, que ajuda a reproduzir as condições que favorecem à infraestrutura, com efeito de evidência.

Muitas destas formas estruturadas de comunicação são tão comuns, tão naturais, tão dadas como adquiridas, tão profundamente embutidas nas próprias formas de comunicação que são utilizadas, que são dificilmente visíveis como construções ideológicas, a não ser que se pergunte deliberadamente: “Que mais poderia ser dito deste tópico, que não tenha já sido dito?” “Que questões se omitiram?” “Porque é que as perguntas – que pressupõem sempre respostas de determinada natureza – reincidentem tantas vezes nesta forma?” “Porque é que certas outras questões nunca aparecem?” (TRAQUINA, 1988, p.236)

Assim, temos que o Jornalismo é uma prática social capaz de interpretar o mundo por meio de recursos correspondentes a lógicas institucionalizadas e legitimadas de apreensão do cotidiano. Estas funcionam como uma espécie de metodologia para se pensar a realidade e produzem um tipo de conhecimento sobre ela. (BERGER; TAVARES, 2014) No processo de construção da notícia, o discurso jornalístico pode enfatizar, detalhar, afirmar ou apagar outros dizeres, o que nos faz assumir que aquilo que ele produz é da ordem dos efeitos, dentre os quais o efeito de verdade, de literalidade e de consenso. Todos fortes, porque se alimentam de valores e crenças que eles mesmos produziram. (BENETTI, 2010)

Outro aspecto considerável do Jornalismo é sua participação na construção da agenda, da realidade e dos valores que circulam socialmente pela posição estrutural que a atividade ocupa, garantida por uma autoridade socialmente concedida (MIGUEL,

1999). Ele é tido como sistema perito⁸, cuja competência é reconhecida pela sociedade por meio da confiança quanto à veracidade das informações relatadas, à justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato e na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de "fatos" disponíveis (MIGUEL, 1999).

É assumindo esse poder que o Jornalismo adquiriu pela credibilidade depositada que entendemos sua força na construção de discursos que vão ressoar socialmente. Acolhemos o Jornalismo como fórum público - que deve trazer os problemas importantes enfrentados pelo país à tona, para encontrar soluções para os problemas da sociedade e estimular as comunidades a refletirem sobre o que vivem. Corroboramos com a ideia de que “A finalidade do jornalismo é fornecer informação às pessoas para que estas sejam livres e capazes de se autogovernar” (KOVACK; ROSENSTIEL, 2004, p. 22). Conforme esses autores, os princípios e a finalidade do Jornalismo residem na função que a notícia exerce na vida das pessoas, o que constrange os profissionais que desempenham essa tarefa a intentar para a obrigação moral e social encampada nesta práxis.

Logo, entendemos que investigar a prática jornalística relacionada às questões ambientais é, antes de tudo, pensar sobre os sentidos que ele constrói e que vão ressoar em outros discursos que estão sendo moldados a partir daquela mediação e por meio dos quais seja possível que a sociedade, informada, consiga encontrar caminhos para o seu pleno desenvolvimento em harmonia com o meio ambiente.

3.2 JORNALISMO AMBIENTAL: OUTRO OLHAR

Kovach e Rosenstiel (2004) fazem uma dura crítica à visão pluralista da participação do público, afirmando que “as pessoas são muito mais complexas do que as categorias que criamos (os jornalistas) para elas” (p.48). Conforme os autores, o Jornalismo não deve se propor a apresentar uma verdade para o seu público, mas dar a ele o que precisa para encontrar por si próprio a verdade, num processo que se estende ao longo do

⁸Para Giddens (1991, p.35), a sociedade encontra-se num movimento contínuo de desencaixe de relações sociais, mobilizado pela influência crescente de sistemas peritos, que se diz daqueles "sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje". Conforme o autor, esses sistemas apresentam grande autonomia e implicam num reconhecimento de sua competência permitido pelos clientes ou consumidores.

tempo. É por seu caráter transformador, permitindo o empoderamento dos sujeitos, que o Jornalismo Ambiental se coloca como revolucionário (CAMANA, 2014).

Entendemos o Jornalismo Ambiental como “o trabalho de apuração dos fatos e produção de notícias que, sendo voltado ao tema ambiental, é convocado a direcionar um olhar diferenciado sobre a realidade a ser relatada” (GIRARDI et al, 2012, p.74). Ele se propõe a incluir uma perspectiva holística e o aprofundamento nos conteúdos (MASSIERER, 2011), a fim de produzir notícias que sejam mais contextualizadas e percam o caráter fragmentado que comumente as acompanha. Trata-se de uma especialização comprometida com a qualidade de vida planetária e com a construção social de uma realidade mais justa e ecológica, em cujas características emergem a contextualização socioambiental, a relação risco/limite, os processos longos, a incerteza científica e a complexidade técnica (BELMONTE, 2015). O Jornalismo Ambiental está, ainda, fundamentado na ecologia profunda (NAESS, 1970), que defende o convívio harmônico com a natureza, entendendo suas limitações. Por isso, requer olhar acurado e uma fuga da lógica empresarial produtivista.

De acordo com Bueno (2007), o Jornalismo Ambiental pode ser observado como um processo de captação, produção, edição e circulação de informações comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público não especializado; e que é contemplado em várias mídias. Para ele, a especialidade se caracteriza, também, pela atualidade e periodicidade, podendo tanto estar inserida em um veículo que dá espaço a outras coberturas, quanto fazer parte de publicações especializadas. Victor Bacchetta (2000, p.18) afirma que se trata de “um dos gêneros mais amplos e complexos do jornalismo⁹”. Para John (2001), diferentemente de outras especialidades, esta ultrapassa a ideia de apenas informar e toma por papel a educação, formando indivíduos “ambientalmente educados”, daí a necessidade de formação prévia e atualização constante do profissional que se dedica a esta especialidade.

Cabe ao jornalista ambiental explicar novos conceitos, técnicas, tecnologias e descobrir que relação têm elas com a destruição ou preservação dos recursos naturais; com a integridade e o funcionamento dos ecossistemas ou do meio ambiente urbano. Também cabe ao jornalista ambiental acolher e investigar denúncias e disseminá-las no meio mais adequado, provocando reações locais ou globais, conforme o caso. (JOHN, 2001. p.88)

Ao discutir sobre a educação ambiental – prática fomentada por esse Jornalismo – que pode ser provida por um jornal aos seus leitores, André Fonseca (2004) pontua

⁹Em tradução livre.

que não é preciso deixar de ser jornalista ou se afastar de seu caráter informativo para atingir esta finalidade.

Abrçar a cobertura ambiental não significa aderir à histeria. Da mesma forma, problematizar as questões e fornecer subsídios criteriosos ao debate público não combina com o maniqueísmo usual nas militâncias ideológicas. Ao contrário, alimentar a neurose coletiva com previsões atemorizantes, *além de promover a desinformação*, pode de fato levar populações, instituições e governos a optar por soluções enganosas ou contraproducentes. O entusiasmo retórico muitas vezes tende a ficar cego diante do evidente – argumentos e fatos são duas coisas diferentes. (FONSECA, 2004, p. 137. Grifo nosso.)

No Brasil, fala-se em emergência do Jornalismo Ambiental nos anos 1950. Henrique Luiz Roessler, funcionário público, escrevia crônicas semanais no jornal *Correio do Povo*, no Rio Grande do Sul sobre a temática. Entre os anos de 1957 e 1963 foram mais de 300 delas (FANTE et al, 2015). No começo dos anos 70, reportagens sobre o meio ambiente já eram publicadas em todo o país, mas ainda não havia a configuração do Jornalismo Ambiental como especialização. Como temas frequentes nesta época apareciam a contaminação causada pelo polo industrial de Cubatão, em São Paulo, a poluição da fábrica de celulose Borregaard e as manifestações da Agapan¹⁰, contra os agrotóxicos. Foi a época, ainda, da chegada dos primeiros correspondentes de jornais do sudeste à Amazônia (BELMONTE, 2015).

Ainda conforme Belmonte (2015), o Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) em 1989 inspirou a formação de vários núcleos regionais de jornalistas com afeição pela pauta ambiental, às vésperas da ECO-92, que mais tarde consolidaria a prática no país. Dentre os agrupamentos de jornalistas surgidos no Seminário está o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ-RS), criado em 1990¹¹.

O Jornalismo Ambiental é uma atividade recente, fruto de esforços, em grande parte, individuais, de jornalistas interessados na temática e que se debruçam na tentativa de resistir às pressões do governo e dos setores envolvidos, tais como o comércio e a indústria. Dentre os principais desafios desta especialização está alcançar a pluralidade de vozes, além do desenvolvimento de uma nova ética da profissão que se baseie na consciência social e ecológica, trocando apresentações sensacionalistas de eventos destrutivos por outras pacíficas, que promovam a integração (CAPRA, 2001). Neste

¹⁰ Importante destacar que a Agapan foi criada no encaixo da visão de Roessler sobre a questão ambiental. (FANTE et al, 2015)

¹¹ O Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul conta 25 anos e permanece em atividade.

sentido, admitimos que o Jornalismo Ambiental busca abarcar a complexidade dos eventos ambientais por meio de uma visão sistêmica e se propõe a dar voz aos diferentes atores que têm algo a dizer sobre o assunto, não se atendo somente às fontes oficiais.

É pelo modo de contemplação do Jornalismo Ambiental que nos propomos a analisar os sentidos sobre preservação ambiental que emergem no discurso do *Nordeste Viver e Preservar*, do qual falaremos em seguida, estabelecendo relações com os dizeres pertinentes às correntes ecológicas já citadas e aquilo que está cristalizado sobre o assunto. O nosso interesse é refletir sobre a materialidade do texto televisivo, entendendo como o discurso do programa, reconstruído pelo jornalista, se refere à preservação do ambiente.

4 OBJETO EMPÍRICO E CAMINHO METODOLÓGICO

Sabemos que inúmeros autores investigaram a televisão e fizeram importantes contribuições no que se refere ao seu surgimento e história, traçando numerosas linhas acerca das seis décadas de existência desta mídia no Brasil¹². O mesmo dizemos do surgimento do telejornal¹³, também iniciado na década de 1950, e a posterior criação do *Jornal Nacional*, que imprimiu outro ritmo (e uma mentalidade empresarial mais afluada) para a produção desses noticiários. Posto isso, neste capítulo optamos por não refazer essa caminhada, mas trazer um panorama de sua vocação para a discussão relativa ao meio ambiente, questão norteadora deste trabalho. Somente então nos conduziremos ao *Nordeste Viver e Preservar*, programa de televisão de cunho jornalístico com o qual nos ocupamos nesta investigação e trazemos o trajeto para definir uma metodologia de análise de imagens em movimento, essencial para essa investigação.

4.1 TELEJORNALISMO SOBRE MEIO AMBIENTE NO BRASIL: O LUGAR DO NORDESTE VIVER E PRESERVAR:

A temática ecológica sempre teve relativo espaço na televisão brasileira. Buscamos destacar algumas das iniciativas que travaram discussões nesse eixo ao longo dos anos, sem pretensão de esgotá-las ou de traçar uma linha do tempo exata sobre o assunto. Entendemos que qualquer tentativa de fazê-lo seria imprecisa, dada a quantidade de material já produzido. Optamos por iniciar essa incursão pelo Globo Repórter, que no início dos anos 70 já discutia o assunto em seus programas. Em “Depois da Revolução,

¹²Destacamos a obra *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*, de Sérgio Mattos (2010), na qual ele traça um percurso histórico da televisão no Brasil, destacando sete fases principais: a *fase elitista* (1950-1954), quando o aparelho de televisão era considerado artigo de luxo; a *fase populista* (1964-1975), em que a TV era considerada um exemplo de modernidade; a *fase do desenvolvimento tecnológico* (1970-1975), que é marcada pela maior profissionalização dos produtos televisivos; a fase da transição e expansão internacional (1985-1990), na qual são intensificadas as exportações de seus produtos; a *fase da globalização e da TV paga* (1990-2000), em que existe uma adaptação da TV aos novos ditames, a *fase da convergência e da qualidade digital* (2000-2010), momento em que se inicia a substituição do modelo de televisão analógico para o digital no país e a *fase da portabilidade, mobilidade e interatividade digital* (2010-), que marca uma reestruturação do mercado de comunicação, fruto do compartilhamento do espaço com as novas mídias.

¹³ Ressaltamos o trabalho da Rede Telejor e de suas incursões sobre a história do telejornalismo. As obras *Telejornalismo: a nova praça pública* (2006), sob a organização de Flávio Porcello, Alfredo Vizeu e Célia Ladeira Mota, bem como *40 anos de Telejornalismo em rede nacional: olhares críticos* (2009) e *60 anos de Telejornalismo no Brasil: História, análise e crítica* (2010), organizadas por Flávio Porcello, Alfredo Vizeu e Iluska Coutinho, refazem a história desse gênero televisivo.

a televisão”, Sacramento (2011) relembra o espaço destinado pelo programa às grandes reportagens sobre o assunto, destacando *Poluição sonora*, *Poluição do ar* e *Poluição das águas*, que foram ao ar entre o final de 1973 e o primeiro semestre de 1974. A primeira tratou-se de um documentário acerca das consequências do contínuo aumento dos ruídos nas grandes cidades. A segunda,

[...] enfocando os efeitos que poderiam advir da continuada poluição atmosférica, ocasionada principalmente por resíduos provenientes de resíduos químicos espalhadas por chaminés de fábricas e por descargas de automóveis [...] Já *Poluição das Águas*, apresentado em 3 de abril de 1974, versou sobre a ameaça de inexistência de água potável no futuro, a partir de análises científicas e de considerações sobre rios como o Tietê. (SACRAMENTO, 2011, p. 116)

Tais reportagens tiveram a chancela do diretor Walter Lima Júnior, que, em entrevista para o autor, assumiu o seu interesse, naquele momento, de mostrar sua insatisfação com a degradação do meio ambiente por meio desses recursos, questionando o modelo desenvolvimentista vigente à época.

Andrade (1998) afirma que foi somente na década de 1980 que se pode notificar um salto nas discussões sobre o assunto na televisão, quando novos produtos começaram a apropriar-se do espaço que havia sido sedimentado nos anos 1970 e muitas foram as iniciativas e programas voltados para a temática que surgiram nessa década. Conforme o autor, um dos primeiros programas de televisão a tentar prover uma conscientização sobre problemas ambientais foi o *Meio Ambiente Urgente*, produzido pela Azul Vídeo e veiculado mensalmente pela Rede Bandeirantes. A falta de interesse das empresas sobre a temática e o ideal ainda forte de televisão apenas como espaço de entretenimento fizeram com que o programa logo fosse descontinuado.

Ele recordou ainda o programa *Baleia Verde*, também fruto de produção independente, inicialmente veiculado na TVE do Rio de Janeiro e, mais tarde, graças ao sucesso, na TV Gazeta de São Paulo. Ainda no final dos anos 80, a TV Manchete, aproveitando o entusiasmo pelos temas ecológicos, estreou o *Terra Azul*, de exibição mensal. Já nos anos 90, com as discussões sobre o assunto ganhando espaço, a temática também ganhava corpo na televisão, com a estreia da novela *Pantanal*, também na TV Manchete, que tratou da questão da degradação ambiental e teve grande sucesso.

Foi em fevereiro de 1992 que a TV Cultura estreou o *Repórter Eco* – que se mantém até hoje – “o primeiro telejornal especializado em meio ambiente da televisão

brasileira”¹⁴. De acordo com a emissora, o objetivo era antecipar e aprofundar os assuntos que seriam abordados na Rio-92, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que seria realizada em junho daquele ano. Sete meses depois de sua criação, o *Repórter Eco* foi transformado em um programa semanal de meio ambiente, com informações do Brasil e do mundo. Ainda conforme o sítio da emissora,

O programa se especializou na divulgação dos projetos, ações e pesquisas nacionais ou mundiais, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, de prestar um serviço público e ainda de informar sobre os principais temas ambientais da atualidade. (TV CULTURA, 2015, documento eletrônico)

É com esse ideal de promover informação sobre a temática ambiental que se conforma o *Nordeste Viver e Preservar*, programa sobre o qual nos atemos nesta investigação. O *NEVP* foi ao ar pela primeira vez em setembro de 2005, na Rede Globo Nordeste, nascido de uma demanda da emissora e somado aos interesses pessoais dos jornalistas responsáveis – o casal Francisco José e Beatriz Castro, que já têm história na cobertura sobre meio ambiente.

Conforme o Projeto Memória Globo¹⁵ (2015, documento eletrônico), Francisco José de Brito, nascido em 1944, no Crato, Ceará, está há 40 anos na Rede Globo, sendo durante muitos anos o responsável pela cobertura da seca no Nordeste. Nos últimos anos, além do *NEVP*, segue como repórter especial da emissora, cobrindo especialmente temas relacionados à cultura, meio ambiente e lazer. Já Beatriz de Castro Serra, nascida em 1961 em Uberlândia, Minas Gerais, chegou à Globo em 1982. Dentre as principais coberturas, a da enchente que arrasou Alagoas em 1988, sua primeira incursão pelo Nordeste e, já em Pernambuco, a premiada série de reportagens sobre trabalho infantil, feita para o *Jornal Nacional* em 2000, além da maior seca dos últimos 30 anos no Nordeste, em 2012. Em entrevista para o Projeto Memória Globo, Beatriz Castro descreve a parceria com Francisco José no *NEVP* afirmando que

Tem aventura, que é mais o perfil do Chico, e eu fico, como eu digo, com a vida real. Como você pode melhorar sua comunidade? O que fazer com o lixo? A questão ambiental é crucial. A gente tem que mostrar para as pessoas como a agressão ao meio ambiente retorna em prejuízo para elas mesmas. (MEMÓRIA GLOBO, 2015, documento eletrônico)

¹⁴ <http://tvcultura.cmais.com.br/reportereco>

¹⁵ Ver <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/francisco-jose/trajetoria.htm> e <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/beatriz-castro/trajetoria.htm>

Partindo de Pernambuco, onde estão centradas a maioria das reportagens exibidas, mas também apontando questões relativas a outros estados do Nordeste, o programa – exibido no começo da tarde de sábado - não conta com uma equipe exclusiva. Tanto os apresentadores, quanto editor e produtora desempenham funções nos demais programas da casa e, nas temporadas, são deslocados para o *NEVP*. Cabe destacar que os apresentadores mantêm boa parte do trabalho sob sua chancela, acumulando funções de apresentação, produção e reportagem¹⁶, além da edição de texto, o que aponta certa homogeneidade do produto.

Conforme o então diretor de programação da emissora, Arísio Coutinho, em entrevista a Soares (2007):

O programa é uma espécie de mini-Globo Repórter dos dias de hoje. Reportagens especiais sobre belezas naturais e/ou áreas de preservação do Nordeste. Faz parte do Nordeste Integrado, ou seja, é feito para ser exibido também pelas outras afiliadas do Nordeste, embora isso ainda não esteja ocorrendo. (SOARES, 2007, p.209)

De fato, até os dias atuais, o *NEVP* continua sendo veiculado apenas nos limites de Pernambuco, embora seja gravado em vários estados nordestinos, e mantém a sazonalidade, com duas temporadas de dois meses por ano. De acordo com a pesquisa Ibope Media Workstation, encomendada pela emissora em 2012 e divulgada por seu departamento de marketing, no ano imediatamente anterior o programa registrou média de 14 pontos de audiência, 53% de participação¹⁷ e média de 284 mil telespectadores, o dobro do contabilizado pela rede de televisão concorrente no mesmo horário. A pesquisa informou, ainda, que o público abarcado pelo *NEVP* compreende, especialmente, mulheres de classe C, com idade acima de 25 anos e que ele é um dos preferidos dos recifenses, figurando entre os mais lembrados espontaneamente pelos espectadores, quando questionados sobre quais programas a rede de televisão exhibe.

Atendo-nos ao formato, o *NEVP* conta com aproximadamente 24 minutos¹⁸, divididos em dois blocos, geralmente com apenas uma reportagem ocupando cada um deles. Em alguns programas, pudemos contabilizar três inserções, sendo as duas últimas

¹⁶Dada a impossibilidade de trabalharmos com entrevistas, uma análise dos créditos das reportagens nos levou a esta afirmação.

¹⁷Conforme o IBOPE, um ponto de audiência equivale a 1% do universo pesquisado, seja total de indivíduos ou total de domicílios. Neste caso, 14% de todos os domicílios pesquisados estavam sintonizados no programa naquele horário. A participação ou *share* diz respeito ao número de televisores ligados em determinada programação. Neste caso, 53% indica que, de cada 10 aparelhos de televisão ligados, 5,3 deles estavam acompanhando o programa

¹⁸A depender da programação, como os jogos de voleibol ou treinos de Fórmula 1, que costumam ser exibidos nesse horário, o programa é diminuído.

reservadas para o segundo bloco. Destacamos que a cabeça das reportagens¹⁹, bem como a nota pé²⁰, têm um tom despretenso, como uma conversa entre os apresentadores (eles se tratam pelos apelidos, inclusive), sendo sempre uma provocação não respondida durante a reportagem. As reportagens que observamos contam com média de cinco sonoras²¹ e pelo menos duas passagens²². O apreço pelas imagens é destaque no programa, em cujas temáticas prevalentes estão a estiagem – uma vez que 2013 foi um ano de forte seca, o mergulho em naufrágios – muito por conta do envolvimento dos jornalistas com a prática esportiva²³, os animais e as paisagens nordestinas.

Para o nosso estudo, optamos aleatoriamente por trabalhar com um recorte de 18 edições do *NEVP*, sendo seis edições no ano de 2008, outras seis exibidas em 2013 e, ainda, mais seis edições de 2015, nosso último ano de mestrado. Estas somam 39 reportagens, que foram decupadas e das quais sequências discursivas foram colhidas para formar o *corpus* desta pesquisa. Como o *NEVP* não foi descrito anteriormente – não há trabalhos específicos sobre ele, sequer um perfil no site da emissora – buscamos entender sua conformação. Para isso, partimos da ideia de que há gêneros e formatos específicos na televisão. Os gêneros são as formas pelas quais um produto é reconhecido socialmente. Em geral, os programas pertencem a um gênero particular e é a partir dele que a audiência interage com o produto (GOMES, 2010).

Para José Marques de Melo (2003), os gêneros possuem tendência híbrida e dialética, sendo a articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura). Partindo dos trabalhos já realizados por Luiz Beltrão (1980) para identificar os gêneros presentes no Jornalismo, Melo (2003) fez um mapeamento destes em jornais impressos diários e encontrou dois deles: o “jornalismo informativo” e “jornalismo opinativo”, não percebendo, naquele momento, matérias que coubessem na classificação

¹⁹ Cabeça da matéria ou do VT “é o lide da matéria. Quem lê é sempre o apresentador que introduz o assunto da matéria feita pelo repórter”, conforme o Manual de Redação da Universidade Metodista de São Paulo, desenvolvido pela professora Heidy Vargas, que será a fonte para as demais notas que utilizem jargão televisivo

²⁰ Nota ao vivo, lida ao final da matéria, com informações complementares.

²¹ É a fala do entrevistado na matéria.

²² Gravação feita pelo repórter no local do acontecimento, com informações a serem usadas no meio da matéria. É o momento em que o repórter aparece na matéria para destacar um aspecto desta.

²³ Em entrevista para o projeto Memória Globo (2004), disponível no site da emissora, o apresentador cita sua paixão e envolvimento com o mergulho

“jornalismo interpretativo” que havia sido dada por seu antecessor para as grandes reportagens. Mais tarde, ao rever estes estudos, não apenas reencontrou este gênero, como a ele juntou outros dois: o diversional e o utilitário.

Bebendo desta fonte, porém observando a televisão, Aronchi de Souza (2004) apontou, por meio da análise da grade horária de sete emissoras do país, cinco categorias de programas sob a ótica das emissoras: entretenimento, informação, educação, publicidade e outros. Dentro dessa classificação, é possível encontrar gêneros e formatos²⁴ distintos. Ativemo-nos à categoria “informação” - onde se insere nosso objeto – que se divide em debate, documentário, entrevista e telejornal. Observamos que o gênero “debate” diz respeito a uma produção de baixo investimento, caracterizada pelo número de entrevistados e entrevistadores. “É o número de pessoas que cria o debate, diferentemente da entrevista, que pode ser produzida apenas com um entrevistador e um entrevistado” (ARONCHI DE SOUZA, 2004, p. 144).

Já o “documentário” aprofunda assuntos cotidianos de maneira crítica e costuma ter grande orçamento. Sua proposta é buscar o maior número de informações sobre um tema. Na “entrevista”, que se liga aos programas jornalísticos, existe um entrevistado como foco e pode ter por assunto principal tanto a vida deste quanto um ou mais assuntos de seu domínio. O gênero “telejornal” é classificado como um programa com características evidentes, no qual o apresentador em estúdio chama reportagens sobre os fatos mais recentes. Para muitas redes comerciais, entretanto, os programas da categoria informação estão reunidos no gênero telejornalismo.

Os departamentos de jornalismo das redes de televisão mantêm uma estrutura independente e com tecnologia para a produção de programas estritamente voltados para a categoria informação. As emissoras classificam de telejornalismo os noticiários informativos, segmentados ou não, em diversos formatos. (ARONCHI DE SOUZA, 2004, p.149)

O telejornalismo é descrito por diversos autores, como Gomes (2010), para quem o gênero é uma construção social que se desenvolve numa formação econômica, social, cultural particular e cumpre funções fundamentais para a formação da população. Temer (2010) destaca que a especialidade coleta informações sobre eventos atuais, as redige, edita e publica de forma adaptada aos limites e possibilidades dessa mídia. Cabe enfatizar, conforme destacado por Emerim (2014), que o Jornalismo de televisão compreende não somente os telejornais, mas

²⁴Nas pesquisas sobre gêneros telejornalísticos existe distinção entre gênero e formato. Diz-se que nas categorias (ex: informativo) estão contidos os gêneros (ex: telejornal) e nestes, os formatos (ex:nota).

[...] programas de formatos diferentes que informam e operam com a referência direta com o real, cujas temáticas são, fundamentalmente, a apresentação ou repercussão de fatos, acontecimentos e ações de pessoas que têm referência direta com o mundo real são, portanto, telejornalismo, mas não necessariamente um telejornal. (EMERIM, 2014, p.104)

Sabemos que o *NEVP* faz parte do departamento de Jornalismo da emissora, contando com a estrutura utilizada para seus telejornais e obedecendo ao seu formato e suas regras. Como apresentadores e repórteres do programa estão profissionais que atuam rotineiramente nos telejornais da Globo Nordeste e que são conhecidos da audiência pela natureza do trabalho que desempenham.

Consideramos que o *NEVP* guarda semelhança com os documentários, uma vez que não se pretende factual e que admite envolvimento dos repórteres com a pauta. Para Penafria (1999), no documentário as temáticas abordadas podem respeitar a qualquer aspecto da vida das pessoas e dos acontecimentos do mundo. “Ou seja, aqui não é necessário que chegue o verão para se falar sobre incêndios” (PENAFRIA, 1999, p.24). Nesse sentido, percebemos uma aproximação com o que se propõe o *NEVP*, que não espera chegar o verão para falar de seca ou que não se apega a um motivo específico para reconstruir uma história antiga. Porém, a duração e o aprofundamento de suas matérias, embora maiores que o tempo corriqueiro despendido pelos jornais diários, não se aproximam do necessário para todas as angulações de um tema, como proposto para um documentário.

Por outro lado, Rocha (2004) afirma que, enquanto no documentário, as imagens têm significado em si mesmas, “na reportagem televisiva, as imagens têm um papel ilustrativo, confirmando tudo o que é dito pelo jornalista ou pelos entrevistados. Elas também são sempre sobrepostas pela voz em *off* que, por sua vez, procura explicar as imagens apresentadas no ecrã” (2004, *documento eletrônico*). Nesse sentido, o *NEVP* aproxima-se da (grande) reportagem, a forma mais complexa de conformação da notícia, definida por Rezende como

[...] a matéria jornalística que fornece um relato ampliado de um acontecimento, mostrando suas causas, correlações e repercussões. Em sua estrutura completa, constitui-se de cinco partes: cabeça, *off*, boletim, sonoras (entrevistas) e pé, mas pode-se configurar também sem uma ou mais dessas partes. De modo algum, porém, deve prescindir da intervenção –direta ou em *off*– do repórter. Quanto ao assunto tratado, divide-se em dois tipos: factual, relativa a acontecimentos do dia a dia, chamada de ‘matéria quente’, que requer divulgação imediata, sob pena de perder a atualidade e o necessário impacto sobre o público e a *feature*, referente a assuntos de interesse permanente, que não necessitam do atributo da atualidade, denominada de ‘matéria fria’ ou de gaveta. (REZENDE, 2010, p.157)

Encontramos apoio, ainda, em La Rue (2006, p.183) para quem a grande reportagem é “jornalismo com roteiro, produto um tanto indefinido, com características cruzadas, de vários campos de conhecimento”. Ele defende que esse formato nasceu do documentário e mantém estreita relação com as expressões estéticas da arte e da literatura.

Destacamos que a problemática contida na busca por um lugar que coubesse exatamente o *NEVP* não nos surpreendeu. O caráter híbrido dos gêneros audiovisuais já foi destacado por Arlindo Machado (2001), para quem estes “são categorias fundamentalmente mutáveis e heterogêneas, não apenas no sentido de que são diferentes entre si, mas também no sentido de que cada enunciado pode estar “replicando” muitos gêneros ao mesmo tempo” (p.71). Para ele, não compreender essa variedade de eventos pode nos levar a uma concepção de gênero sem sentido, anacrônica e irrelevante.

Acreditamos ser necessário levantar essa discussão, mas não propomos que seja preciso impor uma identidade cartesiana para o *NEVP*, uma vez que essa definição recairia muito mais como proposição ideal que como operacionalização daquilo que buscamos desenvolver nessa investigação. De toda sorte, entendemos que, com base nas categorias já delimitadas por outros autores, possamos propor que o *NEVP*, cujo discurso é o nosso objeto teórico, e cujas reportagens formam o nosso objeto empírico/analítico, é um programa que faz telejornalismo com características de grande reportagem.

No decorrer dessa construção percebemos que há implicações importantes ao analisar a televisão da maneira como o fazemos, valendo-nos desse olhar para o discurso. Por isso, entendemos que é necessário apontar o momento atual da pesquisa sobre o assunto no campo da comunicação, para que possamos continuar em bases mais firmes.

4.2 ANALISANDO IMAGENS EM MOVIMENTO

Conforme Coutinho (2009), a importância das imagens está nos nossos sentidos, imaginação e até na nossa crença, desde a referência a São Tomé. Os modos de contemplação de imagens são os mais diversos e essa amplitude reflete-se em seus estudos. São muitas as metodologias aplicadas pelos pesquisadores de televisão no desenvolvimento de suas investigações. Porcello e Ihitz (no prelo), refletindo acerca da pesquisa atual em telejornalismo e buscando avançar na busca de uma metodologia de

análise específica para esses estudos, descreveram algumas das incursões já realizadas no Brasil, neste sentido.

Conforme os autores, o Grupo de Pesquisa em Análise de Telejornalismo (GPAT) do PPG em Comunicação e Cultura Contemporânea da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por exemplo, trabalha pela perspectiva dos modos de endereçamento no telejornalismo, desenvolvido por Gomes (2010; 2011). Em Minas Gerais, nos Grupos de Pesquisa ligados ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), há um interesse nas pesquisas sobre telejornalismo partindo das narrativas dramáticas desenvolvidas por Coutinho (2012; 2014).

Ainda é possível falar em pesquisa sobre telejornalismo utilizando-se da Análise Semiótica de Produtos Midiáticos, como pode ser visto na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), aplicada por Emerim (2011) ou a Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin, metodologia seguidamente utilizada, conforme Porcello e Ihitz (2015), nas pesquisas desenvolvidas sobre o assunto na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sob orientação de Finger (2015).

Esse cenário amplo de possibilidades, por um lado, nos permitiu ter maior liberdade na escolha da metodologia a ser utilizada nesse trabalho. Por outro, nos trouxe alguns questionamentos acerca da análise da imagem em movimento que, somados a outras inquietações persistentes no Grupo de Pesquisa Televisão e Audiências (GPTV), do qual também fazemos parte, têm sido alvo de intensa investigação. Porcello (2015), alinhado a essas questões, postula que

Texto e imagem em TV estão ajustados de forma a não competirem entre si e, sim, atuarem de forma conjugada facilitando a compreensão da informação pelo público. Para entender o conteúdo da mensagem televisiva é preciso juntar essas mídias, mas para estudar o conteúdo da TV talvez seja preciso separá-las. Assim como na produção de conteúdos jornalísticos se usa, com critérios de edição bem definidos, a combinação entre imagem e texto, igual critério pode ser usado na análise de objetos de pesquisa decorrentes de produtos televisivos. Isto é: separa-se o texto para analisar o conteúdo das palavras, a linguagem verbal; separa-se a imagem para analisar a linguagem não verbal; e, analisados separadamente, texto e imagem poderão permitir conclusões mais precisas sobre a linguagem audiovisual da TV. [...] Esse método pode funcionar muito bem na análise de matérias jornalísticas por exemplo. Mas será que funciona com entrevistas sonoras? Ou com imagens que não vêm acompanhadas de texto e sim de fundo musical como clipes ou com som ambiente, como manifestações de protesto, conflitos bélicos ou torcidas de futebol? (PORCELLO, 2015, p.13-14)

Esse conflito nos foi colocado a todo o momento, uma vez que temos um objeto que ultrapassa o conceito de reportagem, que flerta com o documentário, que se ancora em passagens dificilmente descritíveis, como o coaxar de uma espécie pouco conhecida de sapo, o som de água caindo de uma estalactite ou o nascer das plantas após a chuva na Caatinga. O que nos cabe destacar agora é que estamos cientes da dificuldade de encontrar uma metodologia por meio da qual sejamos capazes de analisar imagens em movimento, dadas as limitações inerentes à construção “no papel”. Mas foi um questionamento de Neiva Junior (1986, p. 11) que nos inquietou especialmente neste ponto do trabalho: “Quando entenderemos a imagem como ela de fato é, sem recorrermos às propriedades dos atos de fala?”.

Optamos, por fim, por construir essa discussão ancorados na Análise do Discurso de matriz francesa, assunto que trataremos a seguir, sabendo que transmutar as imagens em palavras não é o suficiente para esse gesto de leitura, já que, por mais que tentemos esmiuçá-las, sempre haverá uma lacuna. Além disso, entendemos que o que temos como produto da descrição de uma imagem não é mais uma imagem com toda a sua potencialidade discursiva. Porém, se é essa a possibilidade atual de construção, buscamos, de certa maneira, suprir essa lacuna por meio do material audiovisual que segue anexo neste trabalho, em que constam as reportagens que analisamos dos anos de 2008 e 2013.

4.3 ANÁLISE DO DISCURSO – TEORIA E MÉTODO

Como optamos por trabalhar à luz da Análise do Discurso (AD) de matriz francesa, nos cabe, antes, traçar um panorama deste dispositivo teórico-metodológico. Para tanto, partimos da Linguística moderna, fundada por Ferdinand de Saussure no início do século XX, para quem a língua é um sistema de valores puros; um fato social sobre o qual o indivíduo não tem qualquer poder. Em suas bases consta a concepção de signo linguístico, fruto da associação entre uma imagem acústica, que ele chama de significante, e um conceito, o significado. A imagem acústica seria atribuída de maneira arbitrária, sem relação com o conceito a ela associado. No interior do sistema linguístico, então, o significado de um signo seria atribuído ao seu significante pela presença de outros signos, que iriam determiná-lo. Para Saussure, o signo seria muito resistente à mudança, o que levaria à imutabilidade da língua.

O linguista ainda promove uma cisão entre língua e fala, entendendo que a primeira diz respeito ao social e psíquico, enquanto que a fala – onde a língua se realiza

– seria individual. Compor um enunciado só seria possível, para Saussure, por meio deste caráter social da língua, compartilhado com outros que reconhecem os mesmos signos. (SAUSSURE, 2002). Ao revisitar este modelo, Freda Indursky (2010) aponta que ele toma a língua como objeto homogêneo, exclui o sujeito e tudo que a ele se associa. “Ou seja: a língua, tal como concebida por Saussure, é um objeto asséptico, de onde todo e qualquer elemento que não seja interno, próprio ao sistema linguístico, nela não encontra lugar e deve ser excluído.” (INDURSKY, 2010, p.2)

Embora outros autores tenham admitido vínculo entre a língua e o sujeito, foi somente com Michel Pêcheux, ainda no auge do estruturalismo, que a concepção de discurso, considerado em sua pluralidade e materialidade, se estabeleceu. E foi na tensão entre os aspectos formais e discursivos da língua que emergiu a Análise do Discurso, que compreende a língua como “um corpo atravessado por falhas, ou seja, submetido à irrupção interna da falta” (PÊCHEUX, 1998, p. 54). A língua passa a ser percebida em sua opacidade e exterioridade, como o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido (PÊCHEUX; FUCHS, 1993).

A Análise do Discurso proposta por Pêcheux incorpora a psicanálise lacaniana, de onde parte a sua noção de sujeito, e inova ao mobilizar o materialismo histórico, por meio do conceito de ideologia proposto por Althusser (1996, p.126), que seria “uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, por meio da qual toda formação social produz e reproduz as forças produtivas e as relações de produção existentes. Esta reprodução é possibilitada tanto pelos Aparelhos Repressivos de Estado, quanto – principalmente – por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estados (AIEs), que são as instituições como a Igreja, a Família, a Escola e a Informação. Para Althusser (1996) é enquanto sujeito que as pessoas são interpeladas a ocupar um determinado espaço no sistema de produção. Pêcheux revisita esta noção entendendo que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Para ele, o indivíduo é sempre já sujeito.

Ainda no que se refere ao materialismo histórico, é mister definir que a AD interessa-se por um “Real da História”, que é inapreensível pelo sujeito que faz a história. Neste sentido, cabe reforçar que a Análise do Discurso não trabalha com indivíduos, mas com sujeitos determinados historicamente; tampouco com um sujeito empírico que sabe e domina seus dizeres. Ela “encaminha-se para um sujeito que pensa que domina o que diz, mas que, de fato, é determinado sem se dar conta, a dizer seu lugar na formação social impõe que seja dito” (INDURSKY, 1998, p. 11). Se o sujeito

não é empírico, o discurso, para a AD, também não é reduzido ao texto, como todo completo. Ele é, nesta concepção, um objeto teórico cujo funcionamento linguístico está necessária e estreitamente vinculado às suas condições de produção. Ele precisa ser relacionado ao que lhe é exterior, à conjuntura histórico-social em que foi produzido, ao lugar social em que seu sujeito está inscrito e às formulações já existentes sobre ele. (INDURSKY, 1998)

Ao contrário do objeto da Linguística saussuriana, o objeto da AD é heterogêneo e nada garante que um discurso tenha o mesmo sentido tanto para quem o formulou como para quem o interpretou, ainda que eles compartilhem do mesmo signo, pois o sentido pode sempre ser outro, já que entre os interlocutores pode haver diferenças de posições ideológicas. É a Formação Discursiva (FD) o lugar em que se constituem os sentidos, o que relativiza a noção da referência.

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]. Isto equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. (PÊCHEUX, 1995, p. 160-161)

Deste modo, entende-se que a relação do sujeito com o mundo é mediada pela relação que ele estabelece com a FD na qual se inscreve e que não há sentido transparente. Estes derivam. Logo, não cabe falar em sentido, mas em “efeitos de sentido” que se pretendem verdadeiros dentro da FD em que se inserem. Sabemos que toda FD deriva de condições de produção específicas, por isso, é possível dizer que o sujeito “é um lugar de significação historicamente constituído” (ORLANDI, 1996, p.37) e que não se pode falar de anterioridade de sentido, já que não há sentido possível sem história. (PÊCHEUX; FUCHS, 1975; ORLANDI, 1995) Cabe afirmar, ainda, que os sujeitos enunciam de determinada posição, definida pelas relações imaginárias que existem entre quem fala e para quem fala. Orlandi (2001) afirma que essas relações conformam projeções acerca de si e do outro que são inscritas a partir dos lugares que esses sujeitos ocupam.

[...] não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas - os lugares dos sujeitos - para as posições dos sujeitos nos discursos. (ORLANDI, 2001, p. 40)

É necessário lembrar que há ideologias materializando-se no discurso. O que nos cabe admitir que as Formações Discursivas de que falamos são, então, os aspectos mais evidentes das Formações Ideológicas e Imaginárias dos sujeitos analisados. Um discurso estabelece relações com outros discursos dentro da FD, que está inserida num todo complexo, o interdiscurso. Na tomada de posição, um sujeito enunciador, para a AD, não acessa este todo, mas o que dele consegue recuperar em termos de memória discursiva, que é da ordem do repetível e distinta da memorização psicológica. Ela é entendida no sentido de que toda a produção discursiva acontece numa conjuntura dada e coloca em movimento formulações anteriores que já foram anunciadas (COURTINE, 2009). Para Pêcheux (1999), a memória é aquilo que, frente a um texto, vem restabelecer o que está implícito e que é necessário à sua leitura. Ela está sempre num jogo de força com o acontecimento, já que este desloca e desregula os implícitos já associados. Para ele,

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização... um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 1999, n.p)

É com vistas a uma análise não-subjetiva da subjetividade que a AD se impõe como dispositivo teórico-metodológico. Não pretendendo uma análise exaustiva que dê conta de todos os aspectos envolvidos no texto, mas teorizando sobre o discurso, por meio da análise do seu funcionamento linguístico e condições de produção e leitura, é que o analista pode percorrer o texto, relacioná-lo com a história, com o ideológico e com o inconsciente.

A opção por admitir a Análise do Discurso de matriz francesa como dispositivo teórico-metodológico para esta pesquisa guarda relação imediata com o nosso interesse em mapear os sentidos sobre preservação contidos nos dizeres do *Nordeste Viver e Preservar*. Na perspectiva do discurso, o texto é o lugar do jogo de sentidos e é objeto de interpretação (ORLANDI, 1983). Mapear sentidos possíveis no discurso, como propusemos aqui, antes de tudo, é observá-lo como opaco, pleno de significados e dotado de referências. É admitir o lugar da equivocidade, já que o sentido, que contém o modo de apresentação do objeto, é da ordem do derivável. A AD nos permite fazer esta observação, embora não pretenda – e nem possa – nos fornecer todas as respostas.

A Análise do Discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito [...]. O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado como pretensão social. (PÊCHEUX, 1999, p.8)

Entendemos que o Jornalismo opera com uma audiência presumida a partir da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares, da língua e das regras do campo das linguagens para produzirem discursos (VIZEU, 2002). Esta imagem que o jornalista cria do outro, mesmo sem acesso a pesquisas de audiência, guarda relação com o que segundo a Análise do Discurso, está na memória e é constantemente mobilizada, sem a interferência do sujeito. “Esse leitor virtual existe em qualquer ato comunicativo, mesmo nas interlocuções face a face, mas na comunicação midiática é uma figura duradoura e decisiva. É ‘para quem’ o enunciador imagina estar falando.” (BENETTI, 2010. p.19)

Isto também acontece em relação às fontes, que são mobilizadas para responder àquilo que os jornalistas imaginam que elas devam dizer/fazer, enquanto que estas, por sua vez, produzem outras subjetividades através da visibilidade conquistada naquele momento (MENDONÇA, 2012). A distorção inconsciente que se propaga na construção da notícia, apontada na teoria do Jornalismo e que se relaciona com as limitações da rotina produtiva, pode ser lida como uma reprodução da ideologia, pela qual todos os indivíduos são interpelados em sujeito (ALTHUSSER, 1998). Assim, admitimos que os jornalistas, ao fazerem o recorte da realidade, a fim de reconstruí-la, o fazem por seu próprio crivo, interpelados pela ideologia.

Na perspectiva da Análise do Discurso, como dissemos, todo discurso produz efeitos de sentido, que são significados de maneiras distintas pelos diferentes sujeitos, de acordo com as Formações Ideológicas a que eles estejam submetidos (COURTINE, 2009). O processo discursivo envolve, conforme Cazarin (2010), um conjunto de enunciados díspares e que são relacionados entre si de maneira específica. Diz-se, então, que eles estão dentro de uma determinada Formação Discursiva, cuja repetição de discursos forma uma memória, que não é cognitiva, mas social. É a FD, conforme Courtine (2009) que determina o que pode e o que deve ser dito. Benetti (2007) define as Formações Discursivas como uma espécie de região de sentidos, circunscrita por um limite de interpretação que exclui o que invalidaria aquele sentido.

Aproximando-nos, então, do nosso percurso metodológico, para a análise das reportagens constantes nessa pesquisa, observamos marcas no discurso que apontam para os sentidos que emergem nos dizeres analisados e que possibilitam indicar a que FDs eles se filiam. Para isso, entendemos que é preciso fazer o processo contrário ao da produção do discurso: observar as condições de existência do sujeito que nos remetem às condições de produção possíveis no discurso e estas ao processo de produção do discurso. As marcas foram analisadas nos textos, na linguagem verbal, e também em textos imagéticos (linguagem não-verbal), elementos constitutivos da materialidade discursiva com que trabalhamos. Interessa-nos perceber de que maneira a possibilidade de produção de imagens pode ser usada para legitimar ou refutar perspectivas.

A imagem como linguagem não só informa ou comunica, mas se constitui em texto, em discurso. Daí que falar de modos de significação implica falar também do trabalho de interpretação da imagem, procurando entender tanto como ela se constitui em discurso, quanto como ela vem sendo utilizada para sustentar discursos produzidos com textos verbais. (MENDONÇA, 2012, p. 271) Conforme Jung (2010), a imagem não pressupõe uma tradução imediata ao verbal ou a compreensão do não-verbal atravessado pelo verbal, pois ela é uma linguagem sobre a qual incidem outros modos de significação.

A imagem permite um trajeto do olhar sem roteiro prévio, imprevisível e, assim, torna ativas outras camadas de materialidade do que não está evidente, produzindo uma experiência rara. O olhar se fixa, contorna e agrupa pontos, construindo delineamentos numa cartografia singular onde se configura o desdobramento do desejo do sujeito. Portanto, o olhar está organizado por algo que não se vê, que cai fora do campo da visão e que só adquire sentido na relação com a cultura, com a história. (JUNG, 2010, p.16)

Reconhecemos que o gesto de interpretação da Análise do Discurso não é linear. Fomos à seleção de textos e nos voltamos à teoria. Determinamos limites, bordas de um discurso, teorizando sobre ele, num efeito de ir e vir, num dentro-fora, já que todo texto tem, relação, necessariamente, com outros já ditos. Neste sentido, admitimos a importância de definir algumas das condições de produção que incidem sobre a materialidade com a qual trabalhamos.

4.3.1. Breve incursão sobre condições de produção

Sentimo-nos impelidos a apontar algumas das condições de produção do discurso que iremos analisar. Não porque acreditemos que seja possível reconstruí-las ou que nos afiliemos a “qualquer análise redutora sobre as condições de produção e

recepção dos discursos, qualquer análise que acredite em “determinação em última instância” por essa ou aquela variável sociológica ou psicológica” (PINTO, 1996, p. 165) que definam mecanicamente sob quais condições determinado discurso se constitui, mas porque entendemos que há algumas variáveis importantes interferindo nessa construção. Entendemos que

[...] cada situação de comunicação concreta é parte de um ritual, ligado às instituições sociais onde o processo comunicacional se deu, ficando predeterminadas nesse ritual, de modo implícito ou explícito, certas regras e normas sobre conteúdos e formas de expressão a serem utilizados, aos quais emissores e receptores devem adaptar-se, sob pena de o processo de comunicação ficar bloqueado ou ser considerado inválido. (PINTO, 1996, p.166)

Dessa forma, quando definimos que o discurso guarda relação com os rituais sociais, admitimos, também, que é por meio destes que se define o que cabe em determinada Formação Discursiva. Ainda conforme Pinto (1996), as condições de produção de um discurso podem ser observadas por diversos vieses, desde psíquicas, sócio-históricas ou semiológicas até as cristalizações de falas (“*É assim que se faz!*”, “*Assim fica mais bonito!*”, “*Assim terá mais apelo*”, dizeres tradicionais no Jornalismo), e fornecem o cenário para o processo comunicativo. Consideramos que, sejam os conflitos organizacionais, o posicionamento da superestrutura ante a infraestrutura, o lugar discursivo em que o processo se desenvolve ou, mesmo, aquilo que já está dito sobre o que se fala fazem parte desse cenário. E, se sobre parte destas variáveis já nos ocupamos, entendemos necessário discutir sobre o lugar topográfico (que nos conduz para um entendimento sócio-histórico) em que esse ritual acontece, dadas as suas especificidades.

Neste trabalho, como nas reportagens que em seguida trataremos, falamos do nordeste brasileiro que, embora sem uniformidade de climas, historicamente, é marcado pelo fenômeno das secas. (CASTRO, 1997) Pela excepcionalidade das condições de vida na aridez que racha o solo e retira o verde da paisagem, imagens de homens e mulheres sofrendo com a fome no período de estiagem foram, durante os anos, repetidas à exaustão por diversas mídias. A paisagem dessa região (figura 1.) aliada ao seu histórico baixo índice socioeconômico – fruto da exploração sofrida desde o período colonial do País – resultam na representação nordestina como lugar de fome e miséria.

Figura 1. Paisagem da Caatinga entre os estados de Pernambuco e Bahia



Fonte: Bruna Cardim (2015)²⁵

Conforme o Ministério do Meio Ambiente (2015), o bioma Caatinga, que predomina no Nordeste, englobando os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de Minas Gerais, é rico em biodiversidade e abriga 178 espécies de mamíferos, 591 de aves, 177 de répteis, 79 espécies de anfíbios, 241 de peixes e 221 abelhas. Há aproximadamente 27 milhões de pessoas vivendo na região, boa parte delas dependendo do bioma para a própria sobrevivência. Ainda segundo o MMA, a Caatinga tem um imenso potencial para a conservação de serviços ambientais, uso sustentável e bioprospecção decisivos para o desenvolvimento da região e do país, desde que equilibradamente explorados. O Ministério destaca, também, que a biodiversidade da Caatinga ampara uma série de atividades econômicas voltadas para fins agrossilvipastoris e industriais, especialmente nos ramos farmacêutico, de cosméticos, químico e de alimentos.

Ainda que tenha importância destacada, o bioma sofre uma série de agressões causadas pela experiência antrópica, dentre os quais

[...]o consumo de lenha nativa, explorada de forma ilegal e insustentável, para fins domésticos e de indústrias, ao sobrepastoreio e a conversão para pastagens e agricultura. Frente ao avançado desmatamento que chega a 46% da área do bioma, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o governo busca concretizar uma agenda de criação de mais unidades de conservação federais e estaduais no bioma, além de promover alternativas para o uso sustentável da sua biodiversidade. (BRASIL, 2015, documento eletrônico)

²⁵ A imagem integra o álbum de família da autora

Figura 2 Mapa brasileiro com ênfase na área de Caatinga



Fonte: Site da Câmara dos Deputados²⁶

Nos últimos anos, por conta mecanismos governamentais, especialmente os programas assistenciais, além do desenvolvimento de novas tecnologias, a região Nordeste tem se desenvolvido a passos largos. A modernização e a diversificação econômica da região, associadas ao movimento de integração que tem se consolidado no país desde o século passado, propiciaram esta mudança (BARCELAR, 2009). Também são importantes a crescente valorização do bioma Caatinga, que citamos, e as ações que buscam fortalecer o envolvimento entre o homem nordestino e o meio ambiente. Todavia, ainda que hoje os indicadores mostrem um nordeste que cresce, que se desenvolve, e a única região no Brasil que não registrou estagnação econômica nos últimos anos (IBCR, 2014), os fatores geopolíticos que determinaram o lugar como uma zona de exclusão ainda se perpetuam na imagem midiaticizada da região.

²⁶ <http://www2.camara.leg.br/>

No que concerne a Pernambuco – estado sede do *NEVP* e, conseqüentemente, o que mais figura nas reportagens do programa – trata-se de um dos menores estados da federação em extensão territorial, que conta com geografia diversa: serras, planaltos, brejos, semiaridez no interior, e extensa faixa litorânea. O relevo é linear em sua maioria, mas chega a montanhas que ultrapassam os 1000 metros de altitude. O estado também é dotado de uma vegetação diversificada, com matas, manguezais e cerrados, além da grande presença do bioma Caatinga. Sétimo estado mais populoso do Brasil, nele vivem mais de 8,796 milhões de habitantes, o que corresponde a aproximadamente 4,6% da população brasileira, distribuídos em 185 municípios. Cerca de 80,2% dos quais vivendo em zonas urbanas (PERNAMBUCO, 2015).

O desenvolvimento acelerado a que o estado se submeteu nos últimos anos, com investimentos públicos e privados tais como a refinaria de petróleo, estaleiros, montadoras de veículos e toda uma cadeia produtiva específica, trouxe consigo uma série de problemas de ordem ambiental, tais como desmatamento, assoreamento dos rios, o que levou à criação, em 2011, da primeira Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado. À parte disso, questões como falta de coleta de lixo, de esgotamento sanitário e saneamento básico, queimadas, poluição do ar pela extração do gesso, uso excessivo de agrotóxicos, caça predatória, dentre outros, figuram como entraves à preservação do meio ambiente no estado (FALTAY, 2009; PERNAMBUCO, 2015).

5 DAQUILO QUE EMERGE SOBRE PRESERVAÇÃO

A questão ambiental é marcante no contemporâneo e dela partem diversos outros questionamentos que dominam a pauta atual. O telejornalismo, em seu papel de (re)construção da realidade, por meios verbais e não-verbais, imbuíu-se das discussões que emergem desse tema, repercutindo aquilo que ele toma como importante dentro do imenso cenário ou trazendo novas questões à baila. O *Nordeste Viver e Preservar*, nesse contexto, tem dado espaço, há dez anos, a esse conteúdo, assumindo-se como “o seu programa sobre preservação”. Nesse sentido, questionamo-nos: o que o *NEVP* entende por preservação? De que maneira ele constrói seu discurso sobre o assunto? Para responder às nossas inquietações, analisamos reportagens do programa veiculadas nos anos de 2008, 2013 e 2015 e nelas nos propusemos a refletir sobre aquilo que é da ordem do repetível e que responde ao lugar do *NEVP* nessa discussão.

5.1 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo e toma o discurso do *Nordeste Viver e Preservar* como objeto teórico e suas reportagens como objeto empírico/analítico. Para a construção do *corpus* com o qual trabalhamos, optamos aleatoriamente por analisar 18 edições do programa, divididas ao longo de três temporadas. Assim, colhemos aleatoriamente seis edições de 2008 – as primeiras digitalizadas pela emissora, que nos cedeu o material; seis de 2013 – ano de nossa entrada no mestrado e quando fizemos a solicitação do material à Globo Nordeste, e outras seis de 2015, ano do término desta investigação²⁷. Como já descrito, o material de 2008 e 2013 foi cedido pela Rede Globo Nordeste para a realização desta pesquisa. Já o material de 2015 – dada a impossibilidade de novo pedido à empresa, pelo tempo exíguo para a finalização deste trabalho – foi acessado pelo site da emissora²⁸, que dispõe apenas do material produzido a partir de 2011.

²⁷ Não nos propusemos a analogias entre os três momentos, tampouco acreditamos que haveria diferença no resultado final caso tivéssemos trabalhado apenas com as reportagens que nos foram disponibilizadas pela emissora, referentes aos anos de 2008 e 2013. A opção por trazer edições de 2015 deu-se, somente, pelo interesse em atualizar o material e por abrir a possibilidade de encontrarmos algo novo, o que não aconteceu. A produção segue homogênea.

²⁸ <http://g1.globo.com/pernambuco/nordeste-viver-e-preservar/videos/>

Excluídas as notas cobertas, que surgiram em algumas das edições²⁹, obtivemos 39 reportagens, das quais recortamos 81 sequências discursivas (SDs), que formam o nosso *corpus*. Uma cópia das matérias analisadas pode ser encontrada na mídia que está disponível no Anexo A deste trabalho. Destacamos, ainda, que, como as matérias de televisão não são tituladas, atribuímos números a estas, em ordem crescente e cronológica³⁰, de maneira que temos textos numerados de 1 a 39, sendo 1 a primeira reportagem analisada do ano de 2008 e 39 a última reportagem analisada do ano de 2015. Também atribuímos números às sequências discursivas que formam o nosso *corpus*. Estas foram numeradas a partir de sua apresentação em nossa análise, sendo a 1 a que primeiro figura no nosso gesto de interpretação/análise e 81 a última a ser mencionada neste texto.

Não há uma fórmula exata para que operacionalizemos a busca pelos sentidos por meio da AD - embora não seja permitido fazê-lo de qualquer maneira. Julgamos importante definir que construímos o nosso gesto de leitura dos sentidos de preservação que emergem do discurso do *NEVP* através da articulação das referências e dos referentes encontrados na materialidade discursiva e do quadro teórico que nos propomos a trabalhar. Nesse sentido, embora reconheçamos que há exposição de Formações Discursivas com certo efeito de evidência ao longo desta investigação – falamos de correntes ecológicas e admitimos a necessidade de refletir sobre elas no discurso do *NEVP* – não nos propusemos a rastreá-las nos textos, mas a ponderar sobre o que ecoa nas SDs que nos surgiram nesse percurso de pesquisa.

A partir deste momento, refletiremos sobre os sentidos que emergiram na nossa análise, certamente não os definindo como únicos, mas como aqueles que, no momento de construção dessa investigação, nos pareceram mais destacados. Ao longo das explanações, também nos mobilizamos para construir um conceito de preservação que se aproxime do que percebemos como sendo o ideal do *NEVP*. É o que trarremos adiante.

²⁹ A exclusão foi realizada somente pelo caráter pouco aprofundado dessas inserções.

³⁰ Destacamos que, ao comparar as reportagens que recebemos com o que está disponível no site da emissora, vimos que há disparidade de datas. Nos casos em que isso ocorreu, dada a impossibilidade de dirimirmos a dúvida, trabalhamos o material conforme a datação constante no CD-ROM e que pode ser acompanhada pelo quadro constante no Apêndice deste trabalho.

5.2 PRESERVO PORQUE CONHEÇO

Após 20 meses de uma expedição à Amazônia junto com seu filho, Jean-Michel Cousteau, o oceanógrafo francês Jacques Cousteau partiu em busca de um hidroavião que pudesse reinserir na natureza uma lontra que os havia acompanhado dia após dia durante a viagem. Katcha, como eles chamaram o animal, havia se perdido de seu habitat natural e os encontrou nos meandros da floresta, passando a ser um membro da expedição. No momento da despedida, ao liberá-la no Rio Tapajós, o oceanógrafo afirmou: “Sabe, Jean-Michel, as pessoas protegem aquilo que elas amam”. (GEORGINO, 2008, documento eletrônico.)

Este dito do oceanógrafo, que tomou ares de máxima nas discussões acerca da preservação e conservação dos ecossistemas, expõe o fato de que a manutenção do meio ambiente está intimamente ligada à relação que os homens estabelecem entre si e os demais nichos dessa complexa teia. Também traduzida como “As pessoas preservam aquilo que conhecem”, percebemos que é desse pensamento que parte a construção do discurso desenvolvido no *NEVP*.

A primeira edição que analisamos, exibida no dia 05 de abril de 2008, que marca a volta do programa à grade da emissora naquele ano, provoca essa questão ao afirmar, em sua abertura, que é por meio da educação ambiental, “a mais eficiente ferramenta de conscientização ecológica” que se pode atingir a vivência equilibrada entre homem e natureza. Ainda de acordo com o texto:

(T1 SD1) Uma preocupação que pode assegurar às futuras gerações uma herança de valor incalculável: a preservação de nossa biodiversidade. **A gente entende que é preciso conhecer para cuidar.**

Esses dizeres aparecem outras vezes nas reportagens exibidas ao longo das 18 edições analisadas, seja explicitamente, quando esse discurso é repetido *stricto sensu*, seja em observações que conduzem a esse pensamento. Nas SDs a seguir, apontamos momentos em que esse gesto de inteirar-se sobre o que está ao seu redor também é descrito como movimento importante ou essencial à preservação:

(T8 SD2) Conhecer diversos ecossistemas e poder entender que ela faz parte desse todo **e que ela conhecendo, ela pode preservar o lugar que ela vive.** Nós também fazemos parte do ecossistema e de toda biosfera.

(T28 SD3) **Como a gente vai preservar algo que a gente não conhece, não é verdade?** Então hoje a gente está aqui com alguns animais para vocês sentirem e a gente tem três representantes dos principais grupos, certo?

O ideal de conhecer para preservar também aparece sob outras formas de construção, especialmente num caminho contrário. Se inteirar-se conduz à preservação, o desconhecimento aparece como causa do desequilíbrio ecológico ou de outros problemas que afligem o meio ambiente. A ver:

(T13 SD4) A veterinária da prefeitura que cuidava da Xica nos tempos de cativeiro lembra que havia vigilantes na área e **que a equipe tinha pouco conhecimento sobre a espécie na época.**

(T13 SD5) Uma das explicações (para que o animal tenha sofrido por décadas em cativeiro) é que na década de 70 **não havia uma consciência ambiental coletiva como existe hoje** e a atuação das entidades ambientalistas era frágil, quase inexistente.

(T38 SD6) (Todo esse lixo no rio) Diz um pouco sobre a **falta de conscientização da população** com a natureza.

Para que os problemas sejam sanados, é necessário que haja uma intervenção que propicie a compreensão desses fenômenos. A preservação estaria, então, ligada à conscientização em seu sentido mais estrito de “saber o que faz”, seja do poder público ou de uma comunidade.

(T33 SD7) A tecnologia ajuda a poupar os recursos naturais, mas **é a conscientização dessas guerreiras** que pode dar um novo futuro para a Caatinga.

Cabe salientar, porém, que os textos analisados não deixam necessariamente esclarecido a quem caberia o dever de fornecer as informações necessárias para a conscientização dessas pessoas. Mas, conforme os atores observados nas matérias sobre as quais nos debruçamos, em geral, os responsáveis por instruir a população são os detentores de saberes normalmente legitimados, especialmente os que são nomeados “cientistas”, o que aponta para uma posição-sujeito científicista assumida pelo jornalista. Podemos observar essas construções nas SDs adiante.

(T2 SD8) REPÓRTER: Eles elaboram uma lista oficial de espécies no estado. **Não é só uma brincadeira, é ciência.** SONORA: É importante para **conhecer mais** sobre a distribuição de espécies no território brasileiro, pernambucano e **para a conservação, preservação dessas espécies.**

(T7 SD9) A professora Margarete Meyer, biofísica da UFRPE, comprou um terreno e construiu uma casa aqui. Ela vem **tentando passar o sentimento de preservação para os moradores** do lugar e até ajudou a recriar a Associação de Moradores e Amigos da Serra Negra. A partir da associação estão surgindo projetos de preservação.

(T8 SD10) Essas informações, elas são aqui (no laboratório da universidade) geradas e podem ser perfeitamente difundidas, não só com a comunidade acadêmica, mas com o povo, **para que esses conhecimentos aqui gerados** e compartilhados com a comunidade **possam nortear ações para conservação desse ecossistema.**

O movimento de prover informação necessária à conscientização é realizado, no discurso do *NEVP*, por meio de projetos desenvolvidos pelas autoridades competentes, pela intervenção de figuras reconhecidas como apoiadores do meio ambiente (assunto ao qual deveremos retomar adiante) ou mesmo pela observação cuidadosa do lugar em que vivem.

(T22 SD11) A população **aprendeu** (com um projeto do IBAMA) que a vida é um direito das diferentes espécies e deve ser respeitado.

(T9 SD12) Talvez não seja tarde para **aprendermos uma lição** com essas pequenas e esforçadas criaturas (formigas).

(T28 SD13) Mas como a Sarah (bicho-preguiça) está com um lado paralisado e dificilmente vai voltar a viver na natureza, hoje ela presta esse serviço aqui, né? De ajudar as pessoas a **comprenderem a história dela pra poder preservá-la** também, né?"

Destacamos que o aprendizado adquirido por meio da análise do modo de vida de outros animais é um modelo de convivência com o ecossistema no qual se baseia a ecologia profunda, do qual falamos no capítulo 2 desta investigação. Evidenciamos ainda, nesse primeiro momento de análise, os discursos que respondem a já-ditos sobre a Caatinga. Estes dizeres – os implícitos – estão na superfície discursiva, são retomados quando se fala acerca de determinados assuntos e fazem parte do jogo de memória e esquecimento que forma a teia discursiva.

Entendemos que a construção desenvolvida pelo *NEVP* para tratar desse bioma é calcada numa explicação que busca romper com os dizeres já cristalizados sobre o assunto, apelando a uma suposta falta de conhecimento do interlocutor (ou da comunidade em questão) sobre o que se fala. Apontamos a preponderância desses dizeres em matérias relacionadas à Caatinga, cuja paisagem árida e cinzenta costuma ser retratada como o lugar da falta. As SDs a seguir mostram que o jornalista se propõe a desfazer essa ideia, apontando outro lado do bioma, mais atrativo para seu interlocutor. Um dos sentidos possíveis é que conhecendo essa vertente da Caatinga, mostrando que ela é uma área de interesse, seja possível preservá-la.

(T3 SD14) **Ao contrário do que muita gente pensa**, a Caatinga abriga um grande patrimônio biológico. Por causa da falta de chuvas, da temperatura sempre quente e da aridez da paisagem na maior parte do ano, essas são as imagens conhecidas da mais extensa floresta seca da América do Sul.

(T3 SD15) Existe esse **mito** de que a Caatinga é muito pobre...

(T4 SD16) Nossa região é **muito rica. Vêm pesquisadores estrangeiros** trabalhar aqui.

Sabemos que nenhum discurso surge sob criação espontânea, estando todos necessariamente ligados a outros já-ditos. Propomo-nos, então, a observar como a expressão “conhecer para preservar” tem sido mobilizada em diferentes contextos. Dada a infinidade de possibilidades, escolhemos algumas aleatoriamente, observando apenas a ligação com o campo acadêmico. Encontramos o 29º Caderno da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), por exemplo, que contém a cobertura jornalística feita a partir de conferências e mesas-redondas apresentadas na 59ª Reunião Anual da SBPC, e tem exatamente esses dizeres como título. Conforme a publicação:

O Brasil é um dos países megadiversos do mundo; 20% das espécies vivas do planeta encontram-se no país. Conhecemos, no entanto, apenas 10% de toda essa riqueza. Para os pesquisadores, é imperativa a necessidade de preservar a biodiversidade, mas tão importante quanto isso é conhecer o que deve ser preservado. **Como preservar o que não se conhece?** (SBPC, 2007, p.18-19. Grifo nosso)

O portal de Educação Ambiental da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) mostra que a instituição também recorreu à expressão para destacar seus investimentos em pesquisas relacionadas à preservação ambiental, admitindo a necessidade de produção e compartilhamento de conhecimento sobre o assunto. “Esses são alguns dos muitos exemplos de auxílio financeiro e institucional da Fapesc à preservação do meio ambiente e, em particular, à educação ambiental. Afinal, é preciso **conhecer para melhor proteger a natureza.**” (FAPESC, 2014, documento eletrônico. Grifo nosso)

O campo da Arqueologia também abraçou esse ideal. Um de seus autores clássicos, Philip Rahtz descreveu em *Convite à Arqueologia*, a necessidade de propiciar ao público o conhecimento sobre os trabalhos desenvolvidos pela sua área. De acordo com ele, “Precisamos realmente de um público informado: não podemos nos dar ao luxo de ficar isolados. A Arqueologia necessita da compreensão do fazendeiro, do garimpeiro e do mateiro. **Um público interessado e informado não destruirá seu próprio passado** (nossa matéria-prima)”. (RAHTZ, 1989, p. 65. Grifo nosso)

Nesse sentido, Luana Alberto (2014), em sua dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo intitulada “Registros rupestres de São Paulo: conhecer para preservar”, reafirma a necessidade de difundir informações e de permitir à comunidade

conhecer os sítios arqueológicos que as rodeiam. Segundo a autora, “Outro ponto delicado é o descaso das autoridades responsáveis pela manutenção e preservação do patrimônio. **Como podemos cobrar ações preservacionistas se nem ao menos é dada a chance de a sociedade conhecer determinado patrimônio?**” (ALBERTO, 2014, p.292. Grifo nosso)

A expressão também aparece na tese de Araújo (2012), defendida no mesmo Programa de Pós-Graduação, cujo título é “Conhecer para preservar: arqueologia e inclusão social na bacia do Paranapanema superior”. No trabalho, que reúne informações e dados sobre a arqueologia de 11 municípios daquela região, foi percebido que, em alguns casos, havia um grande uso do patrimônio arqueológico e histórico-arquitetônico, com intenção de preservação, mas pouca informação técnica e científica, enquanto que outros municípios sequer sabiam da importância dos bens que portam ou portavam. Por isso, conforme o autor, “O uso qualificado ou destruição de um bem patrimonial está diretamente relacionado com a identificação, reconhecimento e respeito por parte da comunidade”. (ARAÚJO, 2012, p.311)

Essa pequena digressão nos permite atentar para o fato de que etnólogos, biólogos, arqueólogos, cientistas de diversas áreas, ainda que direcionados a objetos diferentes, referem-se à construção do interesse de preservação estando intimamente relacionado à informação, ao conhecimento. Assumimos que o processo de conhecer, de informar-se sobre, de saber da existência de, de notar algo é um dos modos de se produzir a intenção de preservar.

Como dissemos na abertura deste subcapítulo, para a estruturação dessa análise, tentamos construir um conceito de preservação que nos parece aquele seguido pelo NEVP. Ao longo da análise, o expandiremos, à medida que novas perspectivas se delineiem. Nesse momento, atendo-nos ao nosso objeto de estudo, podemos dizer, então, que um dos sentidos de preservação encontrados no programa *Nordeste Viver e Preservar* é o de “**ato pelo qual os indivíduos sentem-se movidos a cuidar e a manter determinado sítio, objeto ou espécie do qual têm conhecimento**”. Mas como esse conhecimento se dá na relação díspar existente entre homens e animais não-humanos no discurso do programa?

Lembramos Aristóteles, segundo o qual é a razão que distingue o ser humano dos outros animais. Já para Piaget, é a nossa capacidade de ter um pensamento simbólico e abstrato que faz essa distinção. Numa perspectiva marxiana, a possibilidade

de produzir os seus próprios meios de existência é o que permite diferenciar-nos dos demais animais.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (MARX e ENGELS, 2007, p. 87).

Por um olhar criacionista – doutrina baseada no livro de Gêneses da Bíblia, segundo a qual todo o Universo foi criado por Deus a partir do Nada - o professor Glenn Morgan (1999) afirma que é a linguagem que nos distancia de outros animais.

O homem é a única criatura na terra que possui linguagem. Alguém pode conceber a adoração sem a linguagem simbólica com que são compartilhados os dogmas religiosos? Já que o ritual requer simbolismo, meu gato, incapaz de usar símbolos, é incapaz de adorar. Sem linguagem, não é possível haver adoração, oração ou comunhão com Deus [...] Linguagem é crucial para tudo que nos faz humanos. (MORGAN, 1999, documento eletrônico. Tradução livre³¹)

Correntes de estudos da Antropologia apontam que é principalmente a presença da cultura que permite a construção desta segregação.

Entre nós e os animais da Terra há muitas semelhanças biológicas, genéticas e mesmo psicológicas. Por isso, mesmo sem possuímos por enquanto uma linguagem comum, em boa medida nós nos entendemos. Mas há também diferenças relevantes, e uma delas é essencial. Podemos chamá-la de cultura. E no caminho percorrido em larga escala por eles e nós, mas que de um ponto em diante se divide e nos leva por trilhas diferentes em direção – quem sabe? – de um mesmo horizonte, a experiência da cultura é toda a diferença. (BRANDÃO, 2008, p. 27)

Se recorrermos à Biologia, poderemos destacar que o nosso cérebro é mais desenvolvido – embora não seja o maior (nem em volume, nem em peso, tampouco em relação ao restante do corpo) – que o de outros animais; que dispomos de membros anteriores adaptados a múltiplas funções e que somos privilegiados pela posição bípede, que nos permite utilizar as mãos e braços apenas como ferramenta (CAMPBELL; REECE, 2010). Poderemos encontrar estudos³² que apontam que a diferença entre homens e animais não-humanos surge no modo de expressão dos genes no cérebro, daí

³¹ No original: A human being is the only creature on earth that possesses language. Can one conceive of worship without the symbolic language with which to convey religious concepts? Since ritual requires symbolism, my cat, lacking the ability to use symbols, would appear incapable of worship. Without language, there can be no worship, no prayer, and no communion with God. (...) Language is crucial to everything that makes us human.

³² Ver <http://www.genome.gov/> e <http://www.pnas.org/>

a, ainda que nosso DNA tenha tanta semelhança com o de um Chimpanzé, sejamos, os *Homo sapiens sapiens*, uma espécie tão diferente daquela.

Com essa breve deambulação por algumas áreas do conhecimento deparamo-nos uma série de estudos que nos diferenciam dos outros animais, os não-humanos. Aliás, se há algo que deva ser destacado, é que pouco os homens se entendem enquanto animais, característica que nos foi propiciada pelo Humanismo³³, momento em que se fomentou o pensamento racional, que é linear e concebe o universo de maneira fragmentada. Trata-se de um posicionamento antiecológico uma vez que “os ‘sistemas’ ecológicos compõem-se de redes e dinâmicas (auto-organizativas) não-lineares, algo aberto, profundamente dinâmico e imprevisível como tal” (PELIZZOLI, 2003, p.33). Para Santos (2009, p.41), a fronteira entre humanidade e animalidade é aparentemente um ponto fundamental para os seres humanos, que têm um desejo de segregação “em que eles se separam irremediavelmente dos demais animais, como se não houvesse uma continuidade entre os seres vivos”. Conforme Peter Singer (1990), como nós, os animais são sencientes³⁴, sujeitos de sua própria vida e merecem respeito, mas suas diferenças em relação aos humanos os têm levado a tratamentos morais também diferentes.

Paralelamente a esse afastamento que tentamos construir, também forjamos aproximações com os animais, que são formuladas de acordo com as representações sobre eles que circulam na cultura em que estamos inseridos. Se uma vaca é tida como sagrada na Índia, para recorrer a um exemplo comumente utilizado, no Brasil ela é destrinchada à mesa de boa parte da população. Por outro lado, se cachorros são “o melhor amigo do homem” na nossa cultura, na China eles são caçados e comidos em festivais.

Assim, os animais não-humanos respondem a padrões de aceitação definidos socialmente, sendo tratados como bonitos, agradáveis, nojentos, asquerosos ou quaisquer outros adjetivos específicos das sociedades para caracterizar aquelas espécies. Novamente recorrendo a uma alegoria, pensemos nas baratas, que há 350 milhões de anos habitam a Terra, são encontradas em todo o mundo e consideradas uma praga em muitos países (COCHRAN, GRAYSON E GURNEY, 1980). Em nosso país, esses animais são tidos como repulsivos e sujos, adjetivos que guardam relação com seu lugar de proliferação, o esgoto, local de dejetos. De maneira distinta, se analisarmos as

³³Movimento literário e filosófico iniciado no século XVI que teve por fundamento a natureza humana e os limites e interesses do homem (HEIDEGGER, 2009)

³⁴Diz-se daqueles capazes de experimentar consciência e sensibilidade.

baratas noutra conjuntura, em alguns países da África e parte da Indonésia o hábito da entomofagia³⁵ – que inclui as baratas – é corriqueiro. Os adjetivos a elas impingidos nesses locais já se modificam: nutritivas e comestíveis são alguns deles.

Dal-Farra (2003) afirma que as maneiras como os animais inserem-se em nossas vidas são complexas.

Criamos alguns, nos aproximando cada vez mais deles; aceitamos outros, dentro de algumas condições; toleramos terceiros, até certo ponto, e exterminamos aqueles que excluimos de nossas simpatias. Dentro das inúmeras possibilidades de representações de animal fazemos as nossas escolhas: defendemos o cuidado dos animais que são importantes para nós, olhamos para alguns com maior interesse do que para outros e, fundamentalmente, absorvemos as representações cuja ressonância com nossos valores proporcionam maior engajamento com os discursos que circulam no tecido cultural (DAL-FARRA, 2003, p. 358).

Nós, enquanto sujeitos interpelados pela ideologia dominante no nosso tempo, somos antropocêntricos por nossa própria constituição e, como tal, temos essa centralidade como característica marcante em nossa linguagem, lugar em que se materializa o pensamento do sujeito (HEIDEGGER, 2009). Vemo-nos como sujeitos e os demais seres do mundo como assujeitados. No que tange aos animais não-humanos, especialmente, no afã pela aproximação daqueles que melhor correspondam aos padrões da nossa sociedade, tendemos a atribuir-lhes valores e ações que são tão mais positivos quanto a nossa simpatia ou tolerância em relação a eles, como dissemos.

Segata (2012, p.145) afirma que determinadas espécies como insetos, crocodilos ou rinocerontes, talvez sejam demasiado animais e não sirvam para serem humanos, enquanto que outros, como alguns macacos, são mais biologicamente próximos dos humanos. Ainda segundo o autor, é a partir do reconhecimento de que há semelhanças entre homens e animais não-humanos que se estabelecem modos de identificação e relação entre eles, “como a convivência no mesmo lar, o uso de roupas, a fisiologia e o diagnóstico e tratamento de certas patologias antes apenas atribuídas aos humanos e, mais recentemente, a administração de medicamentos dessa mesma natureza”.

O movimento de atribuir características humanas aos animais, a antropomorfização, tem sido objeto de estudo de muitos teóricos. Porém, optamos por não fazer uma grande digressão acerca do tema, uma vez que, para este momento, ele nos serve como operacionalização, como um caminho para chegar aos sentidos de

³⁵Vide http://www.bbc.com/portuguese/ciencia/2011/01/110124_insetos_alimento_mv.shtml

preservação que buscamos. Nesse caminhar por sobre o discurso do *NEVP*, percebemos que há uma insistente tentativa de antropomorfizar (e de personalizar) as espécies que são apresentadas ao telespectador, que nos parecem tentar promover essa aproximação que o programa diz ser necessária à sua preservação.

Vejamos algumas Sequências Discursivas (SDs) que nos apontam para a antropomorfização e tentemos, então, alcançar um sentido de preservação atribuído pelo programa.

(T3 SD17) (Os sapos) São os **pavarottis** de riachos, lagoas, de reservatórios que voltaram a encher, em busca de uma parceira seduzida pelo canto.

(T19 SD18) A raia manteiga **desfila** pelo convés [...] Vamos aproveitar mais um pouco o **balé** dos peixes, o espetáculo da natureza.

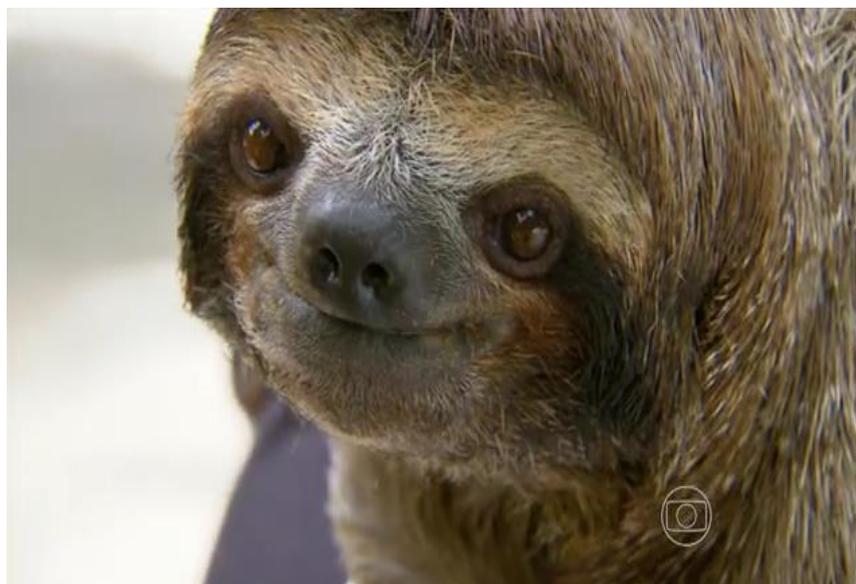
(T22 SD19) Além dos papagaios, 28 periquitões, conhecidos como aratinga da testa azul, foram soltos na mesma área. E eles **gostam de uma provocação**. Veja só como esse periquitão chega **querendo confusão**.

(T28 SD20) Que bichinho mais **simpático!** A preguiça parece que está sempre **sorrindo**. Vai levando a vida assim, bem devagar, como se o mundo andasse em câmera lenta.

(T28 SD21) As preguiças dormem 14h por dia. São mamíferos, vivem nas arvores e só descem uma vez por semana pra, vamos dizer assim, **ir ao banheiro**.

(T28 SD22)

Figura 3 Frame do NEVP com olhar do bicho- preguiça



Fonte: Autora

Nessas SDs há uma preponderância de atribuições que são claramente humanas àqueles animais. Desfilar, dançar balé, arrumar confusão, sorrir e ir ao banheiro são

marcas discursivas que apontam para uma humanização das espécies das quais se fala. Entendemos que sapos, em geral, são animais aos quais são imputados adjetivos negativos, fruto de um afastamento da população em relação a eles. São pouco humanizados. Ao chamá-los de “pavarottis” – uma referência ao cantor italiano Luciano Pavarotti³⁶, reconhecido pela bela voz – a matéria sugere um olhar diferente sobre o animal, especialmente sobre o seu canto. Já o desfile da raia ou o balé dos peixes nos apontam para uma fantasia que torna ainda mais bonita a cena apresentada. Desfile e balé são espetáculos relacionados à beleza, à cenografia, à plasticidade. E, ao que parece, essas imagens do fundo do mar têm realmente o interesse de destacar o belo, assunto ao qual deveremos nos debruçar noutra momento deste trabalho.

No que concerne à questão da simpatia e dos sorrisos, os closes que a câmera dá no rosto do animal apontados na SD22, que buscam comprovar o que está sendo dito, parecem estratégicos para criar essa relação de afabilidade entre o espectador e o animal. O mesmo vale para a “confusão” criada pela ave na SD19. Parece risível que um pássaro provoque o outro em busca de uma briga. E, nesse caso, a construção do texto somada à imagem do animal se aproximando dos outros enquanto comem é que propiciam a ideia de que aquela é, mesmo, uma ave arredia, que está em busca de briga. Embora se saiba, pelo contexto, que a “confusão” foi apenas uma tentativa de dividir o alimento, a proposta do programa tornou a cena mais atraente, nesse caso, pelo humor. No último caso, inclusive, percebemos que a antropomorfização se presta a atenuar a informação. Não parece agradável que a repórter explique a frequência com que o animal precisa descer da árvore para depositar seus excrementos na terra. “Ir ao banheiro”, nesse caso, parece um eufemismo, um modo de tornar a informação mais palatável e, porque não, mais curiosa.

A antropomorfização presente no discurso do programa também se presta à construção de um relacionamento afetivo entre os animais baseado em experiências humanas. O ninho artificial utilizado para reprodução de pássaros é uma suíte; o recinto onde ficam os filhotes, um berçário³⁷; o local de desova de tartarugas, uma maternidade. Um encostar de bico na boca vira um beijo.

³⁶<http://www.lucianopavarotti.com/>

³⁷Esse tipo de construção é tão corriqueiramente utilizado que, para a conformação desse estudo, investigamos nos principais dicionários de língua portuguesa a aplicação das palavras berçário e maternidade para certificarmos-nos de que o uso em língua formal se refere somente a humanos. Os verbetes de Aurélio (2004) e Houaiss (2009) permitem-nos essa afirmação.

(T26 SD23) Cada viveiro abriga um casal. **É como se fosse uma suíte.** E cada suíte tem uma caixa de madeira como essa daqui: um ninho artificial. E dentro a vida vai seguindo o seu ciclo. Aqui estão quatro filhotinhos: **é um berçário.**

(T25 SD24) Mas como uma tartaruga recém-nascida, saindo do ninho embaixo da terra, levando tão pouco tempo para chegar ao mar, pode memorizar o local da **maternidade** e voltar quando se tornar adulta?

(T31 SD25) Quando são bem tratados, os animais criam afinidades com os donos. Cristiane e sua arara têm um relacionamento de muito carinho. **E quem disse que as araras não beijam na boca?**

Embora se referindo a cães e gatos, Segata (2012, p. 157-158) questiona o que faz dos animais indivíduos e não apenas mais um exemplar de sua espécie. Para ele, “Talvez uma das chaves esteja na maneira como empregamos em uso comum outras palavras, como pessoa ou gente: talvez o modo mais apropriado de se colocar a questão não seja a humanização dos animais, mas personalização deles”. Nesse sentido, entendemos que, um dos modos mais eficazes de antropomorfização, momento em que o animal pouco pode ser reconhecido enquanto membro de sua espécie, tamanha sua relação com o homem, é o “batismo”: o momento em que os animais ganham nomes.

Xica e Sarah são os exemplos mais contundentes desse movimento encontrados nas matérias analisadas. A primeira, uma fêmea de peixe-boi de 50 anos. A segunda, uma fêmea de bicho-preguiça. Ambos os animais vivem em cativeiro e são descritos como símbolos do sofrimento impingido às suas espécies. Porém, com a intervenção do homem – no caso de Xica, após ser levada a um centro de tratamento, e de Sarah, ao ser praticamente “adotada” pela bióloga de um zoológico do Recife – ambas podem desfrutar de uma vida tranquila e repleta de regalias.

Comecemos, então, por Xica, fêmea de peixe-boi que passou por mais de 20 anos de maus tratos e guarda deformidades em seu corpo fruto dos tempos de cativeiro num pequeno tanque, numa praça do Recife. Na matéria, é descrita como uma idosa ranzinza, cheia de manias e mimos.

(T13 SD26) Xica é considerada uma **celebridade** e recebe tratamento de **estrela**, com direito a um temperamento, vamos dizer assim, próprio de uma **diva**.

(T13 SD27) REPÓRTER: Xica tem **personalidade forte** e um jeito arredo de ser. São marcas do tempo de cativeiro. (Voltando-se para a veterinária, questiona): Ela seria uma **senhora ranzinza**?

VETERINÁRIA: “Não, ela não chega a ser ranzinza, ela é traumatizada, digamos assim...” [...]

REPÓRTER: É de poucos **amigos**?

VETERINÁRIA: É de poucos amigos!

Já Sarah, exemplar de bicho-preguiça, sofreu um acidente que a deixou com metade do corpo paralisado. Graças aos esforços envidados pelos biólogos do zoológico do Recife, sobreviveu e, na matéria, é tratada como uma criança pela funcionária do zoológico, construções que podem ser vistas nas SD27 e 28.

(T28 SD27) A preguiça é carregada como uma **bebê** pela Fernanda, que é bióloga. As duas são inseparáveis.

[...] “eu não tenho nem **filho**, aí elas acabam **substituindo o espaço**, né”?

(T28 SD28)

Figura 4 Frame do NEVP com bicho-preguiça carregado em sling



Fonte: Autora

Buber (2006) defende que é por meio do encontro que um ser situado no mundo coloca-se em relação a Outro como EU-TU, relação dialógica de reciprocidade. Para o autor, “Aquele que diz TU não tem coisa alguma por objeto”. (BUBER, 2006, p.29) Essa postura difere-se de um EU-ISSO, relação objetivante, em que “em lugar de liberar o que está ligado a este mundo ele o reprime; em lugar de contemplá-lo ele o observa, em lugar de acolhê-lo serve-se dele. (BUBER, 2006, p.47). Num alegórico encontro com uma árvore, o autor postula a construção dessa relação:

Eu considero uma árvore. Posso apreendê-la como uma imagem. Coluna rígida sob o impacto da luz, ou o verdor resplandecente repleto de suavidade pelo azul prateado que lhe serve de fundo. Posso senti-la como movimento: filamento fluente de vasos unidos a um núcleo palpitante, sucção de raízes, respiração das folhas, permuta incessante de terra e ar, e mesmo o próprio desenvolvimento obscuro. Eu posso classificá-la numa espécie e observá-la como exemplar de um tipo de estrutura e de vida. Eu posso dominar tão radicalmente sua presença e sua forma que não reconheço mais nela senão a expressão de uma lei - de leis segundo as quais um contínuo conflito de forças é sempre solucionado ou de leis que regem a composição e a decomposição das substâncias. Eu posso volatilizá-la e eternizá-la, tornando-a um número, uma mera relação numérica. A árvore permanece, em todas estas perspectivas, o meu objeto tem seu espaço e seu tempo, mantém sua natureza e sua composição. Entretanto pode acontecer que simultaneamente, por vontade própria e por uma graça, ao observar a árvore, EU seja levado a entrar em relação com ela; ela já não é mais um ISSO. A força de sua exclusividade apoderou-se de mim. (BUBER, 2006, p.31)

Assim, assumimos que a aproximação com os animais promovida pela antropomorfização pode fomentar uma empatia, o que é importante para a manutenção das espécies e para a conformação de um interesse de preservação. Porém, pontuamos também a possibilidade descrita por Segata (2012, p.74), para quem, por outro lado, “Inserido no núcleo das famílias, substituindo os filhos ou se tornando um de seus brinquedos, eles (os animais) sofrem pelo excesso de carinho, ao passo que revelados como simples objetos, são cada vez mais facilmente abandonados”. Admitimos, todavia, que não há problematização no discurso do programa acerca dos cenários possíveis dentro desse modo de relacionar-se com os animais não-humanos.

Ainda nos inquieta outra questão, que acreditamos também merecer destaque nessa investigação: já percebemos que o *NEVP* aponta aquilo que deve ser “preservado”, que é o que está próximo do ser humano e que possibilita essa relação antropomórfica. Mas o programa define, também, o que não se parece com o homem, ao permitir um afastamento ou uma segregação de animais que não são tidos como dignos de existência ou que, pelo menos, podem ser exterminados em determinadas circunstâncias, sempre visando ao bem-estar do homem, instância superior cujas necessidades definem até mesmo que outras espécies animais devam deixar de existir. Nessa disputa, algumas espécies são tratadas como descartáveis e não há qualquer apego à sua existência *per se*. Adiante, trazemos algumas contribuições nesse sentido que nos ajudam a construir o que o *NEVP* entende por preservação.

5.3 PRESERVO PORQUE TENHO EMPATIA

Além da tendência antropomórfica capaz de “transformar” animais em humanos, também temos nossa forte tradição antropocêntrica, pela qual vemos o meio ambiente como assujeitado, feito para nos servir. Assim, aquilo que não é útil ou que dificulta algum aspecto da vida humana – especialmente o econômico – é tido como indigno de existência.

Puig (1998), ao questionar quais animais teriam direito à vida, postulou que no âmbito cultural das sociedades plurais, convivem múltiplos e distintos valores, alguns até contraditórios e que inevitavelmente criam desconcerto e desorientação nos sujeitos. Essa relação pode ser observada no *Nordeste Viver e Preservar* no que concerne aos animais cujas vidas valem menos, seja por terem valor comercial definido, seja por trazerem incômodos à vida humana. Se para determinadas espécies o discurso do programa é o da preservação, de proteção, de direito intrínseco à vida, à liberdade, quando a referência é aos animais nascidos em cativeiro com a finalidade de comercialização, por exemplo, há uma mudança na postura adotada.

Nas SDs a seguir, apontamos o discurso do programa relativo às aves nascidas em liberdade e, em seguida, à mesma classe, porém em referência aos exemplares nascidos em cativeiro.

(T30 SD29) O céu não tem limite para as asas da liberdade no vôo de volta p’ra casa. Uma nova vida para quem estava em cativeiro. **Presos por um equívoco da humanidade.**

(T26 SD30) Os criadouros têm a missão de multiplicar os animais, aumentar a oferta e assim tentar diminuir o tráfico. Nós visitamos um desses lugares com mais de 600 aves, **todas muito bem cuidadas.**

A construção dessa diferença também se dá por meio de imagens. Se o local de confinamento dos animais nascidos livres (aprisionados pelo tráfico e que, por hora, são alocados em gaiolas, até que possam voltar ao seu habitat original), como veremos nas SDs 32 e 33, é apresentado pelo programa como um local pequeno, quando se refere às gaiolas dos cativeiros utilizados para reprodução, vide SDs 34 e 35, o programa destaca o “bom” espaço dessas instalações, ainda que, se postas em comparação, estas sejam absolutamente menores. Assinalamos também o uso da palavra “viveiro”, quando em referência aos criadouros autorizados pelo Ibama para a reprodução comercial desses animais, diferente de cárcere, como pressupõe o uso de “carcereiro” na SD 32, como veremos adiante, em referência ao espaço destinado às aves nascidas em liberdade.

(T30 SD32) Depois de tanto tempo limitados a **tão pouco espaço**, eles nem acreditam que podem ganhar o mundo e voar para onde eles quiserem. E partem para as árvores mais próximas. Ficam um tempo se comunicando numa linguagem que só eles conhecem. Mas é fácil de entender: estão festejando o novo destino livres de **carcereiros**.

(T30 SD33)

Figura 5 Frame do NEVP mostra confinamento de ave nascida em liberdade



Fonte: Autora

(T26 SD34) Os **viveiros** são **amplos**. (...)

(Dirigindo-se ao funcionário do criadouro que alimenta uma ave com seringa): E ele tem o mesmo desenvolvimento como se fosse tratado pela mãe?

FUNCIONÁRIO: Mesmo desenvolvimento. Às vezes **até melhor**, porque tem bicho que a gente alimenta umas cinco, seis vezes por dia.

(T26 SD35)

Figura 6 Frame do NEVP mostra confinamento de ave nascida em cativo



Fonte: Autora

A diferença de tratamento quando postas em analogia diferentes espécies também pode ser observada no *NEVP* em matéria sobre grilos, considerados uma praga numa comunidade. O programa admite a morte desses insetos, com a conivência dos pesquisadores ouvidos e dos moradores, incomodados com o som que eles produzem. Receitas ou estratégias para a sua erradicação fazem parte dessa matéria. Ao passo que, o *NEVP*, em outras ocasiões, prega que todas as espécies têm direito à vida. Destacamos, ainda, como consta na SD37, a reprodução da morte desses insetos frente às câmeras, algo que seria impensável em relação a outros animais que têm a forma mais humanizada, como já discutimos anteriormente.

(T17 SD36) Já o biólogo Marco Aurélio Oliveira **ensina a preparar uma armadilha** que deve ser colocada embaixo dos postes quando os grilos chegarem atraídos pela luz.

SONORA: Debaixo desses postes você pode colocar alguns tonéis ou bacias com água e um pouco de detergente para quebrar essa tensão superficial. À medida que eles pulam, atraídos pela luminosidade, eles caem nesse tonel e **acabam se afogando** por conta da tensão superficial que foi quebrada por esse detergente

(T17 SD37)

Figura 7 Frame do NEVP mostra morte de grilos



Fonte: Autora

(T22 SD38) SONORA: É bonito. Ave que veio do céu...**Deixar viver...** A gente não quer viver? O bicho quer também (...)

REPÓRTER: A população aprendeu que a **vida é um direito das diferentes espécies e deve ser respeitado.**

Elisa Aaltola, pesquisadora do departamento de Filosofia da Universidade de Turku, na Finlândia, propõe uma “ética para outros animais” que se diferencia da visão antropocêntrica em que os valores são atribuídos por nós e para aqueles como nós, abrindo espaço para acolher a diferença. Segundo ela,

Se os animais são percebidos como mecanismos em vez de organismos como os humanos, eles irão ser retirados da esfera moral; se os animais são percebidos como sendo similares aos humanos em certos aspectos, eles irão se tornar uma parte permanente da moralidade. (AALTOLA, 2002, p.194. Tradução livre³⁸).

Sabemos que a questão da moralidade é controversa (ou, mais que isso, que há diferentes noções de moral) e que há correntes que acreditam que a produção de animais em cativeiro diminuiria o tráfico de animais ou que a morte dos grilos é necessária para a qualidade de vida daquela comunidade. Destacamos, porém que não pretendemos, com essa apreciação, apontar qual deveria ser o posicionamento do programa, tampouco fazer juízo de valor acerca do modo como a questão é tratada. O que nos propomos é destacar de que maneira essa construção discursiva tem possibilitado ler os sentidos de preservação que estão sendo veiculados pelo *NEVP*.

Neste caso, se temos um posicionamento favorável a esses dois pontos – a “fabricação” de animais para a venda e o extermínio de grilos – sabemos que são discursos contidos numa formação discursiva que está mais relacionada à supremacia do homem frente aos animais, uma vez que as discussões referentes, por exemplo, à ética de outros animais ou à libertação animal não comportariam esses dizeres. Isso nos conduz a mais um sentido de preservação. Se dissemos, anteriormente, que para preservar é preciso conhecer, dizemos, agora, que para preservar, segundo o *NEVP*, é preciso também “reconhecer-se em”. Assim, temos que a preservação, para o programa, é o **ato pelo qual os indivíduos sentem-se movidos a cuidar e a manter determinado sítio, objeto ou espécie do qual têm conhecimento e com o qual têm empatia.**

5.4 PRESERVO PORQUE É LUCRATIVO

Há vários motivos para atendermos à necessidade de proteção do meio ambiente descritos na literatura. Dworking (1994) afirma que a defesa do meio ambiente deve

³⁸No original: “If animals are perceived as mechanisms instead of human-like organisms, they will be pushed outside the moral sphere; if animals are perceived as being similar to humans in certain respects, they will become a permanent part of morality”

tomar como pressuposto o direito intrínseco³⁹ à vida, admitindo que todos os seres devem ser considerados moralmente a partir deste critério. Já Peter Singer (2002), por seu viés utilitário, admite a necessidade e a dificuldade de se elaborar uma ética capaz de considerar interesses de seres vivos que não são sencientes, como as plantas.

As criaturas sencientes têm vontades e desejos. A pergunta “como deve ser o afogamento de um gambá?” pelo menos faz sentido, ainda que, para nós, seja impossível dar uma resposta mais precisa do que “deve ser horrível”. Ao chegarmos às decisões morais que afetam criaturas sencientes, podemos tentar acrescentar os efeitos exercidos por diferentes ações sobre todas as criaturas sencientes afetadas pelas ações alternativas abertas a nós. Isso nos dará, pelo menos, uma tosca orientação com relação àquilo que talvez fosse a coisa certa a fazer. Mas não há nada que corresponda ao que deve ser uma árvore morrendo porque suas raízes foram inundadas. Ao abandonarmos os interesses de criaturas sencientes como nossa fonte de valor, onde encontraremos valor? O que é bom ou mau para as criaturas não-sencientes, e porque isso tem importância? (SINGER, 2002, documento eletrônico)

Nesse sentido, a obra de Peter Singer está relacionada à construção de uma ética capaz de assegurar a vida de determinados seres, uma vez que ele atribui valores distintos a vidas distintas. A hierarquização proposta por Singer, embora não admita, por exemplo, o consumo de carne por humanos – a menos que seja em situação de escassez de alimentos ou em legítima defesa – propõe preservar os bens naturais, para que estes possam servir à vida dos homens e animais não-humanos. Para o autor, a derrubada de uma floresta deve levar em conta, por exemplo, o seu valor estético, já que a ela estão ligados muitos dos prazeres humanos, a necessidade dessa floresta para as próximas gerações (assunto a que devemos nos aprofundar adiante) e o seu valor biológico.

Tomando as discussões sobre o desenvolvimento sustentável, teremos que a necessidade de manutenção dos bens naturais (aqui chamados de recursos) visa a atingir um desenvolvimento econômico que seja perene. Para isso, é preciso proteger os insumos necessários para que as próximas gerações⁴⁰ possam, também, servir-se destes.

³⁹Dworking desenvolve sua obra com especial interesse pelo sagrado que, diferente do que se possa indicar, não tem necessariamente uma concepção teísta. Para o autor, a própria valoração do processo evolutivo que originou a espécie confere-lhe um caráter inviolável (KHUNEN, 2004).

⁴⁰ Acreditamos ser importante destacar que, embora as discussões estejam quase sempre em tempos futuros – falando-se de riscos em médio e longo prazos – é possível apontar que a necessidade de preservação é cada vez mais urgente. A falta de água (também) no Sudeste brasileiro; o aquecimento global; o desastre ambiental em Mariana (MG), no ano passado; são discussões que dizem respeito à manutenção do ambiente hoje. Voltaremos ao assunto adiante.

Araújo e Silva (2004) afirmam que uma atividade sustentável é aquela que pode ser mantida sem esgotamentos, apesar dos imprevistos que possam ocorrer durante este período.

Pode-se ampliar o conceito de sustentabilidade, em se tratando de uma sociedade sustentável, que não coloca em risco os recursos naturais como o ar, a água, o solo e a vida vegetal e animal dos quais a vida (da sociedade) depende. O desenvolvimento sustentável é aquele que melhora a qualidade da vida do homem na terra e respeita a capacidade de produção dos ecossistemas. (ARAÚJO E SILVA, 2004)

É notável, por essa conceituação, como também pelas discussões já travadas anteriormente sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, que a expectativa está focada no homem e na manutenção da espécie humana.

Percebemos, na análise do *corpus*, que o discurso de preservação do NEVP perpassa, de certa maneira, o valor intrínseco da vida, quando destaca, por exemplo, agressões sofridas por determinados espécimes, que, como na SD29, são “*presas por um equívoco da humanidade*” ou na SD11, ao afirmar que “*a vida é um direito das diferentes espécies e deve ser respeitado*”. Destacamos, porém, que há uma primazia de dizeres com forte imbricação com a questão econômica. Assinalamos a prevalência de informações que se relacionam aos lucros que podem ser auferidos com as práticas de proteção ao meio ambiente e o prejuízo alcançado caso não se tenha uma postura ambientalmente correta para com esses espaços, patrimônios ou espécies.

(T7 SD39) Um lugar onde os moradores já perceberam que podem **ganhar dinheiro preservando** o verde.

(T18 SD40) O que pode ser reciclado é separado e vendido. Papelão, vidro, plástico, **tudo é transformado em dinheiro** para o município. [...] Hoje o **lixo dá lucro** e Sairé recebe R\$ 40 mil por mês por meio de um incentivo.

(T11 SD41) A principal lição, sem dúvida, é que a gente tem como crescer, se desenvolver, sem prejudicar o ambiente. E além de tudo está **gerando renda** para pessoas carentes.

Dinheiro, lucro, renda são alguns dos dizeres que se repetem nas construções analisadas quando em referência às práticas chamadas de “sustentáveis” e surgem como o chamariz para fomentar um maior envolvimento da população com o assunto, como se fosse possível (e talvez seja), pelo viés econômico, promover uma vontade de preservação. Com esses dizeres, percebemos a presença de uma posição-sujeito economicista. Neste ponto, nos cabe retornar ao Jornalismo Ambiental e seu interesse pelo aprofundamento das questões discutidas. Os textos não problematizam essas

práticas e não apresentam outros olhares sobre os projetos que estão sendo desenvolvidos, além do econômico. Existe uma série de questões que se aplicam à discussão sobre a reciclagem, como o próprio aumento no consumo nutrido pela ideia de que não há prejuízo ambiental, uma vez que se pratique a reciclagem. E, como num ciclo, o aumento no consumo leva a mais lucro para as empresas que, com mais demanda, produzem ainda mais.

Vimos o *NEVP* recorrer aos valores gastos na limpeza do rio ou no conserto de barcos para reforçar a necessidade de “preservação”. Apontamos duas SDs que mencionam os prejuízos causados pela degradação ambiental.

(T38 SD42) **O lixo** que está no rio **é um problema** para os atletas de remo, que têm **avarias nos barcos** por baterem em troncos ou prenderem no lixo.

(T38 SD43) A quantidade de lixo que corre no rio Capibaribe é um problemão que custa caro. **Não dá para calcular a degradação do rio**. Mas uma conta a gente já conhece. Diariamente, esse catamarã, transformado num eco barco, tem a missão de recolher o lixo do rio. **A despesa chega a R\$ 25 mil por mês.**

É certo que as garrafas *pet*, os plásticos, latas, que não foram para reciclagem, devem estar nesses rios. Também é notório que ainda há poucos espaços realizando o trabalho de reciclagem e de limpeza dos leitos fluviais e que o aumento no consumo leva a mais degradação ambiental. Apesar disso, o programa, mesmo se propondo preservacionista, não localizou a discussão sobre a mudança nos hábitos de consumo que levam a uma menor produção de rejeitos. Esses são alguns dos vieses que poderiam ter surgido na discussão levantada pelo programa a respeito da reciclagem de papelão, vidro e plástico, mas que são silenciados. Atentar apenas para o produto final e ainda colocá-lo como fonte de renda – ou de prejuízo - parece uma construção falha, embora inteligível, se considerarmos que esses dizeres estão mais próximos de uma Formação Discursiva Conservacionista, cujo foco está no bem-estar do homem. As SDs a seguir nos fornecem outras pistas nesse sentido:

(T24 SD44) Qual é o destino, o uso que vocês querem dar aqui à cachoeira? SONORA: O uso aqui é um **uso ambiental**, um **uso ecológico**. A visita da preservação, a contemplação da natureza, o rapel que vamos botar em prática. A descida, que já tem algumas descidas aí, não é frequente, mas nós vamos incentivar. Enfim, **é contemplar a natureza e trazer o turismo para o município que é muito importante para a renda** de Primavera.

(T7 SD45) Quando a gente pensa em reflorestar, proteger nascentes, em fazer educação ambiental nas escolas, principalmente em reflorestar, a gente **tem que pensar em renda**, porque se de repente você não pode explorar... por exemplo, **plantar tomate mata muita biodiversidade, mas como é que a pessoa que planta tomate vai sobreviver?** Então, a gente tem que pensar numa alternativa.

(T10 SD46) Todos nós somos parceiros desse condomínio natural que é o meio ambiente. Que todos nós somos cúmplices da proteção com ele. **Então que não há nenhum prejuízo, só ganhos**, e que isso demonstra o comprometimento, e a cumplicidade e a responsabilidade social e ambiental por parte daqueles cidadãos que têm grandes áreas ou mesmo que têm pequenas áreas, mas que tem relevância ambiental.

A SD44 traz um sujeito que tenta dominar o que diz, ao construir uma falácia de preservação, que é desconstruída pouco tempo depois. Se pretendia transmitir a ideia de que a natureza está disponível para a contemplação, logo nos revela o interesse, o que estava recalcado: o turismo gera renda. Esse é o sujeito do contraditório, que diz querer fomentar a preservação e a contemplação por meio do uso, mas que esbarra na própria reificação do meio ambiente como síntese de uma ideologia⁴¹ não-preservacionista. Cabe destacar que, ao definir os princípios para o desenvolvimento sustentável, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (BRASIL, 2001) cita princípio e critérios de sustentabilidade, nenhum dos quais utilizando a palavra “preservação”, uma vez que sua associação com as restrições de uso não cabe no contexto economicista/desenvolvimentista.

Sublinhamos que o discurso utilitário do representante do parque ecológico é credenciado pelo repórter, que questiona o **destino** ou **uso** que os responsáveis pretendem dar à cachoeira, como se aquele espaço fosse um objeto, e o homem, seu dono, que pode definir livremente a sua serventia. A SD44 nos aponta para a estruturação de um paradigma em que tudo deve ser dominado/submetido às vontades/necessidades humanas. A conformidade dos dizeres do programa com esse viés utilitário e economicista nos leva a considerar os limites impostos pelo programa à (pretensa) preservação. E entendemos que as bordas do discurso do *NEVP* sobre o assunto, embora numa tentativa de fomentar a preservação, colidem com os interesses mercadológicos e deles se imbuem, admitindo, inclusive, que se pode abrir mão da diversidade biológica em nome da economia, como vimos na SD45.

⁴¹ Ao citar ideologia, referimo-nos ao conceito Althusseriano que já citamos neste trabalho.

Do mesmo modo que na SD 45, sob uma pretensa égide de salvaguardar o meio ambiente, o *NEVP* deixa escapar que afiança um discurso notadamente antropocêntrico e economicista, que propõe “*pensar em renda*” ante a manutenção da biodiversidade. Se plantar tomate a destrói⁴², mas gera renda, continuemos plantando tomate como “alternativa” de sobrevivência a essa comunidade. É preciso explorar. Assim, percebemos que esse é mais um dos sentidos que circulam pelo discurso do programa quando se refere à “preservação”: é preciso manter nascentes, fazer educação ambiental, reflorestar, pois essa é uma das engrenagens do mecanismo de mercado. Visualizamos o afloramento da concepção de natureza presente na ecologia rasa, que vale tanto quanto pode prover aos homens.

E para que haja o interesse de preservação, conforme o *NEVP*, não basta gerar lucros. É preciso não causar quaisquer prejuízos ao homem, nos diz a SD46. Esta lógica corresponde ao que se espera na negociação de uma mercadoria: que se auferam lucros, sem haver perdas brutas ou líquidas. O programa, então, como dissemos, consente abertamente com a degradação ambiental valendo-se de um fundamento de mercado.

Dessa maneira, retomamos a concepção de preservação do *NEVP* que estamos tentando erigir ao longo dessa análise, com os sentidos que conseguimos alcançar por meio das marcas no discurso. Admitimos, por hora, que preservação, para o *NEVP*, é o **ato pelo qual os indivíduos sentem-se movidos a cuidar e a manter determinado sítio, objeto ou espécie do qual têm conhecimento e com o qual têm empatia, visando a auferir lucros ou a evitar prejuízos.**

5.5 PRESERVO PORQUE ME PREOCUPO COM AS PRÓXIMAS GERAÇÕES

O artigo 225 da Constituição Federal Brasileira é dedicado ao meio ambiente e afirma que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público

⁴² Conforme Latorraca et al, a cultura do tomate exige uma alta frequência de aplicação de pesticidas, muitos dos quais potencialmente tóxicos à saúde humana. Em estudos sobre os principais agrotóxicos utilizados nas lavouras de tomate em Goiás, um dos maiores produtores do fruto, os autores apontaram a utilização de oito inseticidas e três fungicidas, pelo menos um dos quais de uso proibido pela legislação brasileira. Em Silva e Moreira (2012), que fizeram trabalho parecido, porém no Rio Grande do Norte, foram contabilizados 20 agrotóxicos distintos, cada um sendo aplicado de quatro a oito dias num mesmo campo.

e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e **futuras gerações**". (BRASIL, 2015, documento eletrônico. Grifo nosso)

Ao longo da análise das reportagens do *NEVP*, percebemos repetidas menções àqueles que vêm depois de nós. As chamadas "futuras gerações" são alvo de preocupação desmedida e é para elas que se deve fomentar a manutenção do ecossistema. Como dissemos, nenhum discurso surge alheio a outros discursos. Proferido numa das maiores conferências da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), realizada em Paris, o texto da Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras, adotado em 1997, afirma que "As gerações presentes têm a responsabilidade de garantir que as necessidades e os interesses das gerações presentes e futuras sejam plenamente salvaguardados." (UNESCO, 1997, documento eletrônico).

Dessa forma, os atuais "inquilinos" da Terra têm a responsabilidade de entregar o planeta aos próximos moradores sem quaisquer danos irreversíveis. Para tanto, conforme a Declaração, é preciso que a natureza e a vida humana nunca sejam deterioradas, sob qualquer aspecto, e que o progresso científico e tecnológico não prejudiquem a vida na Terra. O documento sugere, ainda, que, para garantir que as futuras gerações se beneficiem dos ecossistemas, é preciso que as gerações atuais se empenhem por um desenvolvimento sustentável.

Esse importante texto embasa muito do que se diz sobre o assunto e é possível ver suas reverberações em diversos discursos mais recentes sobre a questão ambiental. Não estamos dizendo, com isso, que os sujeitos que proferiram esses dizeres foram conscientemente buscar nos ditos da Unesco que deveríamos, todos, nos preocupar com as gerações futuras. O que queremos dizer é que esses termos estão cristalizados socialmente e são constantemente mobilizados quando se fala sobre o assunto. Aquilo que se pode acessar do interdiscurso e que restabelece o que já foi dito sobre o assunto é a memória discursiva.

Percebemos a reprodução desses dizeres no discurso do *NEVP* em algumas situações, sobre as quais discutiremos agora. Antes, vejamos algumas das SDs em que essa construção foi utilizada.

(T6 SD47) É importante, porque além de preservar a natureza, a gente tem condições de **mostrar pros nossos filhos** aquilo que a gente preservou.

(T10 SD48) REPÓRTER: Tudo aqui deve ser preservado para as **próximas gerações**.[...] SONORA: Quando eu tiver um **filho** ele vai saber e vai preservar.

(T22 SD49) É preservar, conscientizar e tornar esse lugar sustentável para que **as futuras crianças, as futuras gerações** cuidem desse patrimônio tombado.

As marcas de que nos valem nesta análise apontam a preocupação em manter um ambiente saudável para as próximas gerações, mas não quaisquer delas ou gerações de quaisquer espécies. Conforme as SDs, embora na SD49 não se possa afirmar diretamente que é dos próprios ascendentes que se fala, assinalamos a recorrência de um discurso que refere-se à preservação para os próprios filhos, tanto para que estes tenham um lugar saudável para viver, quanto para que possam saber que eles também devem fazê-lo para as suas próximas gerações.

Isso é importante do ponto de vista ecológico e de preservação do ecossistema, uma vez que as ligações afetivas mais próximas parecem prover um interesse maior de proporcionar um bom ambiente para os seus. Esse pensamento, que se refere à manutenção da própria comunidade, embora pareça egoísta, ressoa globalmente. Imaginemos que as diversas comunidades, cidades, nações se imbuíssem do ideal de preservar para aos seus parentes diretos. Teríamos, todos, um meio ambiente mais saudável, fruto de um agir local.

Porém, percebemos mais uma vez o equívoco no uso do termo “preservação”. Na SD49 observamos o convite a “*preservar, conscientizar e tornar esse lugar sustentável*”. Como estamos seguidamente reforçando, sustentabilidade está mais próximo dos dizeres de uma corrente conservacionista, por aliar-se à ideia de utilização dos bens naturais pelo homem, embora não queiramos, com isso, dizer que o olhar preservacionista está de todo separado dessas questões, como nos propusemos a reforçar desde o início dessas discussões.

Anotamos, também, sequências relativas à “preservação” para a manutenção num prazo mais curto, chamado de “amanhã” ou “futuro”. Nesse sentido, o ideal é, novamente, a utilização da natureza como insumo. Não há valor intrínseco, mas valor aliado ao quanto pode servir ao homem. Os sujeitos das SDs a seguir posicionam-se enquanto preocupados com o meio ambiente, mas é possível depreender que o interesse é mais individualista. Analisemos:

(T33 SD50): Como elas ainda cozinham em fogão a lenha, é preciso **reflorestar a Caatinga para não faltar madeira** no futuro.

(T24 SD51):

Figura 8 Frame do NEVP focando placa de sinalização



Fonte: Autora

Como exposto na SD47, o sujeito supostamente preservacionista admite a necessidade de replantio das árvores que foram retiradas para tornarem-se lenha, a fim de que não falte esse insumo para a utilização humana. Ora, sabemos que foi esse mesmo uso que as conduziu à situação de exceção atual. Logo, entende-se que o uso que está sendo feito não é sustentável. Sugerir ou pontuar alternativas para a cozinha que não utilizassem aquele tipo de madeira que está sob perigo seria um viés possível de ser discutido pelo programa, que acabou por silenciar outros discursos ao conformar-se com a ideia de reflorestamento.

Ademais, é preciso destacar que o bioma Caatinga, como descrevemos ao citar as CPs desse discurso, é heterogêneo, não sendo formado por “florestas” como propõe a reportagem. Como se poderia reflorestar o que não é floresta? Nesse sentido, falar sobre restauração ecológica - que se refere à atividade que inicia ou acelera a recuperação de um ecossistema que foi degradado, danificado, transformado ou totalmente destruído, como resultado direto ou indireto das atividades humanas, respeitando saúde, integridade e sustentabilidade (SER, 2004) - seria o termo mais adequado ao lugar de que se fala. Assumimos, ainda, que a ideia de *reflorestar para não faltar madeira no futuro* reduz um instrumento importante para a conservação dos biomas a apenas uma estratégia para nova exploração.

Na SD51, temos uma placa afixada na área da cachoeira, também com indicativo de necessidade de preservação para o futuro, prática que é reforçada pelo texto da

reportagem, embora não haja menção verbal à sinalização. Destacamos que “o amanhã” nessa construção deixa algumas possibilidades à vista, dentre elas percebemos que pode reportar-se tanto ao parque em si (*Preservar hoje para que tenhamos esse lugar amanhã*) quanto à própria vida humana (*Preservar hoje para que possamos viver o amanhã*).

Com esses novos sentidos que se desenham na nossa análise, reavivamos a construção que estamos a fazer. Postulamos, então, que preservação, para o *NEVP*, é o **ato pelo qual os indivíduos sentem-se movidos a cuidar e a manter determinado sítio, objeto ou espécie do qual têm conhecimento e com o qual têm empatia, visando a auferir lucros ou a evitar prejuízos, e considerando que as próximas gerações possam deles usufruir.**

5.6 PRESERVO PORQUE SOU BOM

No decorrer dos apontamentos aqui já realizados, notamos uma constante interpelação do homem para que este tome o seu lugar na vanguarda da proteção ao meio ambiente. Seja para ter lucro ou para oferecer um melhor lugar para os seus ascendentes, esse homem é seguidamente convidado – ou impulsionado – a exercer seu dever enquanto inquilino da Terra, que é o de manter o espaço habitável para os atuais e para os próximos moradores. Porém, sabemos que essa construção de sentido é feita pelo homem e para o homem, o que nos leva a questionar: quem são esses que protegem a Terra? São os mesmos que degradam? Quais são os entraves à proteção do meio ambiente e à suposta preservação a que o programa se refere?

Nossa experiência em televisão, bem como o apoio que tivemos de vários dos teóricos que sobre esta mídia já se debruçaram, nos permitem destacar a importância de se (re)construir uma história verossimilhante para atrair a audiência que presumimos. Para atingir o efeito de verdade, muitas são as técnicas aplicadas, dentre as quais o apelo à humanização. Saber que outras pessoas passam por determinadas situações – pessoas como eu, como ele – aproximam o espectador do que está sendo dito. Como em todo telejornalismo, esse recurso é mobilizado seguidamente pelo *NEVP*, seja para valorizar aqueles que despendem dinheiro ou tempo para a manutenção do ambiente, seja para destacar aqueles que se colocam em perigo para salvar a natureza ou, ainda, para demonstrar que há homens que, pelo contrário, degradam, poluem e massacram o

ecossistema. Na nossa análise percebemos que aqueles que estão do lado da preservação proposta pelo programa podem ser desde pessoas físicas, empresas, grupos de ambientalistas ou o governo que auxiliam nesse processo, como observaremos nas SDs a seguir.

(T24 SD52) REPÓRTER: Os **ambientalistas festejam** as medidas que vão preservar os recursos naturais.

SONORA: Há uma grande possibilidade de homem e natureza viverem em harmonia e **a gente vai mostrar que isso é possível** aqui, no parque da cachoeira do Urubu.

(T38 SD53) Tão maltratado, mas ainda tão cheio de vida. **Para tentar salvar o rio Capibaribe foi criada uma força tarefa** juntando o conhecimento das **universidades, o poder público e representantes da sociedade civil**.

(T3 SD54) Para evitar os desmatamentos, as queimadas e a destruição desse santuário, **esse ambientalista**, militar da reserva **juntou todas as economias** para comprar 23 hectares de terra e criou um RPPN, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural.

(T34 SD55) O baobá, de origem africana, está cercado e preservado. O agente de segurança **Iranildo, do palácio sede do governo, é guardião da árvore centenária**. Um trabalho voluntário impulsionado pelo amor ao solitário baobá.

(T1 SD56) Mas a Caatinga não suporta a continuidade da retirada de madeira. **Os empresários do gesso estão procurando novas opções**. Uma delas é o uso da poda de cajueiros, eucalipto e algaroba e plantios que não alteram a vegetação nativa. Outra alternativa, **ainda questionada**, são os projetos de manejo sustentável.

Na SD52, os ambientalistas se colocam na posição de protetores, de fato, do espaço em questão, afirmando que por meio de suas atividades será possível alcançar uma relação harmônica entre homem e ambiente. O fato de “festejarem”, como proposto no texto, também indica que eles estão imbuídos do interesse de preservação e que veem uma alternativa ao modelo anterior. Alternativa esta que eles dominam. Não deixamos de destacar a aplicação do termo “recursos naturais” no contexto de preservação. Apesar de soar mera reafirmação, sabemos que o discurso é da ordem do repetível e que são essas construções que nos indicam de onde se fala. Quem também domina as alternativas ao modelo vigente são os detentores do conhecimento, como aponta a SD53. As “*universidades, o poder público e representantes da sociedade civil*” estão entre os amigos do meio ambiente.

O mesmo ideal de preservação sendo proposto para uma pessoa – e não para um governo ou uma empresa – pode ser visto na SD54. O fato de o militar ter “*juntado todas as economias*”, como indica a reportagem, pode indicar que não é preciso ter

muito dinheiro ou dispor de grandes extensões de terra para se sentir provocado a proteger o meio ambiente. Entendemos ainda que a atitude de juntar economias para ajudar o meio ambiente pode demonstrar altruísmo, que é fomentado pelo programa, ou mesmo que esta pessoa percebe a “*destruição daquele santuário*” como algo próximo e que precisa ser modificado. Já o agente de segurança descrito na SD55, o faz por amor à árvore. É sua relação de proximidade com o baobá que o torna especial para o programa, que justifica a sua presença na matéria e o que faz com que ele seja colocado como um “guardião”.

Na SD56, por outro lado, a busca dos empresários por alternativas tem um fator essencialmente mercadológico: a lenha é um insumo importante para o desenvolvimento daquela atividade e sua falta não poderia ser tolerada. A sequência deixa transparecer o afinco com que estão trabalhando a questão, já tendo apresentado algumas possibilidades embora uma delas, o manejo, seja “*ainda questionada*”. Cabe destacar que o programa deu espaço para discutir o manejo florestal e os embates a que ele se refere.

Os próprios repórteres também assumem a posição de defensores da natureza, especialmente quando trazem denúncias e se colocam na discussão.

(T24 SD57) Essa área precisa mesmo de proteção. A menos de 1 km de distancia da entrada do parque **nós flagramos um crime ambiental**. A exploração ilegal da areia das margens do rio Ipojuca [...] encontramos até esse caminhão que deveria estar a serviço da prefeitura de Amaraji levando a areia como se fosse **mercadoria sem dono**.

(T23 SD58) **A solução** para todos (os traficantes de animais) seria cadeia. E os contrabandistas, os compradores, esses não se arriscam!

Acreditamos que as SDs acima demonstram a posição em que os sujeitos repórteres se colocam na reconstrução da realidade noticiada. Na SD57, eles são “os olhos da população” e reforçam a necessidade de preservação do local já que eles mesmos flagraram um crime ambiental. Pode-se entender que, se houve o flagra, se as imagens mostram, de fato existe, não é uma suposição. E é o repórter quem se coloca como defensor do espaço. Porém, a expressão “mercadoria sem dono” pode ser questionável. Não é possível explicitar se o discurso pretende indicar que a areia das margens do rio *não é uma mercadoria* ou que ela *é uma mercadoria com dono*. Já na SD58, o lugar do repórter é o de quem tem a solução para o problema do tráfico de animais. Essa solução, segundo ele, é prender os malfeitores, os inimigos. E o repórter, nesse caso, assume o lugar de cidadão que está julgando esses traficantes pelo crime que cometeram. Por altruísmo, mercantilismo ou qualquer outro ideal, as SDs analisadas

demonstram que esses diferentes atores convergem para um mesmo fim: o engajamento na questão ambiental, necessário à preservação.

De outro lado, há aqueles que não se engajam na discussão e que degradam o ambiente. Esses “inimigos” da preservação- dos quais citamos os traficantes de animais, há pouco - também são destacados no *NEVP*. O homem, figura controversa, que protege e desprotege, que é biodependente, mas também degrada esse mesmo ecossistema do qual depende para viver, aparece muitas vezes no lugar do inimigo. Entendemos que o programa se vale da dramaturgia, que é diferente do puro entretenimento ou do sensacionalismo. Conforme Coutinho (2012), na dramaturgia do telejornalismo, as ações, os personagens e a existência de uma mensagem moral são essenciais numa narrativa dramática. Esta se desenvolve a partir de um conflito – como observamos nas reportagens analisadas, entre o homem e a natureza. Curiosamente, porém, eles se alternam no papel de vilões, mocinhos e beneficiados, como veremos adiante.

(T12 SD59) Nossa **maior dificuldade**, hoje, na cidade, **é a conservação pelo próprio usuário**. A cada 10 mudas plantadas, três são depreedadas.

(T22 SD60) Eles (os papagaios) foram praticamente extintos pela perseguição implacável do **seu maior predador: o homem**. Os antigos coronéis, donos das fazendas, mandavam matar os papagaios, porque eles comiam as plantações de milho e pagavam por cada animal abatido.

(T28 SD61) Ela (a preguiça) estará a salvo enquanto a mata estiver preservada e **o homem, seu principal predador**, permitir.

(T39 SD62) (As aves são predadoras). **Mas o maior predador dos animais é o próprio homem**. Nem as corujas escapam.

Nas SDs acima, converge-se no inimigo, no vilão da história: o homem. É ele que depreda as árvores e que preda o ecossistema. Destacamos o uso do termo “predador” para refletir uma postura antiecológica humana. Destaque-se que no reino animal predador é aquele que mata para comer, atitude bem distinta da que é apontada na matéria, que reflete a destruição do ecossistema, por meio da depredação de árvores, da matança de papagaios, preguiças e corujas, que não servem de alimento ao homem. Por certo entendemos que esse termo pode ser utilizado como referência a esse tipo de construção, mas destacamos que, num contexto ecológico, atribuir características de animais não-humanos como sinônimos para condutas humanas lastimáveis é um aspecto antropocêntrico, ainda que realizado num contexto de crítica.

Como exposto, também é possível admitir que a natureza, conforme o discurso do *NEVP*, adquire características de vilão quando prejudica ou ameaça alguma atividade humana.

(T15 SD63) Pesquisadores afirmam que **a natureza não é a única culpada pelos estragos e prejuízos do avanço do mar**. A ocupação desordenada da costa tem agravado ainda mais essa disputa por espaço entre o homem e o mar.

(T20 SD64) Por essas imagens é possível perceber que **a montanha de areia** está quase cobrindo os coqueiros que estão do outro lado. **É também uma ameaça aos moradores** que estão em pequenos povoados em torno do delta. Muitas casas já foram soterradas.

Conforme a SD63, há outros culpados – além da natureza – para o avanço do mar. A problematização sobre o assunto existe, mas o discurso ainda se prende à ideia de que existe uma responsabilidade que deve ser atribuída à natureza (ao mar, nesse caso) pelos estragos e prejuízos causados ao homem que, conforme a mesma SD, ocupou desordenadamente um espaço de costa. Da mesma forma, na SD64 a montanha de areia – uma duna pertencente ao delta de um rio – é apresentada como uma ameaça aos moradores dos povoados no seu entorno. Notamos, nos dois casos, que embora esteja claro que é a ocupação desregrada dessas áreas que coloca os homens em perigo, o programa ainda atribui à natureza a culpa por isso.

Assinalamos ainda que, para alcançar o ideal de preservação proposto pelo programa, existem alguns entraves. O homem e a natureza são alguns deles, mas há outros bloqueios que figuram nesses dizeres: as leis do país.

(T1 SD65) **As leis** que protegem a natureza contra os crimes ambientais existem. O que **precisa é que sejam cumpridas** e os infratores sejam punidos.

(T23 SD66) O tráfico de animais é uma das atividades ilegais mais rentáveis do planeta e o **não pagamento das multas é um incentivo à impunidade** e a incidência de crimes contra a natureza.

Não pagamento de multas ou não cumprimento de leis ambientais são apontados pelo programa como incentivo ao crime e são, por definição, obstáculos ao projeto de preservação que eles propõem. Isso porque, para o programa, se não há prejuízo, não existe o afloramento do interesse de preservação, como já dissemos. Neste caso, entendemos que é o engajamento de pessoas físicas, governos, universidades, enfim, de todos aqueles que estão ao lado da preservação, seja por questões mercantis ou por altruísmo, que permitem o desenvolvimento da vontade de preservação. Admitimos, então, que, para o *NEVP*, preservar é o **ato pelo qual os indivíduos engajados sentem-**

se movidos a cuidar e a manter determinado sítio, objeto ou espécie do qual têm conhecimento e com o qual têm empatia, visando a auferir lucros ou a evitar prejuízos, e considerando que as próximas gerações possam deles usufruir.

5.7 PRESERVO PORQUE É BELO OU EXÓTICO

Há todo um aparato sócio-histórico de exaltação à aparência e de adequação ao ideal de beleza. No que concerne ao meio ambiente, essas discussões também são fortes e se reproduzem nos diversos discursos construídos sobre o assunto. Santo Agostinho (2005) em *A natureza do bem* postulou que a beleza é uma das formas de expressar o bem no universo. Essa construção se dá de tal forma que animais considerados feios ou repulsivos são classificados pelo homem como maus. A aparência pode definir do que vamos nos alimentar – frutas e vegetais que não estão dentro do padrão aceitável de beleza costumam ser desprezadas em detrimento de outras que, embora possam estar contaminadas por pesticidas, são visualmente mais atrativas. Também é o apelo à beleza (que se une ao ideal de modernidade) que força a destruição de centros históricos para que sejam erguidas novas construções mais alinhadas ao padrão atual, ou que fomenta a escavação de minas para a exploração de minerais, as pedras preciosas.

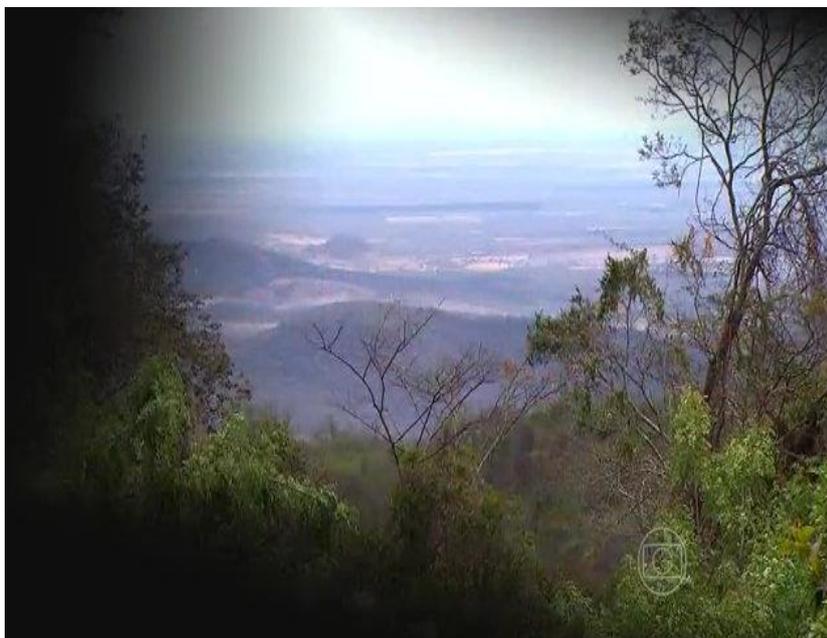
Apontamos algumas das formas como o culto ao belo podem estar ligados à degradação ambiental, mas sabemos que a conformação da natureza como lugar de beleza e mistério também é utilizada para fomentar a preservação. O discurso do NEVP sobre o assunto em muito se vale desse apelo para imbuir o seu telespectador da vontade de preservação – que, pelo que estamos construindo, nos parece muito mais próximo de um ideal de conservação. Nas SDs a seguir, trouxemos alguns pontos em que essa elaboração se manifesta.

(T19 SD67) Fica aqui o convite: **venha curtir toda a beleza submarina** desse parque nacional que é orgulho de Pernambuco, orgulho do Brasil.

(T20 SD68) Essa pescaria que é uma verdadeira aventura, no Delta do Parnaíba. **Um dos lugares mais bonitos** do nordeste brasileiro.

(T22 SD69)

Figura 9 Frame do NEVP mostra a beleza das matas



Fonte: Autora

(T29 SD70)

Figura 10 Frame do NEVP enfocando a beleza da Caatinga



Fonte: Autora

Nas SDs acima, a invocação à beleza dos lugares, explicitada não somente no texto, mas reforçada pelas imagens, podem significar um convite à preservação, para que se possa manter aquele espaço com toda a harmonia de que ele dispõe. Na SD67, ao convidar o telespectador a *curtir toda a beleza submarina*, que é orgulho do estado e

também nacional, o discurso pode constranger o telespectador a se sentir, ele também, envaidecido e interessado em preservar aquele local, ainda que com ele não tenha qualquer experiência simbólica que não aquela mediada pelo telejornalismo.

Por outro lado, o apego às boas imagens pode mascarar ou esconder algo que é importante de ser discutido. A SD 70, por exemplo, aponta para os parques eólicos que estão sendo construídos em Pernambuco. O programa destinou uma matéria inteira para falar sobre as benesses da implantação desse empreendimento, enfatizando a beleza do local, mas não fez qualquer problematização a respeito do assunto. Acreditamos que os textos imagéticos expressos nas SDs 69 e 70 guardam, de fato, profunda relação com o artístico e podem incentivar o interesse de conservação, porém utilizar-se deles para evitar a discussão é algo que deve ser combatido.

Especialmente no que concerne ao mergulho, à escalada e esportes radicais em geral, atividades desempenhadas por poucos, o papel do repórter do *NEVP*, nesses casos, parece ainda mais descritivo e conta com forte apoio do texto imagético, que conta aquilo que o repórter não consegue descrever.

(T5 SD71) A gente vai seguir aqui pela parede, na encosta, passar aqui contornando por lá, ate onde tem uns ... lá na frente, onde a gente vai poder parar pra atravessar pro outro lado, onde a gente vai passar. Sempre à beira do abismo. E cuidado que é **um abismo bem profundo**.

(T14SD72)

Figura 11 Frame do NEVP durante voo de parapente



Fonte: Autora

Os lugares descritos pelo *NEVP* são, muitas vezes, pouco conhecidos do público comum, cujas belezas poderão ser desfrutadas por um número pequeno de pessoas. O jornalista, nesses casos, coloca-se como aquele que tem o poder de estar lá e relatar para

o telespectador, sempre reforçando a aventura e os perigos que rondam o meio, numa construção da natureza como lugar de beleza, riscos e mistérios.

(T16 SD73) **Um dos lugares mais bonitos** do nordeste brasileiro, mas pouco visitado pela dificuldade de acesso. **Difícilmente alguém consegue chegar ate aqui.** Mesmo assim, tem sítios arqueológicos e é um santuário da natureza cercado por **mistérios e lendas.**

(T19 SD74) É **um dos mergulhos mais radicais** do país, porque ela (a corveta Ipiranga) está a 62 metros de profundidade. Temos que usar um **equipamento especial**, que pesa em torno de 40 quilos.

(T19 SD75)

Figura 12 Frame do NEVP mostra mergulho do repórter



Fonte: Autora

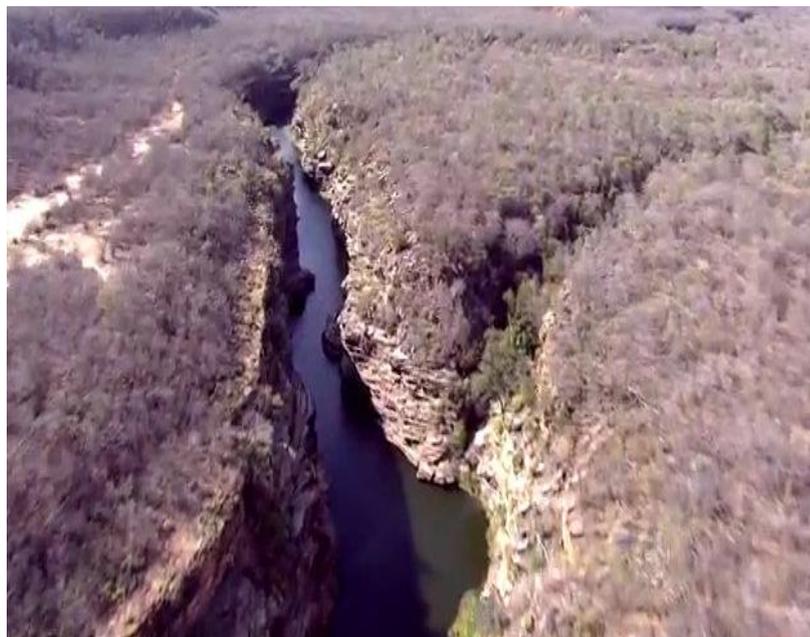
(T20 SD76) Qualquer descuido e elas (as canoas) podem ser alagadas rapidamente. **Já ocorreram muitos acidentes nessa travessia.**

O apelo ao exótico é recorrente no *NEVP* e as imagens funcionam para asseverar o que está sendo dito, bem como para reforçar sentidos. Além de mostrar a dificuldade de estar naquele lugar - vide a SD75, em que o repórter apresenta com efeito de verdade os entraves que enfrentou no mergulho, dado o pequeno espaço disponível para deslocamento na fragata - o discurso do programa ainda tende a demonstrar que eles, os repórteres, foram mais longe do que o telespectador poderia ir. Que aquela beleza está preservada por não haver presença humana agindo sobre os espaços.

(T16 SD77) O que tem de mais importante nele é o fato de ser de ainda não ter sido explorado cientificamente. **Muito pouca gente conhece.**

(T16 SD78)

Figura 13 Frame do NEVP ao sobrevoar o cânion do Rio Poty



Fonte: Autora

A SD77 é uma das poucas expressões que nos conduziu a um olhar eminentemente preservacionista, ao apontar o problema da ação antrópica sobre os espaços ainda preservados. A construção conjunta com o texto imagético expresso na SD78, que aponta para um lugar sem estradas ou sem mostras de interferência humana, nos permite inferir que esse espaço ainda é muito importante por ser pouco conhecido. Porém, dito por um pesquisador, não fica estabelecido se a importância a que ele se refere repousa no ineditismo de sua pesquisa ou na importância da preservação do ambiente com mínima interferência humana.

A construção do discurso do NEVP, com o intuito de propiciar uma vontade de preservação, reforça o sentido de beleza tanto pelo aspecto verbal quanto pelo não-verbal, muitas vezes valendo-se do jogo entre os dois aspectos para construir sua narrativa. Destacamos, porém, que embora o discurso do programa se ancore fortemente no aspecto imagético para substanciar os sentidos do texto, o componente verbal também tem bastante relevância, nesses casos. Vejamos:

(T24 SD79) **O nome não faz justiça à beleza do lugar.** Estamos na Cachoeira do Urubu, em Primavera, zona da mata sul de Pernambuco.

(T24 SD80)

Figura 14 Frame do NEVP enfoca a Cachoeira do Urubu



Fonte: Autora

(T5 SD81) **Esta é a Furna feia, que de feia não tem nada.** É uma das mais belas cavernas do Rio Grande do Norte.

Na SD79, destacamos que, embora as imagens apontadas na SD80 já nos mostrem um lugar que corresponde aos padrões de beleza comumente destacados quando se fala sobre natureza – verde, rochas, árvores, água – o texto do repórter precisa reforçar o que está sendo dito, porque o nome da cachoeira contradiz o que a imagem explicita ao telespectador. Temos, assim, mais uma vez, o sujeito que pensa que domina o que diz, mas que desvia e se mostra com suas sinuosidades. O mesmo repórter que prega a preservação de todas as espécies, também define quais delas são belas - e, por conseguinte, nos valendo das discussões aqui já traçadas, do que é digno de preservação. A Cachoeira do Urubu é um lugar bonito, de acordo com o repórter, mas o urubu – a ave, que se alimenta da carcaça de animais mortos, de matéria orgânica em decomposição, e que carrega consigo um estigma negativo (SICK, 1997) - acreditamos que, para o repórter, não tenha a beleza suficiente para nomear aquele espaço.

Já na SD81, pode-se supor, diante do exposto, que um lugar chamado de “feio” possivelmente não propicie a vontade de preservação a que o programa se apegua, o que leva à necessidade de delimitar, ao falar da caverna que carrega aquele nome que ela é, sim, bonita, embora a nomenclatura recebida possa sugerir o contrário.

Na nossa construção do que seria preservação para o *Nordeste Viver e preservar* assumimos, com base nos sentidos anteriormente narrados e ancorados nos novos apontamentos que trouxemos, que trata-se do **ato pelo qual os indivíduos engajados sentem-se movidos a cuidar e a manter determinado sítio, objeto ou espécie do qual têm conhecimento e com o qual têm empatia – em especial os que se destacam pela beleza ou exotismo – visando a auferir lucros ou a evitar prejuízos, e considerando que as próximas gerações possam deles usufruir.**

5.8 REFLETINDO SOBRE A MATERIALIDADE

Ao longo da análise que nos propusemos a empreender, notamos que o discurso do *Nordeste Viver e Preservar* está alinhado à função informativa do Jornalismo, à medida que proporciona aos seus espectadores a aproximação com os assuntos que estão na pauta ordinária, ainda que o factual não seja seu interesse primordial. O programa também está ancorado na função pública do Jornalismo – e por conseguinte – na função política proposta por Bueno (2007) para a especialização ambiental, uma vez que se pretende mobilizador e tem um esforço no sentido de promover a intenção de preservação do ambiente nordestino. Destacamos, ainda, que o *NEVP* se propõe a criar uma teia de causas e consequências dentro da questão ambiental, porém o seu intento ainda carece de outros olhares que não os hegemônicos.

Percebemos que o programa fornece soluções generalizantes para problemas específicos, como é o caso do fomento ao reflorestamento da Caatinga, bioma que dispõe de uma conformação bastante distinta da encontrada nas florestas, como a Amazônia ou a Mata Atlântica. A Caatinga é rica em vegetação do tipo caducifólia (que perde suas folhas no verão), herbáceas anuais, suculências, acúleos (estruturas semelhantes a espinhos que servem à proteção e acúmulo de água) e espinhos, com predominância de arbustos e árvores de pequeno porte e com pouca predominância de copas (SAMPAIO, 2010). Nesse sentido, tratar a Caatinga como uma floresta ou sugerir a utilização de instrumentos para a proteção ambiental indicados para biomas com feitos tão distintos é uma estratégia de homogeneização que deve ser repensada, especialmente no que concerne ao interesse de preservação, que visa à manutenção da vegetação nativa e da biodiversidade.

Queremos destacar, especialmente, que há um equívoco na escolha do nome do programa, justificável, de certa maneira, pelo senso comum de que há equivalência de

sentidos entre conservação e preservação. Aquilo de que o *Nordeste Viver e Preservar* fala é sobre viver e **conservar** o ambiente nordestino. As RPPNs, a promoção do reflorestamento, o interesse pelos usos econômicos dos bens naturais não fazem parte de um contexto preservacionista que, como discutimos ao longo dessa investigação, está relacionado à restrição (e não à limitação) da interferência humana sobre as áreas de proteção.

O discurso do *NEVP* admite o uso sustentável do meio ambiente, tendo como foco o bem-estar do homem, mas ancorado num contexto antropocentrado que pode – e isso se reflete em muitas das SDs que analisamos – indicar que o homem é o senhor de tudo o que o rodeia, de maneira que é dele a definição sobre o que tem (ou não) valor. Um grilo ou as aves criadas em cativeiro, segundo essas leis, então, não têm valor intrínseco, senão pelo prazer ou desprazer que podem proporcionar ao homem. O valor de um grilo é infinitamente baixo, o que justifica a “permissão” dada pelo programa para a sua morte, enquanto que as aves cuja reprodução serve à venda têm um valor tão alto quanto os homens estiverem dispostos a pagar. Por outro lado, as raias que desfilam pelo convés do barco, avistadas num mergulho, têm o valor medido pela beleza que são capazes de oferecer aos olhos humanos e os urubus, um valor tão baixo que não poderiam ter sido admitidos como o nome de uma cachoeira.

Posto isso, assumimos que o *NEVP* está ancorado numa Formação Ideológica antropocêntrica na qual emerge uma Formação Discursiva que optamos por chamar de Conservacionista, na qual há uma preponderância de posições-sujeito economicistas, em que o repórter recorre à questão mercantilista para fomentar o interesse de preservação. Também percebemos uma posição-sujeito cientificista, quando a tomada de posição está relacionada a um reforço de saberes científicos já cristalizados. Não queremos, com isso, apontar que essas são as únicas posições-sujeito admitidas no discurso do *NEVP*, tampouco que elas não se atravessam. É preciso dizer que as bordas dessa FD foram, em muitos momentos, forçadas por discursos preservacionistas, interessados no direito intrínseco à vida das diferentes espécies, mas estas sempre esbarraram nos constrangimentos econômicos que a FD Conservacionista impõe.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta investigação, trazíamos uma série de inquietações, dentre as quais, aquela que norteou o nosso esforço de pesquisa que é “Como o *NEVP* constrói o seu discurso de preservação?”. Para respondê-la, tomamos como objetivo compreender a concepção de preservação presente no discurso do *Nordeste Viver e Preservar*, entendendo a responsabilidade do Jornalismo na produção de sentidos sobre o assunto e a importância da televisão no contexto brasileiro.

Com isso, reunimos 18 edições do programa, veiculadas entre os anos de 2008 e 2015, das quais colhemos 39 reportagens e, destas, fizemos um recorte de 81 sequências discursivas que foram analisadas nessa investigação. Não nos propusemos a desenvolver uma análise quantitativa, mas a mapear os sentidos sobre preservação construídos pelo programa, identificar as Formações Discursivas sobre o meio ambiente presentes no *NEVP* e refletir sobre a posição assumida pelo programa na discussão sobre a preservação ambiental. Para embasar este trabalho, tomamos as teorias construcionistas do Jornalismo, bem como o modo de contemplação do Jornalismo Ambiental e nos afiliamos à Análise do Discurso de matriz francesa, tomada como dispositivo teórico-metodológico.

Com base no nosso gesto de leitura das sequências discursivas analisadas pudemos admitir a concepção de preservação do *NEVP*, que está equivocada, uma vez que é uma construção conservacionista, segundo a qual os indivíduos engajados sentem-se movidos a cuidar e a manter determinado sítio, objeto ou espécie do qual têm conhecimento e com o qual têm empatia – em especial os que se destacam pela beleza ou exotismo - visando a auferir lucros ou a evitar prejuízos, e considerando que as próximas gerações possam deles usufruir.

Percebemos, também, que o apelo à preservação – do modo como é concebida pelo programa – está presente em todas as edições analisadas, não sendo necessário descartar programas ou matérias (além das notas). As discussões sobre o assunto perpassaram uma série de temas, desde os mais conhecidos da população, como os fenômenos climáticos, até os esportes radicais. As edições analisadas não trouxeram factuais – embora saibamos que alguns deles interessam ao *NEVP*, como as apreensões de animais vítimas do tráfico – sendo a totalidade delas referentes a assuntos que estavam de fato interligados com o interesse de proteção ambiental.

Ao postular que é preciso conhecer para preservar, o programa se imbui do interesse educativo, por meio do qual se propõe a criar uma rede de causas e consequências que, muitas vezes, fica perceptível no discurso. Apesar disso, há rupturas importantes nessas redes, já que, na sua estruturação, dizeres importantes para a infraestrutura são silenciados e o *NEVP* centra-se naquilo que é da ordem da superestrutura, estando, na maioria das reportagens analisadas, aliado a uma concepção de ambiente que é cientificista e economicista.

Observamos que o programa tem maior preponderância de dizeres que colocam o homem como centro das discussões, embora haja críticas ao seu comportamento aviltante e às práticas de crimes ambientais. Os animais são, no *NEVP*, dispostos, de certa maneira, numa ordem hierárquica, em que determinados valores são atribuídos de acordo com a relação que a nossa sociedade mantém com eles, estando alguns mais próximos da nossa noção de moral que outros. Eles são lidos de maneira antropocêntrica e, como tal, recebem qualidades e a eles são impingidas atitudes humanas, na tentativa de humanizá-los. Quando o programa zoomorfiza a espécie humana, o faz desqualificando os animais não-humanos, vide a questão da predação do ambiente, no qual a posição humana de degradador do ambiente é repetidas vezes descrita como um ato de “predação”, embora em nada se assemelhe à atitude de predador do animal não-humano.

A beleza e o exotismo foram utilizadas como incentivo à proteção do ambiente, o que também demonstra certa hierarquização, uma vez que aqueles espaços ou espécies às quais são atribuídos adjetivos contrários a isso ficam apartadas da proteção que está sendo incitada pelo *NEVP*. Porém, admitimos que essa construção, aliada à dramatização do ambiente podem, no que tange, então, àquilo que é tomado como belo e exótico, promover um interesse de conservação, visto que a questão da aparência é um ponto importante para a concepção de mundo que vigora no contemporâneo.

Já o interesse de proteção do ambiente, no *NEVP*, esteve muitas vezes ligado à questão mercadológica, o que nos faz inferir que o paradigma da sociedade atual e a que, por conseguinte, está exposto o Jornalismo, tem como questão primordial a busca pelo lucro e a mitigação de possíveis prejuízos decorrentes. Nesse sentido, o programa deu muito espaço às iniciativas que visam à geração de renda por meio do uso considerado sustentável dos ecossistemas. Neste ponto, algumas questões nos tocaram. Sabemos, como trouxemos no Capítulo 2, que a conservação ambiental guarda relação com a orientação do uso dos bens naturais com determinados limites, porém os esses

nunca foram questionados pelo *NEVP*, o que nos traz inquietações que podem, porventura, serem esclarecidas noutro momento.

Assim, perguntamo-nos: com base em que se define os limites para o uso sustentável da natureza? Se sabemos que a ação antrópica tem conduzido a Terra para uma crise nunca antes vista, fomentar o uso com limites definidos de maneira arbitrária seria uma forma de conservação? Como podemos nos certificar que, com o uso dito sustentável, cujos limites não temos certeza de que são suficientes para a conservação do ambiente, sabemos que as futuras gerações receberão um planeta habitável, como prevê a Unesco? E se todas essas questões ainda não têm uma resposta definida no discurso do programa, porque as reportagens admitem que esse modo de proteção – a que eles chamam de preservação – é a melhor maneira para viver no Nordeste?

O que entendemos, porém, é que o desafio de buscar outros olhares para a conformação das reportagens, que não somente o dos cientistas ou do governo, ainda está posto. E que, ao desenvolver reportagens cujas temáticas ressoam tão fortemente nos discursos da população, é necessário olhar o todo e refletir sobre ele. Admitimos a necessidade de o *NEVP* repensar o que entende por preservação, uma vez que seu discurso reflete os ideais de mercantilização da natureza, embora saibamos que não é isso que o programa persegue. Que é preciso enxergar os animais para além de criaturas que estão ao nosso dispor ou que valem tanto quanto podemos pagar. Que cabe refletir sobre o posicionamento díspar adotado para espécies criadas em cativeiro e nascidas em liberdade: porque uma tem mais direito a viver livre que outra?

Assumimos que é preciso que o *NEVP*, ao se propor preservacionista, reforce a necessidade de contribuir com a educação de seus telespectadores para uma relação mais harmônica com a natureza, em detrimento da busca desenfreada pelo lucro. É necessário que o programa invista cada vez mais em politizar o seu público, por meio da problematização da questão ambiental, para que, informado, ele possa exigir políticas públicas capazes de refrear os impactos da crise ambiental. Somente a informação fragmentada, da forma como analisamos, acreditamos, não soluciona a situação caótica a que estamos expostos.

Porém, é preciso que retomemos, nesse ponto, as discussões que travamos ao falar sobre o Jornalismo, em que apontamos uma série de constrangimentos a que essa especialidade está exposta. Queremos destacar que nosso olhar nessa construção é sensível às condições de produção desse discurso. Não queremos, de qualquer modo, apontar que essa construção é – exatamente – o que propõem aqueles que fazem o

programa ou que não há um interesse genuíno de preservação nesses dizeres. Pelo contrário, diante da crise ambiental que estamos vivendo, acreditamos que o esforço do *NEVP* é importante, especialmente em se tratando de um trabalho desenvolvido na televisão, mídia que ainda é a mais representativa no Brasil. O apelo às boas imagens, a construção de um discurso que se presta à educação ambiental, a riqueza de assuntos tratados, bem como o aprofundamento aplicado a muitos deles devem ser louvados, uma vez que ainda são poucas as iniciativas que se propõem a discutir a questão ambiental em vigor.

Os dez anos de existência do programa devem, sim, ser saudados. O interesse dos jornalistas envolvidos em levantar a pauta ambiental é louvável e, certamente, em muito contribui para a aproximação do grande público com o tema. Acreditamos que, com a visão sistêmica que propomos – com mais contextualização dos assuntos, multiplicidade de vozes de diferentes posições e o olhar para si como parte da natureza – seja possível aprimorar o trabalho, conduzindo-o para o viés educativo tão importante para a manutenção do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

AALTOLA, E. 'Other animal ethics' and demand of difference. *Environmental Values*. England, 11:2, 193-209, 2002.

ALSINA, M. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: 2009.

ALBERTO, L. **Registros rupestres de São Paulo**: conhecer para preservar. Dissertação (mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavok. **Um mapa da ideologia**. Trad. Ribeiro, Vera. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALVES e SILVA, Lúcia Maria. **De que “natureza” se fala na escola**: representação social de professores e alunos no contexto da educação ambiental. Recife, 2009. 434f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

ANDRADE, T.H.N. **Ecológicas manhãs de sábado**: o espetáculo da natureza na televisão brasileira. Campinas, 1998. 271f. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Universidade estadual de Campinas, 1998.

ARAÚJO, S. **Conhecer para preservar**: arqueologia e inclusão social na bacia do Paranapanema superior. Tese (doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

ARONCHI DE SOUZA, José Carlos. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

AUMONT, Jacques. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. Jacques Aumont, Michel Marie; tradução Eloísa Araújo Ribeiro. Campinas.SP: Papyrus, 2003

BACCHETA, Víctor L. Ciudadania Planetaria. Montevideo: International Federation of Environmental Journalists, 2000. **El periodismo ambiental**. 18-21

BENETTI, Márcia. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma análise metodológica. In: **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 14, p. 1-11 janeiro/julho 2006.

_____. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2007, v. 1, p. 107-122.

BENETTI, Marcia (Org.); FONSECA, Virgínia (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2010. v. 1. 248p.

BELMONTE, Roberto Villar. **A construção do discurso da economia verde na revista Página 22**. Porto Alegre, 2015, Dissertação (mestrado em comunicação e informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. 180 p.

_____. História do Jornalismo Ambiental Brasileiro. In: **Anais do 10º encontro da Alcar**. Porto Alegre, 2015

BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BERGER, P., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 12ed. Petrópolis : Vozes, 1995.

BIFFY, A. **Entrevista com Liana John** – jornalista – Meio Ambiente. Disponível em <http://abiffi.blogspot.com.br/2013/11/entrevista-com-liana-john-jornalista.html>. Acesso em 12 de novembro de 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável**: Pesquisa nacional de opinião: principais resultados. Rio de Janeiro: Overview, 2012. 82 p.

_____. **Agenda 21 brasileira**. (1992). Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/cap23.pdf Acesso em 14 de junho de 2015

_____. **Capítulo 23**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. 2002. Disponível em <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/item/704-cap%C3%ADtulo-23> Acesso em 15 de junho de 2015.

_____. **Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento**. n.d. Disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2015

_____. **Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da caatinga**. Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Viver de criar cultura, cultura popular, arte e educação. In. SILVA, René Marc da Costa (Org). **Cultura popular e educação**. Brasília: Salto para o futuro/TV Escola/SEED/MEC, 2008.

BUBER, M. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2006.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

_____. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito**. Revista **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Editora UFPR.

CABRAL, Águeda Miranda. **Realidade Expandida: narrativas do digital, edição e produção de sentidos no telejornalismo**. Tese de doutorado. PPGCOM da UFPE. Recife, 2012

CAMPBELL, Neil. REECE, Jane B. **Biologia**. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. Tradução Ane D. Vilella.

CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2003.

_____. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 1998.

_____. **O Ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2001.

CAZARIN, Ercília Ana. Gestos interpretativos na configuração metodológica de uma AD. **Organon**, Porto Alegre, n.48, jan.-jun.2010.

CLUBE OF ROME. **História do Clube de Roma**. n.d.Traduzido por Jenny Fumero. Disponível em <<http://www.clubofrome.org/?p=4771>>. Acesso em 04 de abril de 2015.

COCHRAN, D. G., GRAYSON, J. M.;GURNEY, A. B.. 1980. V. **Cockroaches: Biology and control**. WHO-VBC 72354: 1-45.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso político**—o discurso comunistaendereçado aos cristãos. São Carlos (SP):EdufScar, 2009. p. 21-26.

COUTINHO, Iluska; MUSSE, Christina. Telejornalismo, narrativa e identidade: a construção dos desejos do Brasil no Jornal Nacional. p.15-30. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **40 anos de Telejornalismo em rede nacional**. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

DAL-FARRA, R.A. **Representações de animais na contemporaneidade**: uma análise da mídia impressa. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DURHAM, E.R. Chimpanzés também amam: a linguagem das emoções na ordem dos primatas. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v.46, n.1, 2003.

DWORKING, R. **El dominio de la vida**. Uma discusión acerca del aborto, la eutanásia y lalibertad individual. 1 ed. Editorial Ariel: Barcelona, 1994. Tradución: Ricardo Caracciolo e Victor Ferreres.

FALTAY, P. Mapeamento dos problemas ambientais em Pernambuco . In: **RED - POP**, 1999, Rio de Janeiro, 1999.

FANTE, E. MASSIERER, C; MORAES, C e MOTTER, S. **A trajetória do Jornalismo e dos Jornalistas ambientais no Brasil**: o núcleo de ecojornalistas do RS. In: Anais do 10º encontro da Alcar. Porto Alegre, 2015

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão (SE): Editora UFS/ Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

FSM. **O que é o fórum social mundial**. n.d. Disponível em <<https://fsm2015.org/pt-pt/o-que-e-o-forum-social-mundial#sthash.L3exIYQR.dpuf>>. Acesso em 18 de maio de 2015.

FONSECA, A. Água de uma fonte só: a magnitude do problema em uma experiência concreta. In: Sergio Vilas Boas. (org). Formação & Informação ambiental. 1 ed. São Paulo: Summus, 2004, v.1, p.111-148.

GIRARDI, Ilza ET AL. Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **C&S** – São Bernardo do Campo, v. 34, n.1, p. 131-152, jul/dez. 2012.

GLOBO NORDESTE. **Pesquisa Ibope Media Workstation**. 2012. Disponível em <http://globonordeste.informazione.com.br/cms/export/sites/default/noar/arquivos/pdf_doc_txt/Informativo_de_Programa_NEVP.pdf>. Acesso em 28 de março de 2013.

GOMES, Itania Maria Mota (org.). **Análise de Telejornalismo: desafios teórico-metodológicos**. Salvador, Edufba, 2012.

GUILHAUMOU, Jacques , MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a Análise do Discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni P. (org.) **Gestos de leitura: da história ao discurso**. Campinas: Unicamp, 1997. P.163-187. Tradução de José Horta Nunes.

HANNIGAN, John. **Environmental Sociology. A Social Constructionist Perspective**. New York: Routledge, 2002.

HEIDEGGER, M. **Sobre o Humanismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: editor Tempo Brasileiro, 2009.

IBOPE. **Gastos com propaganda aumentam 8% no ano, chegando a R\$121 bilhões**. 2015. Disponível em <<http://www.ibopemedia.com/investimentos-publicitarios-do-mercado-de-carnes-aves-e-derivados-crescem-133-em-2014-2/>>. Acesso em 18 de maio de 2015

INDURSKY, Freda .A Análise do Discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem. In: **Cadernos do IL-UFRGS**, nº20/dezembro de 1998.

_____. Estudos da Linguagem: língua e ensino. In: **Organon/ UFRGS**, Instituto de Letras. v.24, n.48. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia, 2010.

JUNG, L. **Imagens à deriva: interlocuções entre a arte a psicanálise e a Análise do Discurso**. 2010. Tese (doutorado em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Teorias do texto e do Discurso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

JOHN, Liana. Imprensa, Meio Ambiente e Cidadania. **Ciência & Ambiente** n.23.Santa Maria, UFSM. 2001.

MACHADO, Arlindo. **Máquina e imaginário: o desafio das poéticas tecnológicas**. São Paulo: Edusp, 2001.

KHUNEN, T. Do valor intrínseco e de sua aplicabilidade ao meioambiente. In: **ethic@**, Florianópolis, v.3, n.3, p. 255-273, Dez 2004.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, John. Os elementos do jornalismo. Tradução de Wladir Dupont, 2 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004. Título original: *The elements of Journalism*.

LA RUE, Saulo. A grande-reportagem entre o mercado e a academia. In: 187 DUARTE, Elizabeth Bastos. CASTRO, Maria Lília Dias de. (Orgs). **Televisão: entre o mercado e a academia**. Porto Alegre. Ed. Sulina, 2006.

LATORRACA, A. MARQUES, G. SOUSA, K. FORNÉS, N. Agrotóxicos utilizados na produção do tomate em Goiânia e Goianópolis e efeitos na saúde humana. In: **Com. Ciências Saúde**, 2008. p.365-374.

MACHADO, A, VÉLEZ, M. L. Questões metodológicas relacionadas com a análise de televisão. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2007.

MARIN, A.A. A natureza e o outro: ética da compaixão e educação ambiental. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA, 3., 2005, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2005. 1 CD.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ªed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. **Televisão Brasileira: 60 anos de ousadia, astúcia, reinvenção**. São Paulo: UESP; Memorial da América Latina, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MENDONÇA, Kleber. Tramas discursivas: apontamentos para a análise dos efeitos de sentido no telejornalismo brasileiro. In: **Análise de telejornalismo: desafios teórico-metodológicos** / Itania Maria Mota Gomes (Org.) Salvador: EDUFBA, 2012.

MEMÓRIA GLOBO. Trajetória de Francisco José e Beatriz Castro. Acesso em 06/12/2015

MIGUEL, Luis F. O jornalismo como *sistema perito*. In: **Tempo Social**. Revista da Sociologia. São Paulo: USP, 1999.

MORTON, G. "Dating Adam". In: **American Scientific Affiliation**. Ed.51. Disponível em <http://www.asa3.org/ASA/PSCF/1999/PSCF6-99Morton.html>. Acesso em 08/12/2015

NEIVA JÚNIOR, Eduardo. **A Imagem**. São Paulo: Ática, 1986.

ODUM ,E. P. **Fundamentos de Ecologia**. 6ª ed. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

ORLANDI, Eni. **A Linguagem e seu Funcionamento**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

_____. Texto e discurso. **Organon**, Porto Alegre, n. 23, 1995.

_____. A linguagem e seu funcionamento—**As formas do discurso**. Campinas—SP: Pontes, 1996.

_____. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas (SP): Pontes; 2001.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. Sobre a (des) construção das teorias lingüísticas. In: **Cadernos de Tradução**. n.º 04, 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, Out. 1998. Tradução: Faustino Machado da Silva.

Orientação e Revisão: Elsa Maria Nitsche Ortiz e Patrícia Chittoni Ramos. (Instituto de Letras da UFRGS)

_____. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **O papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Cathérine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975) In: GADET, François; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, 1997

PENAFRIA, Manuela. *O filme documentário. História, identidade, tecnologia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

PELIZZOLI, M.L. **Correntes da Ética Ambiental**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

PEREIRA, Patrícia, CASSIANI, Suzani, VON LISINGEN, Irlan. **Amazônia - Revista de Educação em Ciências e Matemáticas** V.9 – nº 17 - jul. 2012/dez. 2012, p.76-88.

PORCELLO, F; IHITZ, G. **A TV aos 65 anos no Brasil: desafios metodológicos para pesquisar o telejornalismo**. No prelo. 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RÁDIO ONU. **Tudo o que você precisa saber sobre a COP21**. In: Site da Empresa Brasileira de Comunicação. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/noticias/meio-ambiente/2015/11/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-cop21>>. Acesso em 25/11/2015.

RAHTZ, P. **Convite à Arqueologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. Nosso Futuro Comum. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>> Acesso em: 08 de abril de 2015.

ROCHA, Leonardo Coelho. **O caso Ônibus 174**: Entre o documentário e o telejornal. Centro Universitário de Belo Horizonte-UNI-BH (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rocha-leonardo-documentario-telejornal.html>), 2004.

SAMPAIO, E. Características e Potencialidades. In: **Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da caatinga**. Org. Maria Auxiliadora Gariglio et al. Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e IzidoroBlikstein. 24ª ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.

SANTOS, Janaina Roberta dos. **Educação ambiental e o trabalho com valores: olhando para os animais não humanos**. 2009. 158 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2009.

SBPC. Conhecer para preservar. **Caderno da 59ª Reunião Anual da SBPC.**

Disponível em

<http://www.sbpcnet.org.br/livro/59ra/pdf/29%20Conhecer%20para%20preservar.pdf>.

Acesso em 11 de novembro de 2015.

SEGATA, Jean. **Nós e os outros humanos, os animais de estimação.** 2012. 200 F. Tese (doutorado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

SER. **Princípios da SER International sobre a restauração ecológica.** Society for Ecological Restoration (SER) International, Grupo de Trabalho sobre Ciência e Política. Disponível em <http://www.ser.org/docs/default-document-library/ser-primer-portuguese.pdf>. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

SICK, H. **Ornitologia brasileira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

SINGER, P. **Animal Liberation.** 2 ed. New York: Avon Books, 1990.

SINGER, P. **Ética prática.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SOARES, Rudson P. **Inserção da Rede Globo no mercado de televisão pernambucano.** Dissertação (mestrado), 2007, 247 p.

SOUSA, A. L. de ; BARRETO, B. M. V. B. ; ROCHA, M. M. . **Televisão e Meio Ambiente: os cenários de futuro sobre o aquecimento global na abordagem dos telejornais da Rede Globo.** 2007.

TEIXEIRA, Danielle T. Representações de meio ambiente no programa Globo Repórter. In: **Anais do II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental.** Porto Alegre: UFRGS, 2014.

TRAQUINA, Nelson. "As notícias" in **Jornalismos, Revista de Comunicação e Linguagens** n° 8 Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Lisboa, 1988.

TRIGUEIRO, André. Meio ambiente na Idade Mídia. In: **Meio ambiente no século 21.** Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

UNESCO. **Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras.** Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001108/110827por.pdf>> Acesso em 08 de dezembro de 2015.

UNGER, Nancy M. **O encantamento do humano.** São Paulo: Loyola, 1991
_____. **Crise ecológica.** A desertão do espaço comum. In: Educação & realidade. Edição Especial Educação Ambiental. Porto Alegre, v. 34, n.3, set/dez, 2009. p. 147-155.

VICTOR, S. Sustentabilidade: pauta jornalística ou marketing verde? In VICTOR, S; BORTOLIERO, S; CALDAS, G (org.). **Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável.** Ed. All Print. Rio de Janeiro, 2009.

WEBBER, Alexandra. A proteção das reservas de biosfera no direito internacional ambiental: aspectos jurídicos relevantes à proteção das reservas de biosfera. **Revista da ESMESC**, v. 18, n. 24, 2011

APÊNDICE - Quadro de matérias analisadas

Número atribuído	Data	Assunto	Tempo despendido (incluindo cabeça e nota pé)
1	05/04/2008	Desmatamento da Caatinga causado por fábricas de gesso em Araripina (PE)	10'45''
2	05/04/2008	Grupo de pesquisadores observa e identifica pássaros em praças do Recife (PE)	07'55''
3	26/04/08	Após forte seca, chuva chega ao sertão de Pernambuco	12'20''
4	26/04/08	Sítio arqueológico na Chapada do Araripe apresenta marcas de eras distantes	07'40''
5	03/05/08	Visita à caverna de Furna Feia, no Rio Grande do Norte revela suas belezas	12'23''
6	03/05/08	Caravana de ambientalistas mexicanos chega a Pernambuco a fim de prover educação ambiental	06'20''
7	17/05/08	Visita a um Parque ecológico em Bezerros (PE)	10'20''
8	17/05/08	Funções do herbário da Universidade Federal Rural de Pernambuco	05'40''
9	24/05/08	Estudo sobre formigas	09'15''

		relata estado da Mata Atlântica	
10	24/05/08	Visita a uma RPPN em Moreno (PE) aponta métodos para a preservação da natureza	06'01''
11	31/05/08	Comunidade faz artesanato com material reciclável em Belo Jardim (PE)	09'58''
12	31/05/08	Podas e replantio de árvores realizados pela Prefeitura do Recife	08'10''
13	05/10/13	A vida do peixe-boi Xica, que ficou durante anos presa num pequeno tanque numa praça do Recife (PE)	15'56
14	05/10/13	Vôos de asa-delta são muito procurados em Pernambuco	06'40''
15	19/10/13	Tecnologias para lidar com o avanço do mar em Jaboatão (PE)	12'10''
16	19/10/13	Visita ao cânion do rio Poti (PI)	08'06''
17	26/10/13	Superpopulação de grilos em Cachoeirinha (PE)	05'34''
18	26/10/13	Usina de reciclagem em Sairé (PE) mostra que o lixo pode dar lucro	05' 46''
19	26/10/13	Mergulho na corveta Ipiranga em Fernando de Noronha (PE)	11'21''
20	02/11/13	Pesca do cumurupim no Delta do Parnaíba (PI)	14'38''

21	02/11/13	Tubos de PVC e geladeiras usados para artesanato no Recife (PE)	07'24''
22	16/11/13	Papagaios vítimas de tráfico são devolvidos à natureza em Pernambuco	12'14''
23	16/11/13	Problemas causados pelo tráfico de animais	11'22''
24	23/11/13	Visita à Cachoeira do Urubu em Primavera (PE)	10'27''
25	23/11/13	Mecanismo da desova das tartarugas	04'55''
26	23/11/13	Visita a criadouros de aves com a anuência do Ibama	05'01''
27	03/10/15	Experiências com aves de rapina	11'24''
28	03/10/15	O sofrimento do bicho-preguiça com a expansão de áreas urbanas	11'01''
29	10/10/15	Parque eólico construído em Caetés (PE) traz crescimento econômico para a região	10'28''
30	10/10/15	Animais vítimas de tráfico são devolvidos à natureza em Petrolina (PE)	09'45''
31	10/10/15	Que animais podem ser criados em cativeiro?	03'10''
32	17/10/15	Sítio arqueológico em Souza (PB)	11'39''
33	17/10/15	Projeto busca a preservação da	09'09''

		Caatinga por mulheres sertanejas	
34	07/11/15	Jardins de Burle Marx no Recife (PE)	09'55''
35	07/11/15	Casa agroecológica em Vitória de Santo Antão (PE)	09'39''
36	14/11/15	Meteorologistas monitoram seca em Pernambuco	09'24''
37	14/11/15	Ateliê em Olinda (PE) usa material reciclável	05'45''
38	21/11/15	Degradação no rio Capibaribe (PE)	09'27''
39	21/11/15	A arte da falcoaria segue sendo desenvolvida em Pernambuco	07'38''

ANEXO A – DVD contendo as matérias analisadas